

ROSSANA
BRANDÃO
TAVARES

AS VÁRIAS
MESQUITAS
DE VÁRIAS
BAIXADAS

CCJE/IPPUR

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

AS VÁRIAS MESQUITAS DE VÁRIAS BAIXADAS

vitalidade e desigualdade no território fluminense

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em planejamento urbano e regional.

Orientador: Professor Dr. Adauto Lúcio Cardoso
Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas/USP

Rio de Janeiro
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

T231v Tavares, Rossana Brandão.
As várias mesquitas de várias baixadas : vitalidade e desigualdade no território fluminense / Rossana Brandão Tavares. – 2007.
143 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Aduino Lucio Cardoso.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2007.
Bibliografia: f. 118-123.

1. Planejamento urbano. 2. Sociologia urbana.
3. Desigualdade social. 4. Periferia urbana. 5. Mesquita (RJ). I. Cardoso, Aduino Lucio. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 307.76

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

AS VÁRIAS MESQUITAS DE VÁRIAS BAIXADAS

vitalidade e desigualdade no território fluminense

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

Prof. Adauto Cardoso - Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Orlando Alves dos Santos Junior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof^a. Ana Lúcia Nogueira de Paiva Britto
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a todas as pessoas que diretamente participaram do processo de elaboração deste trabalho. Aquelas que tornaram a dissertação possível: ao Eduardo (Dunga) pela disponibilidade e atenção antes e durante as entrevistas; aos entrevistados e entrevistadas (Manoel, Francisco, 'Jamaica', Delson, à Mãe da Ana, Cida, Neide, Murilo e Ana, à Nina, Rosana, Rafael, à Lourdes, à Maria do Carmo, à Alessandro e sua avó Alice, à Sandra, Karina, D. Maria, Nazaré, Fátima, à Jorge e sua esposa, ao 'Pastor' e sua esposa, ao padre Lino, D. Maria e seu filho) que foram solícitos e preciosos. Agradeço a confiança em abrir suas respectivas casas, e a janela de seus corações. Obrigada pelo bolo, pelo café e pelo sorriso. Nunca me esquecerei destes dois anos de aprendizado e através de suas histórias de vida.

Obrigada aos professores e professoras que participaram da minha formação. Agradeço, sobretudo, ao meu orientador, professor Aauto Cardoso, por confiar e participar desse processo de aprendizado.

Agradeço à FASE, instituição que me inspirou e ainda me inspira. Obrigada a todos que compreenderam os momentos de ausência para que este trabalho fosse possível. Agradeço à paciência, nos momentos de mau-humor ou de introspecção, e às palavras de incentivo, em especial a Orlando Junior, Regina Ferreira e Claudinha, e *nos últimos minutos do segundo tempo*: Tatiana Dahmer, Mônica Ponte, Mauro Santos e Aécio de Oliveira, pela alegria e sabedoria.

Agradeço aos meus amigos e amigas que mesmo de longe (apesar de alguns perto), de todo esse processo, sempre despertaram a minha autoconfiança. Saudade.

Às minhas enteadas, Bruna e, em especial, Jessika pela transcrição das entrevistas.

Especialmente, agradeço ao meu pai pela dedicação, pelo orgulho, pelo amor e pelas revisões de última hora! À minha mãe querida e maravilhosa que sempre acreditou em mim e nos meus ideais. Obrigada pelo amor materno incondicional... Aos meus irmãos Ravel e Rômulo, pela energia, pelas piadas e pela fraternidade. A vida sem vocês ficaria sem graça. Às minhas cadelas, Pic e Sara. A presença delas enfeitou e iluminou os dias de desespero, com seus olhares e carinho.

Ao meu melhor amigo, namorado e companheiro Amadeu. Não há forma para agradecer às poderosas palavras, ao carinho, à dedicação, à admiração, à cumplicidade, à paciência, à compreensão e ao amor. Definitivamente, se não estivesse ao meu lado, tudo seria mais amargo. Obrigada por continuar nesse caminho ao meu lado, me orientando, me apoiando, sendo meu cúmplice. Espero retribuir à altura.

EPÍGRAFE

Seja como for, é preciso sempre agradecer pelo dia que vivemos, pelas pessoas que conhecemos e amamos, pelas novas que aceitamos em nossas vidas, pelo conhecimento aprimorado e adquirido, pelos sorrisos e lágrimas... Enfim, pela criação que nos é conferida dia após dia, seja como for.

RESUMO

Para o senso comum, a Baixada Fluminense é o lugar por excelência da precariedade. No entanto, é preciso relativizar essa afirmação visto que o 'senso comum' não parte da visão e das experiências vividas e vivenciadas da população que ali reside. O consenso em torno dessa idéia tem fortalecido análises pouco consistentes sobre a região metropolitana, se esquivando do olhar da população da região sobre seu lugar. Diante disso, a análise apresentada a partir de entrevistas com moradores do município de Mesquita, na Baixada Fluminense, pretende iluminar aspectos da memória, história e do cotidiano da região com o intuito de contribuir para um melhor entendimento do território fluminense, no sentido de trazer elementos do fenômeno urbano desconsiderados historicamente pelo planejamento urbano e regional. Alguns conceitos trabalhados por Henri Lefèbvre e por Jane Jacobs são a base teórico-conceitual para as análises da memória coletiva do município, a fim de contrastar a idéia de desigualdade e vitalidade no espaço urbano, uma vez que o estudo empregado nessa dissertação visa examinar o grau de vitalidade urbana de Mesquita a partir do entendimento de forma urbana.

Palavras-chave: planejamento urbano, forma urbana, vulnerabilidade, periferia, memória.

ABSTRACT

There is an idea that Baixada Fluminense is the place where only exists the precariousness. But, we have to concern this assertive because that is not something which considers the experiences in life and felt by the population there. The consensus through this idea has been powered poor analysis about metropolitan region, without consider the vision of the residents. Therefore, the analysis presented from interviews with the people of Mesquita, intends to clear it up: the memory, history and the daily of the city, and give light same aspects historically disregards by the urban planning. Some concepts worked by Henri Lefèbvre and Jane Jacobs are the root to contrast the idea of inequality and vitality in the urban space, as a form of studying vitality in Mesquita, to understand the Mesquita urban form, according Lefèbvre.

Key-Words: urban planning, urban form, vulnerability, periphery, memory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grau de Urbanização (%) - p.60.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos comerciais e de serviços em cada município (2002/2003) - p.89.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos industriais por classes em cada município (2002/2003) - p.90.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: DESAFIOS TEÓRICOS: O FENÔMENO URBANO E SUAS CONTRADIÇÕES	16
1.1 FORMA OU FORMALIDADE URBANA?	16
1.2 URBANIZAÇÃO, DESIGUALDADE E PERIFERIZAÇÃO	26
1.3 CONDIÇÕES PARA VITALIDADE URBANA	35
CAPÍTULO 2: DA BAIXADA FLUMINENSE “ÀS MESQUITAS”	39
2.1 DA CANA À LARANJA	41
2.2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PÓS O CICLO DA LARANJA	49
2.3 MESQUITA: SUA HISTÓRIA E FORMAÇÃO	57
CAPÍTULO 3: MESQUITA SEGUNDO SEUS MORADORES	68
3.1 APROPRIAÇÃO, DOMINAÇÃO E PRÁTICAS URBANAS	70
3.1.1 Espaço da Moradia	72
3.1.2 Espaço do Trabalho	88
3.1.3 Espaço da Memória	97
3.1.3.1 A chegada	98
3.1.3.2 A infância, a juventude e as festas	101
3.1.3.3 Os problemas urbanos	106
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	124
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

A motivação inicial, para a construção das idéias desse trabalho, foi a de esboçar uma tentativa de apresentar um novo olhar a respeito do território fluminense. Visto que o debate em torno das periferias da região metropolitana aponta, na maioria das vezes, para o viés da desigualdade social no âmbito da problemática urbana. Contudo, coexistem diversas dinâmicas e práticas urbanas responsáveis pelo sentimento de pertencimento e de apego muitas vezes relatados por aqueles(as) que residem nesses locais tidos apenas pelos seus problemas urbanos, principalmente relacionados à infra-estrutura e violência urbana. Certamente, não se pode negar que as favelas e os subúrbios cariocas, e a Baixada Fluminense são lugares que apresentam inúmeros problemas sociais que influenciam diretamente, tanto na qualidade de vida das pessoas que ali residem (e de toda a cidade), como no meio ambiente, fruto de um modelo excludente de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, urbano vigente no país. Isto se traduz em uma maioria marginalizada (pobres) que não usufrui grande parte das benesses que o urbano poderia oferecer. Por isso, experimentam formas 'alternativas' de apropriar o urbano, isto é, buscam meios informais de obter os mesmos benefícios básicos¹ assegurados às elites.

Buscando inspiração na canção que fala, "a gente não quer só comida, a gente quer a vida como a vida quer"², as cidades não são constituídas somente por edifícios, vias, rede de esgoto, de água, elétrica, elas reúnem casas, calçadas, ruas, esquinas, veículos, bares, feiras, mercados, praças, rios, lagos, árvores e, o principal, pessoas. Assim, como as pessoas não necessitam apenas de comida, as cidades não são constituídas apenas por elementos formais, elas reúnem diversas dinâmicas sociais e culturais que dão sentido a vida das pessoas. A dimensão urbana ligada às formas de apropriação das cidades tem sido negligenciada pelos projetos urbanos impostos nas áreas periféricas ou, simplesmente, desconsiderados. Em um território onde a escassez é uma realidade, certamente, considerar estes fatores parece algo supérfluo, sem importância. Mas, o que hoje estamos assistindo, são processos cada vez mais perversos de dominação do espaço urbano, baseados na especulação do solo urbano e no consumo (acumulação). Os projetos de revitalização, de gentrificação, etc., são exemplos atuais do reflexo desses processos de dominação. O urbano, cada vez mais, tem sido visto como uma mercadoria passível de ser negociada segundo os interesses dos mais ricos. A população, nestes casos, é excluída dos processos decisórios e acaba sendo a mais prejudicada em termos sociais, econômicos e culturais.

¹ Aqui a referência de necessidade básica está relacionada ao artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988. Mas devemos deixar registrado que nem todas as necessidades básicas são asseguradas à classe médias que também vem sofrendo um processo gradativo de vulnerabilidade social (vide capítulo 1).

² *Comida* de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto.

Nesse sentido, este trabalho busca apresentar a importância da diversidade urbana gerada pela dinâmica de apropriação do espaço urbano, ao longo da história, através da memória dos indivíduos em um lugar estigmatizado da periferia da metrópole fluminense. A Baixada Fluminense é o pano de fundo desse debate, posto que o senso comum se refere a essa região como um todo igual, sem diferenças, sem particularidades, sem vitalidade. São *Baixadas* que devem ser desvendadas, pelo olhar de sua população, desconsideradas pelas histórias oficiais. Assim, o debate em torno da forma urbana, segundo Lefèbvre, serve de base para apresentar o contraponto do urbano de acordo com a história oficial e a dos seus moradores, apropriando-se de alguns conceitos como vitalidade urbana e vulnerabilidade para problematizar como o urbano se torna possível diante do véu do estigma.

Mesquita, por ter sido um município recém-emancipado de Nova Iguaçu, foi escolhido como o lugar para realização da pesquisa em campo, uma vez que durante o processo de elaboração do diagnóstico participativo para o Plano Diretor, observou-se um debate intenso a respeito da identidade do município (haja vista que a emancipação não é um consenso entre seus moradores). Partindo desse princípio, podemos dizer que existem dois momentos importantes a serem abordados, relativo ao espaço urbano de Mesquita, que caracterizam o grau de identidade da população com o seu território: quando Mesquita era distrito e, agora, quando Mesquita é um município. Assim como Bosi (2003) afirma sobre a importância da cidade na história pessoal de cada indivíduo, pode-se dizer que “o bairro [o distrito, o município] é uma totalidade estruturada, comum a todos que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade”³. Essa percepção, segundo os(as) moradores(as), que se torna essencial para o sentido deste trabalho.

A orientação adotada parte de Lefèbvre⁴ sobre as relações presentes no espaço; dentre elas: de *simetria* (duplicação, reflexão com sua correlação, as dessimetrias), de *miragem* (ilusão) e os efeitos da miragem (reflexo, superfície-profundo, revelado-escondido, opacidade-transparência), de *linguagem* (a reflexão, as oposições: manifestando-manifestado, valorizando-valorizado; a refração pelo discurso), da *consciência* de si e do outro (do corpo e da abstração, de alteridade e de alteração, alienação), a *temporal* (ligação imediata – vivida, portanto cega e inconsciente - do repetitivo e do diferencial), a *espacial* com suas duplas determinações: fictícia, produto e produtiva, material-social, imediato-mediação, conexão-separação, etc.⁵

O espaço social, nos termos de Lefèbvre (1974), não é um espaço de socialização, mas sim, *socializante* (por conta das múltiplas redes sociais). O urbanismo tentou no último século produzir

³ BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jul 2007. Pré-publicação, p.204.

⁴ LEFÈBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Éditions Anthropos: Paris, 1974.

⁵ LEFÈBVRE, op.cit., p.217 (tradução nossa).

um espaço de socialização que são espaços vazios, mental e socialmente, que permite a socialização do não-social - é uma *representação do espaço*⁶. Por outro lado, o autor coloca que o espaço é concebido por um sujeito social, afetado pelas determinações práticas ou ainda pelas determinações biossociais (os jovens, as crianças, as mulheres, etc.) e quando se desconsidera este fator, o que se está produzindo é um espaço que nega as redes sociais que o tornam socializante. A partir desse argumento é que se baseia a escolha dos sujeitos da memória. Buscou-se ampliar os tipos de sujeito, no âmbito do grupo social escolhido (pobres). Com isso, a memória aqui abordada não é apenas dos velhos, mas de jovens, adultos, mulheres e homens.

Também é apresentado o uso do espaço (apropriação) e a prática urbana (ou práticas espaciais) através dos ritmos, cotidianos, meses, anos... que se complexificam e são interferidos pelos processos de dominação prático-social (LEFÈBVRE, 1971). Nesse 'espaço de palavras' é mostrado que as condições materiais do espaço urbano não bastam para mostrar "o espaço da ação e de interação, do pedido e da interpelação, da expressão e do poder, da violência latente e das revoltas - espaço do discurso que não coincide com o discurso sobre o espaço e no espaço"⁷, posto que, para Lefèbvre, existem três esferas no espaço, o percebido (práticas espaciais), o concebido (representações do espaço) e o vivido (espaços de representação).

Aqui, a primeira intenção foi a de apreender o espaço de forma mais heterogênea. Assim, entender a evolução do espaço urbano de Mesquita, partindo de duas fontes distintas (memória e história) e do modo como se produziu e se reproduziu este espaço, permite caracterizar, não apenas, a *forma urbana* do município, mas, igualmente, a forma como sua sociedade se estrutura e configura no espaço.

Nesse sentido, o trabalho se estrutura em três capítulos. Porém, no primeiro capítulo, como base teórico-conceitual dessa análise, são apontadas reflexões sobre o debate em torno do urbano: (i) forma e formalidade urbana, (ii) urbanização, desigualdade e periferização e, por último, (iii) as condições para a vitalidade urbana. São apresentadas as reflexões que interferem em duas questões relevantes na construção do objeto de pesquisa, no âmbito da problemática urbana: as concepções reducionistas a respeito do fenômeno urbano na Baixada Fluminense, e, a importância da visão da população frente ao seu *lugar referencial*⁸. As características do processo de urbanização e de vulnerabilidade postas como condições importantes e estruturantes para o entendimento desses espaços nomeados como periferias.

⁶ Ibid, p.220.

⁷ Ibid, p.463 (tradução nossa).

⁸ Expressão que utilizaremos para iluminar a idéia de que a própria visão de mundo é fruto do lugar de origem ou de moradia de um indivíduo, como um referencial de sua realidade e de sua própria reprodução social.

O segundo capítulo tem como objetivo de apresentar a história oficial a respeito da Baixada Fluminense, com o objetivo de fornecer subsídios e dados sobre alguns aspectos levantados no primeiro capítulo e, com isso, trazer uma contribuição sobre os processos vivenciados pela população mesquitense, isto é, os fatores históricos que podem explicar a *forma urbana* da Baixada Fluminense. Dentre as questões apresentadas estão: o processo de ocupação e uso do espaço fluminense, os fatores que contribuíram para a radicalização da periferização do território, a origem e algumas causas dos problemas relacionados ao transporte, habitação, saneamento, etc. Deste modo, o capítulo se estrutura em três partes: a primeira, sobre o período da produção de cana ao de laranja; a segunda, sobre Mesquita a partir do início do século XX, quando do começo da intensificação da migração para a região. Nesse sentido, podem-se avaliar quais signos interferem na memória de sua população no processo de urbanização da região, que também são responsáveis pelo seu grau de vitalidade.

O capítulo 3 se estrutura a partir do desejo de analisar o espaço urbano de Mesquita, segundo seus moradores(as): como se dá a relação das pessoas com a dimensão urbana? Portanto, parte-se das falas dos(as) entrevistados(as) como fontes primeiras e complementares para o levantamento de algumas questões sobre *forma urbana* e, sobretudo, *vitalidade*. Nesse sentido, partindo do mote da apropriação e dominação do espaço e das práticas urbanas, divide-se a análise sobre o município em três campos: o espaço da moradia, o espaço do trabalho e o espaço da memória.

Com relação ao espaço da moradia, são abordadas questões relacionadas à dialética espaço privado e espaço público, tomando, primeiramente, como base, o 'público' em sua dimensão mais próxima - a rua - onde se analisa o mote da segurança, da permanência nas ruas, as brincadeiras de crianças, da religiosidade e de gênero. Na segunda dimensão, o espaço da moradia - o bairro - é trabalhado também a questão da segurança, da centralidade, do lazer, do comércio, das barreiras e a questão das zonas de fronteira.

Sobre o espaço do trabalho, são apresentadas sucintamente algumas reflexões sobre o efeito da localização da moradia e do trabalho nos centros metropolitanos na contemporaneidade, tomando com base as obras de Lefèbvre e de Harvey, e alguns dados que ilustram a situação econômica do município de Mesquita. Posteriormente, buscam-se referências nas entrevistas sobre a mobilidade do espaço do trabalho no território fluminense e o impacto desse processo em Mesquita, sob a perspectiva de como este espaço contribuiu para a geração de diversidade e, conseqüentemente, de vitalidade urbana.

O espaço da memória, que pode também ser entendido como espaço da linguagem, do discurso (LEFÈBVRE, 1971), é o momento do trabalho onde as pessoas falam sobre a 'sua Mesquita', onde a memória é o mote para a apresentação do espaço urbano ao longo da história de cada

entrevistado(a). Nesse sentido, 'dividimos' o espaço da memória em três partes: a (i) chegada, (ii) a infância, a juventude e as festas, e, (iii) os problemas urbanos. Assim sendo, esta parte final do capítulo 3, tem como objetivo elucidar a percepção dos moradores a fim de demarcar a diferença de abordagens com relação ao segundo capítulo, e mostrar que a memória é a principal referência da vitalidade urbana de Mesquita e o espelho da identidade dos indivíduos com o seu lugar.

Nas conclusões é reforçado o valor da memória, como um instrumento precioso para o entendimento do espaço enquanto *forma urbana* e os processos que incidem na identidade local, determinante da *forma urbana*. Se traduzirmos essa afirmação para o âmbito do planejamento urbano, deve se entender que é essencial que a população participe dos processos decisórios, visto que, o urbanismo tem sido utilizado de modo a desconsiderar as práticas urbanas dos lugares e, muitas vezes, suprimindo a diversidade que gera vitalidade urbana. No caso de Mesquita, o processo de vitalidade vem sendo construída, ao longo de sua história, por seus moradores(as) e, isto se evidencia, por exemplo, pela organização política em prol de sua emancipação. Além disso, é concluído que o processo de vulnerabilidade traduzido na radicalização da segregação sócio-espacial (que contribui para que a dualização centro-periferia) seja marcante para o entendimento dos espaços periféricos, como é o caso da Baixada Fluminense.

Vale ressaltar que durante as entrevistas realizadas, procurou-se não induzir as respostas para a constatação da hipótese desse trabalho. Não foram mencionados os termos *forma*, *diversidade* e nem *vitalidade*, posto que a explicação conceitual sobre estas categoriais poderiam dificultar a relação do entrevistador e do entrevistado. Por isso, buscou-se uma conversa quase que informal com as pessoas, no intuito de não mascarar suas opiniões sobre o que era perguntado. Além disso, a escolha desses entrevistados obedeceu apenas à diretriz de que deveriam ser pessoas pertencentes às camadas populares. Assim, contou-se com as relações pessoais e profissionais para o contato com moradores(as) e ex-moradores(as). Estes últimos também foram considerados visto a possibilidade da observação de diferenças de pontos vista sobre Mesquita, já que não residem mais no antigo distrito. Além disso, é preciso esclarecer que nem todas as entrevistas foram utilizadas neste trabalho, entretanto todas são fontes de constatação de diversas questões levantadas, principalmente, nas conclusões.

Cabe também registrar que este trabalho é um esforço de buscar abordagens mais lúdicas e interessantes sobre a temática urbana, pois não devemos somente mudar o modo como estamos estudando a realidade urbana, mas também de atrair um estudo mais amplo, que transcenda as universidades, uma vez que é o coletivo da sociedade que poderá iniciar um processo de transformação de nossas cidades.

1. DESAFIOS TEÓRICOS: O FENÔMENO URBANO E SUAS CONTRADIÇÕES

1.1. FORMA OU FORMALIDADE URBANA?

É sempre um desafio delimitar teoricamente a problemática urbana, principalmente em tempos em que o pessimismo ronda o debate em torno das cidades. Em um contexto de intensificação dos processos de globalização (ou mundialização) e financeirização da economia mundial, as cidades estão sendo classificadas como virtuais e pouco previsíveis, o que dificulta o início de qualquer incitação ao planejamento. Mas como bem discorreu Francisco de Oliveira¹, estando o nosso objeto em fuga, nunca foi tão importante planejar, prever, uma vez que o capital fictício ou financeiro está se antecipando no âmbito da problemática urbana. De fato, há de se considerar que a acumulação nos países subdesenvolvidos ou “em-desenvolvimento” tem reproduzido o capital, sem relação com as necessidades reais, onde há uma “superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas em benefício das grandes firmas mundiais”². A relevância dessa abordagem é que se tem constatado o efeito direto desta estrutura de acumulação na organização do espaço, agravando as disparidades tanto tecnológicas quanto organizacionais entre os lugares e acelerando o processo de concentração econômica e geográfica. “Todo o esforço no sentido de descentralizar tem como resultado uma concentração, [...] por quanto a organização do espaço não é indiferente à qualidade do capital instalado nos diferentes pontos do espaço”³. É indispensável considerar que o espaço é, antes de tudo, matéria trabalhada, a representação das objetivações da sociedade urbana, pois “acumula, no decurso do tempo, as marcas da práxis acumulada”⁴.

A cidade é a reunião, a simultaneidade, a centralização, o encontro de todas as criações⁵. Há “percursos e discursos” (LEFÈBVRE, 2004) diferenciados do urbano, fruto da produção espacial, e que devem ser considerados para que saibamos entender a realidade urbana e fugir do esquema, forma (geométrica), estrutura e função urbanas, para que possamos entender a cidade enquanto espaço⁶ urbano⁷; ou seja, a cidade é também a centralização da diversidade que contribui para

¹ SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7, 2006, Rio de Janeiro.

² SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Edusp, 2004, p.20.

³ Ibid, p.29.

⁴ Ibid, p.32.

⁵ LEFÈBVRE, Henri. A revolução urbana. 1ª Edição, 2ª Reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. Tradução de: Sergio Martins, passim..

⁶ Lefèbvre trabalha noção de espaço em três níveis: o espaço vazio, absoluto; o espaço enquanto um produto do mental e/ou do social; e o espaço enquanto ideologia a uma determinada classe.

⁷ Não está ligado a idéia da economia política urbana de produção do ambiente construído comandada pela lógica da acumulação. A proposta de Lefèbvre está no processo e não em considerar a cidade um objeto fechado. Ele avança no sentido do entendimento da produção como produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações que produzem o espaço. Ele foge da reflexão da produção do espaço pelo viés economicista dando ênfase ao seu caráter dialético. Por isso, o urbano não é um conceito fechado para o sociólogo.

inúmeros percursos e discursos que se diferenciam conforme a *ordem próxima* e a *ordem distante*⁸. Ordem próxima, definida como as relações em grupos relativamente amplos, organizados e estruturados e as relações entre ambos. Ordem distante, definida como aquela regida por grandes e poderosas instituições, como a Igreja e o Estado regulamentado por um código jurídico formalizado ou não, por uma determinada 'cultura'⁹ e por conjuntos significantes, sendo a cidade a mediadora, sustentando as relações de produção e de propriedade (LEFÈBVRE, 2001).

Para tanto, se centraliza este estudo na característica comum dos percursos e discursos, a *reciprocidade* e a *simultaneidade*, de acordo com as reflexões explícitas na produção literária do francês Henri Lefèbvre. A reciprocidade, característica *sine qua non* para a existência das cidades segundo o sociólogo, é determinante para a identificação da *forma urbana*, sendo o modo em que se estabelece a realidade urbana¹⁰.

O princípio básico ao qual Lefèbvre indica para a compreensão do termo é a dialética entre o mental e o social, entre o real e o pensamento. "Através da razão dialética, os conteúdos superam a forma e a forma dá acesso aos conteúdos. A forma leva assim a uma dupla existência"¹¹. Mentalmente, a forma é definida pela própria reciprocidade. Socialmente, a forma regulamenta inúmeras situações e atividades, no sentido de se estabelecer um consenso. Portanto, se confere uma estrutura 'x', a um espaço urbano, para que essa dialética possa determinar a *forma urbana*.

Lefèbvre esquematiza uma metodologia de reflexão para o processo de definição da *forma urbana*, não como aspecto formal da cidade, em termos do urbanismo, mas como simultaneidade (mental) e centralidade (social). A simultaneidade, a partir "dos acontecimentos, das percepções, dos elementos de um conjunto no *real*"¹². A centralidade, a partir do que se entende por encontro, pela reunião daquilo existente nos arredores, ou seja, na 'vizinhança' - "bens e produtos, atos e atividades, riquezas - e, por conseguinte, [pela] sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido das atividades (produtivas e consumidoras), como encontro da obra"¹³ e do

⁸ LEFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. 3ª Edição, São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de: Rubens Eduardo Frias, p.46, passim..

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ Lefèbvre (1970) considera o urbano e a realidade urbana como sendo sinônimos. São processos no espaço e no tempo: espacial uma vez que o processo se estende no espaço que ele modifica e, temporal uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto inicialmente mínimo, mas depois predominante da prática e da história.

¹¹ LEFÈBVRE, op. cit., p.87.

¹² LEFÈBVRE, 2001, p.90-91.

¹³ Lefèbvre enquadra a cidade como obra, assim com a obra de arte. É fruto da produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, isto é, além da produção de objetos materiais, sendo obra de uma história, de pessoas e grupos que contribuíram para a construção dessa obra em certas condições históricas, segundo necessidades vivenciadas (2001).

produto”¹⁴. A grande questão é para quem a *forma urbana* se estabelece. Diante de quem e para quem se constitui a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana?

Este tema conduz a um debate inevitável sobre diferenças, distinções, separação e, sobretudo, segregação e periferização. Contudo, antes de adentrarmos em alguns aspectos do mesmo, é pertinente dispor de algumas reflexões.

Confere-se absoluta prioridade, no território, a relação entre o *tempo* e o *espaço* onde se revelam relações sociais inerente a uma sociedade, predominando certa forma de racionalidade que governa a duração dessa dialética. Descontinuidades, superposições; a sociedade urbana não é concebida ao fim de um processo em curso, mas sim, cintila a partir das antigas *formas urbanas*, de transformações descontínuas no tempo-espaço. A cidade não cria nada; ela centraliza, isto é, a cidade é o lugar onde se centraliza as criações humanas. Criação por meio das relações que surgem e se rompem, ou se sobrepõem ao longo do tempo. Mesmo as cidades planejadas *a priori* constituem uma criação (de uma utopia) conforme as transformações de uma sociedade, que se centraliza em um determinado território, previamente escolhido, de acordo com as relações sociais e espaciais estabelecidas no tempo para tal. A cidade deve ser a centralização criativa dos homens e mulheres, pois quando se cria o espaço urbano, se criam laços afetivos que nos unem aos lugares onde se constitui a vida, a história e a memória individual e coletiva. Permite a convivência democrática, da solidariedade, do tempo do viver, das vivências e do sentido de pertencimento¹⁵,

Diante do debate sobre o caráter centralizador do urbano, é importante ressaltar que o espaço (e o espaço-tempo, como bem sublinhado por Lefèbvre), de modo geral, é modificado conforme as atividades e os períodos que se sucedem. “Existem, pois, três camadas: o espaço rural, o espaço industrial, o espaço urbano, superpostas, interpenetradas, absorvidas, ou não, um na outra”¹⁶. Não devemos olvidar que o espaço desde o período agrário, foi balizado, orientado, hierarquizado. A diferença principal do espaço que estamos considerando, do rural e do industrial, é o fato de ser diferencial¹⁷, ou seja, não-homogêneo.

O urbanismo, desde o seu princípio no século XIX, tenta buscar moldes para o espaço de acordo com uma suposta utopia. A simetria e a natureza sempre foram os norteadores dos projetos urbanos. O utópico aparece e transparece como se estivesse incorporado nos jardins e parques. São

¹⁴LEFÈBVRE, loc.cit.

¹⁵ BISQUERT, Adriana. La ciudad como lugar y el lugar de la mujer, in: BISQUERT; NAVARRO. Ciudad y mujer; actas del curso: Urbanismo y mujer. Nuevas visiones del espacio público y privado. Seminario Permanente – Ciudad y Mujer, Ed. Adriana Bisquert, Madrid, 1995, p.171-177.

¹⁶ LEFÈBVRE, 2004, p.117.

¹⁷ “É o resultado de uma história que deve ser concebida como a atividade de ‘agentes’ ou ‘atores’ sociais, de ‘sujeitos’ coletivos operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando de modo descontínuo (relativamente) extensões de espaço” (LEFÈBVRE, 2004, p.119).

espaços que podem remeter “a uma dupla utopia: a natureza absoluta e a pura artificialidade”¹⁸. Quando não submetidas intencionalmente a uma racionalidade exacerbada, sugerem a paisagem da natureza quase intacta; quando a artificialidade, surge árvores modeladas, servindo de puro ornamento. Esta prática urbanística, no sentido de alcançar o utópico, pode ser observada nas cidades planejadas, ou na tentativa de ordenação e uso do solo extremamente racionalizado e planejado, como as cidades-jardins¹⁹, ou as próprias cidades-industriais. Contudo, a prática urbana demonstra que a realidade urbana oferece, em número finito, porém extenso, diversos percursos e, por isso, dificilmente se consegue manter uma cidade à mercê da ordenação e da construção ou constituição de continuidades. Dessa forma, há inúmeros modos de conceber, de vivenciar, de perceber, de se relacionar com o espaço urbano. Se há uma conexão entre as relações sociais e espaciais, entre os lugares e os grupos humanos, é preciso instituir esta conexão, no caminho de uma modificação radical nas estruturas do espaço. A concepção do desenho dos lugares e da qualidade do espaço, não delineará, de fato, que as relações sociais se alojarão num espaço indiferente.

A fim de buscar um caminho de reflexão, baseado na pergunta inicial do capítulo, é pertinente expor outro conceito para adentrarmos a contestação referente ao processo de urbanização que queremos focar determinante da forma urbana. Espaço absoluto, para Lefèbvre (1974), é o produto das velhas contradições sociais que permaneceram ao longo da história e, sobretudo, das novas contradições atinentes ao modo de produção capitalista. O mesmo se apresenta no confronto entre o espaço abstrato (externalização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e o Estado) e o espaço social (espaço de valores de uso produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana)²⁰. Dessas contradições emerge um novo espaço, o espaço diferencial que consiste no espaço das diferenças, ao contrário do espaço abstrato que tende para a homogeneidade, para a eliminação de diferenças ou particularidades existentes.

É preciso afirmar que a problemática urbana é central para Lefèbvre, uma vez que ele afirma ser um fenômeno que se impõe em escala mundial. O fenômeno urbano não necessita ser mensurado, apesar de haver inúmeras tentativas de fazê-lo a partir de “pré-acepções” a respeito de pressupostas funções, estruturas e formas de um espaço urbano. A tentativa de se forçar uma dialética, nestes casos, dá lugar à duplicidade: (i) as funções podem ser consideradas duplas, tendo em vista que, de um lado há o território administrado, dominado, coberto de redes pelos centros

¹⁸ Ibid, p.123.

¹⁹ Premissa do urbanismo de Ebenezer Howard numa tentativa de uma alternativa à cidade e como solução aos problemas urbanos e foi proclamado como um conceito de planejamento urbano a partir do início do século XX. JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 1ª Edição, 3ª Tiragem, São Paulo: Martins Fontes, 2003, passim.

²⁰ COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefèbvre para análise urbana. In LIMONAD, Ester (org). Entre a ordem próxima e a ordem distante a partir do pensamento de Henri Lefèbvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003. 1 CD-ROM, p.12.

urbanos, e de outro, a própria cidade, administrada, dominada e dominadora, inserida nas redes de produção e de distribuição; (ii) as estruturas são igualmente duplas por serem definidas morfológica e sociologicamente. Quanto à forma, no sentido habitual do termo (geométrico), trata-se de uma disposição espacial que pode ser classificada pela sua estética, plástica e abstração (lógico-matemática). O termo 'forma' geralmente implica na descrição de contornos, na determinação de fronteiras, da sua aparência, seus ares e volumes. A redução da análise espacial ao *formalismo* implica na opacidade da descrição de elementos formais: a linha curva e reta, as relações 'interna- externas', 'volume-superfície' (LEFÈBVRE, 1974, 2004)²¹.

Os elementos formais se diversificam quanto a sua *textura*. Por vezes, nos introduz a repetição e à diferença. Articulados, colaboram para a divisão e os ritmos formais da cidade, exercendo a função de diferenciação dos significados implícitos do espaço social. O estilo mostra e revela o poder central de um determinado espaço urbano. Logo, a *forma urbana* expõe a produção do espaço ao longo do tempo: dispersão ou concentração, direções privilegiadas ou não, de acordo com este poder central que autoriza ou se esquiva premeditadamente. O Estado, responsável por este poder, delimita e demarca sua estratégia no território. Esta estratégia de produção do espaço para favorecimento de seus objetivos implica nos modos de apropriação deste espaço e nas relações do público e do privado.

Nesse contexto de análise, a formalidade espacial do urbano perde importância já que não se discute a sua estrutura ou sua função, mas o que o urbano engloba. E o que ele engloba são as diferenças, como pólos opostos que precisam se unir para ter uma razão de ser. A homogeneidade no espaço urbano se torna contrastante, pois o conflito no âmbito do espaço que tende a homogeneidade não acrescenta, apenas soma, intensifica a mesma homogeneidade, até recair no marasmo e na negação da criação. A centralidade, mesmo que superposta ou interpenetrada, só pode ser concebida, segundo Lefèbvre (2004), de maneira dinâmica, oposto ao qual a homogeneidade pode oferecer à cidade. "No espaço urbano, sempre acontece alguma coisa. As relações mudam, as diferenças e os contrastes vão até o conflito, ou então se atenuam, são erodidas, ou corroídas"²². Não cabe ao

²¹ Forma, função e estrutura são, em geral, dadas segundo uma materialidade que simultaneamente as une e as distingue. Por exemplo, numa organização, o conhecimento discerne suficientemente as formas, as funções e as estruturas no seio da totalidade, mas a análise tripla deixa um resíduo que uma análise aprofundada tenta entender e conhecer. No que concerne às 'realidades' sociais, a distância entre as formas, as funções e as estruturas aumentam. A relação entre forma, função e estrutura se tornam complexas se as considerarmos de forma puramente abstrata, como a forma lógica, não revelada por uma descrição e inseparável dos conteúdos. Seria necessário contar com a forma lógica de identificação, a reciprocidade, a recorrência, a repetição e a diferença.

²² LEFÈBVRE, 2004, p. 120.

arquiteto e urbanista, como Gropius²³ propunha, “definir uma nova concepção da vida”. O urbano é primordialmente o processo do próprio reconhecimento da *sociedade urbana*²⁴.

Nesse sentido, devemos desconsiderar o discurso ideológico e institucional e dos modelos de cidade fruto da cartilha do período modernista que ainda influenciam tanto o senso comum como os princípios das práticas urbanísticas. É preciso explorar a *forma urbana* enquanto geradora do urbano, encontro e a reunião de todos os objetos e sujeitos existentes e possíveis. Em resumo, a *forma urbana* é caracterização do espaço social e das formas de apropriação (e dominação) do espaço, onde se associam técnica, geometria, superposições, mudanças de uso e dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais de uma sociedade.

Outro autor que contribui para o debate é Harvey (1992a)²⁵ que se refere à realidade urbana também de modo dialético, apesar de não utilizar o termo forma urbana como Lefèbvre. A análise proposta parte do princípio de que os processos sociais e as formas espaciais não são distintos, apesar de em nossas mentes não os parecer.

A distinção entre os processos sociais e formas espaciais é considerada como algo irreal em um sentido muito diferente. As formas espaciais são tratadas [...] não como objetos inanimados dentro dos quais se põe em prática os processos sociais, mas sim como coisas que ‘contém’ processos sociais na mesma medida em que os processos sociais são espaciais²⁶.

Há uma disputa científica intensa sobre os processos que incidem no espaço urbano. Sobretudo a respeito de sua produção e dos processos sociais. Tem-se voltado para uma concepção estrutural de sociedade e de espaço cujo foco se dirige para as contradições, os conflitos e os antagonismos que determinam o movimento da estrutura social, olhando o espaço como resultado e como condição da reprodução social, “um resultado que se transforma em processo”²⁷. Harvey (1992a) introduz o debate sobre o urbanismo e a desigualdade social a partir da idéia de forma espacial e processos sociais. Contudo, a questão da *forma urbana* para Lefèbvre é a forma como a problemática urbana se insere; a forma de existência do urbano, que se ‘materializa’ em formas, funções e estruturas. Atualmente, com a intensificação da comunicação, o autor exemplifica a questão partindo da noção de centralidade:

²³ Walter Gropius arquiteto alemão, natural de Berlim, fundou a Escola Bauhaus de Weimar, em 1919.

²⁴ É diferenciar os termos cidade e urbano para Lefèbvre: cidade, realidade presente, imediata, arquitetônica; urbano, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas, ou seja, um campo de possibilidades (LEFÈBVRE, 2001).

²⁵ HARVEY, David. Urbanismo y desigualdad social. Tradução de Marina Gonzalez Arenas. 6ª Edição, Madrid: Siglo XXI de Espana Editores, 1992a, passim.

²⁶ Ibid, p.03.

²⁷ GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. Estudos Geográfico, Rio Claro, 2(1), p. 29 – 42, junho, 2004. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>

É quase evidente que na sociedade dita moderna, a simultaneidade se intensifica, se densifica e que as capacidades do encontro e da reunião se consolidam. As comunicações se aceleram até quase a *instantaneidade*. As informações afluem e são divulgadas a partir dessa *centralidade*, ascendentes ou descendentes. [...] Também é evidente que nessas mesmas condições a dispersão aumenta: divisão do trabalho levada até suas últimas conseqüências, segregação dos grupos sociais, separações materiais e espirituais. Essas dispersões só podem ser concebidas e apreciadas através da *referência* à forma da simultaneidade. Sem essa forma, a dispersão e a separação são pura e simplesmente percebidas, aceitas, interinadas como sendo fatos. [...] Na sua emergência, o movimento faz aparecer um movimento oculto, o movimento dialético (conflitante) do conteúdo e da forma urbana: a problemática²⁸.

Limitar o trato da forma como uma questão de 'conteúdo' do urbano na direção de delinear os processos sociais é ser indiferente à própria prática social e urbana, isto é, atividades e condutas determinantes à *forma urbana*.

Nesse sentido, tanto Harvey quanto Lefèbvre fazem uma crítica como o urbanismo tem se desenvolvido. Harvey (1992b) se opõe a tendência à racionalidade matemática predominante no planejamento das cidades. Ele afirma que "a cidade é o lugar em que o *fato* e a *imaginação* simplesmente têm de se fundir"²⁹. Podemos fazer uma associação dessa afirmação do *fato* com o *social* e a *imaginação* com o *mental*, para Lefèbvre. Sua crítica, na perspectiva da dialética espaço e sociedade, evidencia como a ausência de um planejamento na pós-modernidade que entenda a cidade como centralidade e lugar da simultaneidade, tende a uma suposta produção da diversidade, mas que acaba reproduzindo a monotonia, colocando a cidade como objeto a ser consumido.

Para se desvencilhar de equívocos quanto à definição de *forma urbana* é preciso entender os aspectos que a determinam. Certamente, os signos urbanos, ou seja, as coisas que permitem a reunião (a rua e a sua superfície, a pedra, o asfalto, calçada, etc.), e as que estipulam a reunião (praças, luzes, etc.), colaboram para a legibilidade e a visibilidade do fenômeno urbano. De fato, a cidade e o fenômeno urbano estão repletos de significações e signos (*sistema de signos*). Porém, seria equivocado que fossem analisados a partir da idéia da constituição de apenas um sistema.

O conceito de sistema de signos não dá conta do fenômeno urbano; se há linguagem das cidades (ou linguagem da cidade); se há palavra e 'escrita' urbana, portanto, possibilidades de estudos semiológicos, a cidade e o fenômeno urbano não se reduzem nem a um único sistema de signos (verbais ou não), nem a semiologia. A *prática urbana* ultrapassa esses conceitos parciais e, por conseguinte,

²⁸ LEFÈBVRE, 2004, p.91.

²⁹ HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Sobral e Maria Gonçalves. 2ª Edição, São Paulo: Loyola, 1992b, passim p.15.

a teoria. Essa prática nos ensina, entre outras coisas, que signos e significações são produzidos para a venda, para o consumo³⁰.

Igualmente, não se pode negar que na *cidade* e no *urbano* exista um único sistema de signos e significações. Os mesmos são concebidos por diversos níveis: o dos modos da vida cotidiana (ou ainda, os modos de apropriação do espaço urbano reservados principalmente às extensões do *habitar* e do *habitat*), o da sociedade urbana em sua totalidade (“semiologia do poder, da potência, da cultura considerada globalmente ou na sua fragmentação”³¹), o do espaço-tempo urbano (os signos do poder, da potência, da cultura global ou fragmentadamente). Neste caso, também podemos tomar como referência a obra de Bourdieu³² que descreve o poder simbólico como o poder da comunicação de difundir um, confirmar e transforma uma visão de mundo e conseqüentemente, as ações sobre o mundo (conhecimento e reconhecimento). Bourdieu chama a atenção, todavia, para o fato de que o conhecimento das características pertinentes à condição social e econômica só permite compreender a posição de indivíduo ou grupo no ‘espaço dos estilos de vida’ (ou seja, nas práticas através das quais ele se marca e demarca) se for simultâneo ao conhecimento (prático ou não) do *habitus*³³ no qual essa condição econômico-social se traduz e que a re-traduz.

Tomando com base tais reflexões, Lefebvre (1974) classifica duas categorias determinantes para a *forma urbana* de um espaço: o espaço dominado e o espaço apropriado que colaboram para a compreensão sob quais aspectos estamos trabalhando.

De um modo geral, é colocado que *apropriação do espaço* é um movimento, um processo da ação social de uma sociedade no tempo e no espaço. Não é uma prática, e não está relacionada, exclusivamente, com as relações econômicas. A *dominação do espaço* é aquele transformado por uma técnica e por uma prática imprimida em um curto espaço de tempo; a *dominação* e a *apropriação* podem vir juntas. Inicialmente, o autor afirma que o espaço foi *apropriado* sem ser *dominado*: a cabana, o iglu, a casa de campo, etc. Já a *dominação* ascende com a guerra, com o Estado, com o poder político. A dificuldade do debate está no fato de que a oposição ‘dominado-apropriado’ não se limita ao discurso, não é uma simples oposição. Ela nasce de uma contradição, de um movimento conflituoso que se desdobra ao domínio do termo, *dominação*, até a redução extrema do outro termo, *apropriação*. O conceito se atém em seu significado completo apenas quando é contrastado com seu oposto e inseparável conceito de *apropriação* (LEFÈBVRE, 1974).

³⁰ LEFÈBVRE, 2004, p.55.

³¹ LEFÈBVRE, Henri, op. cit.

³² BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

³³ Relacionado a identidade social, matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas, integrado à todas as experiências passadas. Princípio mediador, princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência.

O fato de as cidades atualmente estarem pressionadas pela competição entre si, principalmente pelo consumo, nos conduz a entender a cidade apenas pelo mote da dominação. Entender os modos de apropriação e re-apropriação do espaço urbano, atualmente, é um desafio “dada a sombria história da industrialização e da reestruturação” territorial³⁴. Por isso, Lefèbvre (1974) alega que num espaço existente deve existir uma razão de ser a qual determinará processualmente sua forma, função e estrutura. Caso isto não esteja claro, a *forma urbana* se torna vaga, e o espaço suscetível às distinções, re-apropriações e impondo novos usos bem distintos do inicial. Talvez, esse seja o aspecto mais instigante do urbano, pois nenhum espaço fez desaparecer completamente seus rastros no tempo (diacronismo e sincronismo).

O espaço dominado e o espaço apropriado podem inicialmente ser combinados, pelo menos idealmente. Mas a história (a história da acumulação) é também a história de sua separação e mútuo antagonismo. A dominação tem crescido em parte pelas guerras, pelo Estado e pelo poder político (LEFÈBVRE, 1974). Contudo, nos países da América Latina, por exemplo, vislumbramos lugares do urbano nascidos da dominação imperante nas cidades, mas que também é fruto de modos de apropriação distintos. Apropriação e re-apropriação de espaços e lugares muitas vezes já superados pelo tempo e pela técnica, além de modos peculiares e particulares de apropriação (favelas, conjuntos habitacionais, prédios públicos, viadutos, etc.). Esta prática urbana resultante dessa apropriação se contrasta com a prática urbana ‘dominante’. A prática urbana regula a vida, e não a cria. Ao mesmo tempo, tais contradições espaciais são contradições da sociedade que simplesmente emergem no espaço como, por exemplo, as contradições entre as forças e as relações de trabalho. O desafio é entender estas simultaneidades, ou seja, a *forma* que constitui o *urbano*.

Nesse sentido, Lefèbvre avança em relação às análises historicistas e economicistas vigentes numa abordagem da urbanização (dialética espaço-tempo) como resultado do processo de reprodução das relações de produção, afirmando que é no espaço que se produz a reprodução das relações de produção, contribuindo para contradições múltiplas, oriundas ou não do tempo histórico³⁵. Com isso, as relações sociais podem modificar o significado e a métrica do espaço. E por sua vez, os processos referentes aos conflitos sociais, são formas de conflito espaço-temporal. Em suma, de maior importância no âmbito da construção social do *espaço* e do *tempo*, são as diferenciações de concepção dos mesmos ao analisar sob as distinções de classe, gênero, cultura, religião e política, constituindo uma arena do conflito social³⁶.

³⁴ HARVEY, 1992b, p.92.

³⁵ LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. Revista GEOgrafia, Niterói RJ, ano 1, n.1, p.71-91, 1999. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/rev_01/ester%20limonad.pdf>, passim.

³⁶ HARVEY, David. Justice, Nature & the Geography of Difference. Oxford: Blackwell, 1996.

O tema central se clarifica: primeiramente compreender os fenômenos urbanos que institucionalizam a *forma urbana* das cidades que em certos aspectos determinam o desenvolvimento futuro dos processos sociais em curso. Agora, num segundo momento, entender alguns processos típicos da formação urbana no Brasil, determinantes para a sua compreensão.

1.2. URBANIZAÇÃO, DESIGUALDADE E PERIFERIZAÇÃO

De um modo geral, por urbanização se entende pelo processo espaço-temporal de estruturação do território, para reprodução das relações sociais, tendo em vista as relações de produção, sob o desenvolvimento técnico-científico, ou seja, o momento histórico em que a construção e reconstrução do espaço se [deu] com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informações³⁷. No Brasil, esse processo dialético e nem sempre associado, possui particularidades e distinções importantes, que está longe de ser terminado.

Segundo Oliveira (1982), há alguns pressupostos históricos que não devem ser deixados de lado, como o fato de que a formação do urbano na economia brasileira se relaciona com a formação da economia colonial, fundamentada, sobretudo no campo. As cidades são, na verdade, a “sede do capital comercial que, controlando a produção agro-exportadora, fazem a ligação dessa produção agro-exportadora com a circulação internacional de mercadorias”³⁸. Por exemplo, há de se considerar que a cidade de Recife e, mesmo do Rio de Janeiro, eram cidades grandes, devido justamente à sua função como sede comercial. Mesmo assim, ainda impera o costume de relacionar o fenômeno da urbanização na sociedade brasileira com o período inicial da industrialização.

Diferentemente de outros países, a herança do campo tornava inviável o processo de industrialização para as pequenas unidades produtivas, posto que a produção de um produto final requereria uma complexa divisão do trabalho, desde a fabricação dos bens de capital dentro das fábricas, até a sua própria manutenção; atividades estas que encareceriam se localizadas nesses núcleos. Isto porque, durante o século XIX: a economia brasileira fundava-se no trabalho escravo, fato que dificultava a formação de um mercado de trabalho; havia uma precária rede urbana, determinado pelo caráter autárquico da produção para exportação; e a própria monocultura, que prevaleceu até os anos 20 do século passado. Por estas razões, não seria errado afirmar que o processo de urbanização no Brasil nasce antes da industrialização, no século XX (OLIVEIRA, 1982).

A autarquia das cidades corresponde a uma resposta ao tipo de autarquia do antigo campo. Devido à autarquia do campo estabelecer uma divisão social do trabalho incipiente e, conseqüentemente, uma incipiente urbanização, a autarquia da cidade vai impor uma industrialização no Brasil que se faz imediatamente urbana e, excepcionalmente, urbana³⁹. “A industrialização vai impor um padrão de urbanização que aparentemente é, em muitos graus, e em muitos pontos, superior ao

³⁷ SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005, p.37.

³⁸ OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. In: Espaço e debates, nº 6, jul./set., 1982, p.37.

³⁹ Autarquia das cidades “significa que as cidades, ao tornarem-se com a industrialização o centro do aparelho produtivo, vão, pela própria herança do padrão anterior, constituir-se em cidades autárquicas” (OLIVEIRA, 1982, p.41)

ritmo da industrialização⁴⁰, sendo ela o motivo de expansão capitalista no Brasil. Por esta razão, há de se relativizar a associação imediata da urbanização e industrialização, uma vez que a urbanização é um elemento que interage com outros (Estado, política, economia, sociedade, cultura) e extrapola os limites das cidades.

Voltando aos termos de Lefèbvre (1974), a urbanização é justamente o modo pelo qual o espaço urbano se estrutura para a sobrevivência do capitalismo a partir da criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado. E cada sociedade se organiza de acordo com as suas contradições sociais e históricas herdadas. Por isso, é preciso entender a realidade urbana, segundo estes marcos.

O cuidado também a esta dialética é de não tratar o espaço como um simples suporte de circulação de capital, mercadorias e informação. O processo de produção do espaço extrapola estas questões. O meio urbano interfere na qualidade e nos padrões de vida da força de trabalho, e interage com o processo geral de reprodução das relações sociais⁴¹. Assim, Lefèbvre confere ao espaço um papel condicionador, regulador, pois o *espaço socialmente produzido* adquire uma função interativa com as relações sociais de produção.

Não há como escapar do fato de que a industrialização foi responsável pela “divisão internacional do trabalho cujo resultado é a divisão territorial do trabalho”. Ao mesmo tempo, essa divisão territorial hierarquiza os lugares, segundo sua distribuição espacial, redefinindo a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições (SANTOS, 1996). Contudo, a diversidade de modos de vida, os tipos urbanos, as proximidades de modelos culturais, os valores atrelados à modalidade de vida cotidiana não podem ser vistos como resíduo. A intensificação do processo de urbanização se deu a partir da industrialização, mas o urbano se define pelos últimos níveis do privado, o *habitar* (LEFÈBVRE, 1970).

No âmbito da dialética da urbanização e da industrialização, há de se considerar também o urbanismo e o seu papel na produção do espaço urbanizado. A ciência de tentar organizar o espaço urbano traz conseqüências que também extrapolam o lugar da intervenção. Reproduz os conflitos e as contradições sociais no espaço, principalmente com o advento do desenvolvimento técnico-científico e da globalização da economia, quando se criou uma pressão ascendente por parte do capital e da força de trabalho por investimentos em infra-estrutura, habitação e serviços públicos⁴².

⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco, loc. cit

⁴¹ Em seu artigo, apresentando como David Harvey contribuiu para ampliação da temática urbana: “uma nova fase de análise da interação entre o espaço, o urbano e o processo de produção” (LIMONAD, 1999, p.77).

⁴² Ibid, p.79.

A importância deste debate para o trabalho é pertinente, tendo em vista que muitos aspectos a serem levantados a partir da pesquisa em campo, se confundem com o processo de industrialização no território fluminense. Por isso, para clarearmos nossa abordagem, enfatizamos que não tenderemos a reduzir a urbanização a um fenômeno do modo de produção capitalista e que não podemos considerar um mesmo modo de urbanização (espaço e tempo).

Partindo de um entendimento geral sobre o processo de urbanização do país, podemos avaliar umas das principais contradições do *fenômeno urbano*, a mais visual em nossas cidades, a desigualdade social. O processo mais freqüente, consequência da desigualdade social no território é a periferização. Antes de alinhar algumas questões sobre as periferias, tomemos o debate a respeito da vulnerabilidade, tão em voga atualmente uma vez que contribui para fornecer subsídios teóricos às oposições a serem construídos nos capítulos seguintes, e principalmente para tirar conclusões sobre a como este processos incidem na *forma urbana* e conseqüentemente, nas condições de vitalidade, tendo em vista que são fatores que contribuem na identidade coletiva de um lugar. A relevância da abordagem da questão da vulnerabilidade para dissertação se faz pelo fato de que na Baixada Fluminense há uma relação de eventos potencialmente problemáticos, dos quais podemos identificar alguns: clientelismo, direitos sociais subjugados, desastres naturais associados à ausência de políticas públicas eficazes, economia desgastada, etc.

Segundo Robert Castel (1997)⁴³, *vulnerabilidade* está associada à trajetória e às condições que ameaçam, determinada população, sair do 'estado' de *bem-estar social* (partindo do entendimento de que o Estado deve estabelecer mecanismos para a garantia da reprodução social). Deste modo, o autor prefere a utilização do termo *desfiliação* do que o de *exclusão*, uma vez que ele parte da idéia de que "é possível haver grupos fortemente integrados e fracamente providos"⁴⁴, ou seja, para ele, o termo *exclusão* não dá conta dos processos da situação de flutuação na estrutura social em que certos indivíduos se encontram.

Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de produção que 'cobrem' um indivíduo diante dos acasos da existência. Donde a possibilidade de construir o que chamarei, metaforicamente, de 'zonas' de coesão social. Assim, a associação do trabalho estável – inserção sólida caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam efeitos negativos para produzir a exclusão, ou melhor, [...] a desfiliação⁴⁵.

⁴³ CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social. Uma crônica do salário. Petrópolis, Ed.Vozes, 1998, passim.

⁴⁴ Ibid, p. 23.

⁴⁵ Ibid, p.24.

Deste modo, Castel utiliza a idéia de *risco* e de *desfiliação* para entender os processos de vulnerabilidade. Diferentemente da idéia de *exclusão social* (entendida como um estado de privação), é proposto o emprego da noção referente aos processos que geram a situação de privação. *Desfiliação* é designada como uma trajetória e um percurso no mesmo campo semântico de *dissociação*, *desqualificação* ou *invalidação social*. Já o risco de se tornar vulnerável, para Castel, é contribuído pelo grau de incapacidade e inabilidade de se integrar aos mecanismos de reprodução da força de trabalho e da reprodução das relações sociais ao qual o mercado não as assegura. Peguemos o exemplo de grupos sociais em que a precariedade das condições de trabalho pode ser compensada pela densidade das redes de proteção próxima, como alguns grupos de nordestinos que se instalam nas metrópoles do sudeste, como um exemplo de como a vulnerabilidade depende de diversos fatores, sejam eles civis, sociais, culturais e econômicos. Diante disso, Castel afirma que, “integrados, vulneráveis e desfiliaados pertencem a um mesmo conjunto, mas cuja unidade é problemática. As condições de constituição e de manutenção dessa unidade problemática é que devem ser interrogadas”⁴⁶, pois a condição dos que estão ‘out’ dependem dos que estão ‘in’ e esta condição é sempre definida pelos centros de decisão – política, econômica e social – repercutindo como ondas de choque nas diferentes esferas da vida social o que pode potencializar ou amenizar o risco de se tornar vulnerável.

Kowarick (2002)⁴⁷ analisa a vulnerabilidade civil e sócio-econômica no Brasil, retomando o debate da década de 70 a respeito da teoria da marginalização e da dependência, discutindo os conceitos, *exclusão* e *desfiliação* de Castel, e examinando o processo de *descidadanização*. Em suma, para ele, a vulnerabilidade quanto aos direitos civis básicos, sempre foram restritos e precários. Em anos recentes, houve um desmonte dos serviços e o surgimento de novas regulamentações que se traduziram em perda de direitos adquiridos. Antes de tratar da vulnerabilidade propriamente dita, o autor analisa a problemática da *exclusão* numa abordagem da noção de capitalismo excludente: dinâmica produtiva, industrialização, urbanização, sistemas políticos. Nesse caso, ele se refere especificamente à questão da marginalidade apoiado na teoria marxista, destacando as diferentes concepções com relação à capacidade das classes sociais de incitar um processo de transformação⁴⁸.

⁴⁶ CASTEL, 1998, p.34.

⁴⁷ KOWARICK, Lúcio. "Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano". Novos Estudos, no. 63, São Paulo, CEBRAP, 2002, pp. 9-30, passim.

⁴⁸ Durante a década de 70, o autor afirma que este debate propunha a uma possibilidade de um discurso político e ideológico que tendia ao reformismo ou revolução. Havia uma perspectiva desenvolvimentista no debate a respeito da teoria da dependência, como Fernando Henrique Cardoso que afirmava em síntese que o desenvolvimento dependente mostrava-se como um caminho histórico viável a ser trilhado. Mas havia uma corrente radicalmente oposta a essa versão, como Marini que problematizava a super-exploração do trabalho. Como consequência dessa super-exploração: desemprego, subemprego crônicos, baixa de salários, aumento da jornada de trabalho, concentração de renda contraditória em relação ao grau de desenvolvimento e diversificação da economia e, sobretudo, crescimento de bens de consumo pouco voltado

O autor enfatiza o amplo debate sobre a necessidade de ruptura, uma vez que o desenvolvimento periférico não poderia ser visto como sinônimo de desmonte dos direitos sociais e civis da sociedade. A consequência da crítica sobre esse prisma foi a superação da análise dualista para ver que se o todo era desigual, essa desigualdade era fruto de processos sociais e econômicos arcaicos que davam suporte ao processo de geração de riqueza. Assim, para Kowarick, o conceito de *marginalidade social* está ligado a uma modalidade de inclusão precária, instável e marginal no processo produtivo que está associado, por conseguinte, ao aumento do setor terciário devido à flexibilização e externalização da produção, o que ocasionou em mudanças drásticas nas dinâmicas de geração de excedente.

O significado e o sentido do trabalho na atualidade são diversos. Uma delas é a precarização do trabalho assalariado e a ampliação de uma terceirização “suja e predatória” (KOWARICK, 2002), além da fragilização social relacionada à sedimentação das instituições políticas, sindicais e comunitárias. A modernização tecnológica, produtiva e organizacional significou numa grande ampliação desse processo. Como consequência, um componente essencial para determinar o padrão de vida urbana: a moradia - teve um aumento significativo na parcela de habitações precárias, devido à inexistência de uma política habitacional. As favelas tiveram seu maior índice de crescimento ao final da década de 80 e início da década de 90⁴⁹, o que nos mostra a aceleração de uma dinâmica associada à grave crise econômica do início dos anos 90 (intensa mobilidade sócio-habitacional), contribuindo sobremaneira para o crescimento e a intensificação das formas precárias de habitar e de se apropriar o espaço.

É neste panorama que o autor evidencia a questão da *desfiliação*, da perda de raízes, de desligamento dos circuitos básicos da sociedade. Não é um estado ou condição, mas uma questão social, de perspectiva histórica. Kowarick aponta que o desenraizamento social é de um lado, o enfraquecimento dos laços de sociabilidade primária, e de outro, o desemprego de longa duração ou trabalho irregular que caracteriza a desinserção no sistema produtivo. Além disso, observam-se os processos sociais desencadeados pela autodefesa de interesses privados que solapa os direitos coletivos: enclaves, preconceito, hierarquização e estigmatização. Um dos fatores desse processo é o aumento da criminalidade, permitindo a associação à situação de pauperismo com o comportamento delinqüente. Nesse sentido, este tipo de associação também contribui com o princípio da exclusão social (não é apenas isolar o indivíduo, mas negar ao outro o direito de ter direito) em que

para o mercado interno. Ao mesmo tempo em que produz-se novas modalidades de produção e consumo, reproduz-se antigas formas de produção, estruturadas na pauperização, na desigualdade e na marginalidade: subdesenvolvimento social e econômico.

⁴⁹ KOWARICK, 2002, p.19 – baseado em índices da evolução das populações faveladas no município de São Paulo entre 1975-1993 (Fonte: Sebes; IPT/Fupam, Censo de Favelas: Fipe-Sehab; IBGRE, Censo Demográfico).

“representações e práticas levam a demonização do outro, tido e havido como encarnação do mal e, portanto, passível de ser eliminado”⁵⁰.

Os principais impactos na vida cotidiana na cidade relacionados à autodefesa são: a substituição de regras de sociabilidade de caráter universal pelo arbítrio pessoal para a preservação de interesses privatistas, e os *enclaves fortificados*⁵¹ no sentido de retrain a vida privada (a casa) entre muros ou através de formas de ordenamento urbano que evite a mistura social vivenciada como confusão, desarmonia ou desordem como sinônimo de perigo e violência (KOWARICK, 2002).

A partir desta síntese podemos considerar duas matrizes de controle e acomodação social: a naturalização dos acontecimentos e a neutralização através de métodos de constrangimento e coação que reforçam as dinâmicas de subalternização da localização social do pobre. Este processo, portanto, de *decidadanização* para o autor é o “viver em risco”.

Um estímulo ao debate sobre a relação sociológica da Baixada Fluminense com o município do Rio de Janeiro é o levantado em “Os Estabelecidos e os Outsiders”, de Norbert Elias e J. L. Scotson⁵². O livro trata de entender como o grupo ‘estabelecido’ no povoado industrial de Winston Parva - parte de uma área de construções suburbanas nos cercanias de uma grande cidade da região central da Inglaterra, em 1959-60 - se relacionava com o outro grupo que chegou mais tarde e era visto pelos(as) moradores(as) mais antigos do lugar como ‘outsiders’, ou seja, como gente de fora e, por isso, sem direitos de plena cidadania.

As categorias, estabelecidos e *outsiders*, se constituem como identidades sociais, “onde os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência”⁵³. Os estabelecidos são grupos e indivíduos que tomam posições de prestígio e de poder, são reconhecidos como ‘boa sociedade’, e assim, como melhor e mais poderosa. A identidade social é a de grupo, como um coletivo construído a partir da combinação singular de tradição, autoridade e influência, com um carisma grupal característico. Estabelecem seu poder no fato de serem um modelo moral para os ‘outros’. Os forasteiros, ou *outsiders*, existem sempre no plural, assim sendo não constituem propriamente um grupo social como os estabelecidos. Não são vistos como membros da ‘boa sociedade’, apresentando-se como um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais pouco intensos.

⁵⁰ KOWARICK, 2002, p.25.

⁵¹ CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000, p.211-299, passim.

⁵² ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro: Zahar, 2000, passim.

⁵³ Ibid, p.8.

Apesar de a obra tratar da questão das relações sociais entre comunidades bastante específicas, é também focado os aspectos que os tornam uma comunidade e seus problemas comunitários, que podem ser traduzidos em problemas sociológicos determinados. Nesse sentido, foi tomado como imprescindível o reconhecimento dos problemas suscitados pelos tipos de interdependências, estruturas e funções encontradas nesses grupos residenciais, para a compreensão do sentido de 'comunidade como *comunidade*'. Surgem, então, como um dos principais problemas, as distinções de valores atribuídos às diferentes famílias presentes nas redes comunais. Ou seja, nota-se uma hierarquia classificatória dessas famílias ou essencialmente da ordem de *status* em uma determinada comunidade. É neste ponto que o juízo de *status* inferior pode gerar a degradação e o sofrimento relacionado a estigmas de segregação e de exclusão do contato social entre grupos. Conseqüentemente, mostram como as normas de atribuição de status e a distribuição de papéis e tarefas dentro das instituições sociais e políticas da comunidade, correspondiam a padrões dispares de união interna e controle comunitário. Tais padrões traduziam uma prática política que consistia em reservar para as pessoas do grupo, cargos influentes em organismos locais como no conselho, na escola e no clube, como mecanismo de afastamento dos(as) moradores(as) da outra área. Além disso, a ameaça a esses padrões e a essa ordem levava os 'velhos' residentes a pensar que o mínimo de contato com os *forasteiros* provocaria o rebaixamento do *status* consolidado e do prestígio de seu bairro. Como forma de auto-proteção, observou-se que os estabelecidos utilizaram métodos de controle social, como os 'mexericos', traduzidos como instrumento de ratificação da ordem estabelecida e de afirmação estereotipada dos *forasteiros* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Os autores afirmam que a relação entre os estabelecidos e os *outsiders* apontou alguns problemas típicos criados comumente pelo crescente processo de mobilidade social. Para eles, o emprego da 'abordagem configuracional' aponta a forma equivocada das formulações sociológicas, citando entre outros, os exemplos dos termos 'preconceito' e 'delinquência'. Segundo ele, esse equívoco viria do caráter seletivo e valorativo que envolve o debate sobre a questão, isoladamente do contexto. Pode-se dizer, portanto, que a escolha de temas para pesquisa relacionada a esta temática é, por vezes, influenciada por juízos de valor externos, e a pesquisa acaba por preferir se basear no que se apresenta pejorativamente. Há um trecho do livro cuja citação elucida bem esta assertiva: "há uma preocupação com tudo o que cria dificuldades, não se dando tanta importância ao que parece estar correndo bem"⁵⁴. A partir desse exame, Elias e Scotson, enquadram o exemplo de Winston Parva à questão da 'abordagem configuracional', já que nenhum dos dois grupos poderia ter se transformado no que era, independentemente do outro.

⁵⁴ Ibid, p.180.

Não só por este aspecto que se deve relativizar o trato a respeito da idéia de centro e periferia, mas também pela questão que a segregação espacial nas cidades não têm sido facilmente demarcada e visualizada. A partir de uma análise de São Paulo, Caldeira (2000) coloca questões que permitem ser rebatidas ao caso da região metropolitana do Rio de Janeiro: (i) há um crescimento efetivo e concentrado nas franjas das periferias que também começam a se verticalizar; (ii) as lutas sociais na periferia conquistam melhorias e trazem a possibilidade da legalização das propriedades e construções, com isso, os bairros recebem melhorias, logo, valorizam-se no mercado imobiliário, tornando-se caro para a população pobre que se refugia em favelas e cortiços na região central; (iii) as transformações que serviram de base para que as mudanças no padrão da segregação residencial ocorressem foram, a recessão da economia, o processo de desindustrialização e novos espaços para a atividade terciária.

Como se pode perceber nas abordagens já colocadas neste trabalho, as disputas e os debates não estão mais no âmbito da problemática em si, mas territorializadas (ou espacializadas). O território é o lugar da desigualdade. A partir do entendimento da *segmentação*, como uma situação social, onde existem barreiras para a mobilidade social entre as categorias sociais e para a mobilidade espacial; e *segregação* como situação social na qual a segmentação adiciona-se a institucionalização de barreiras materiais ou simbólicas, determinando o modo de apropriação do espaço e a sua identidade (informação verbal)⁵⁵, tomemos o mote das periferias.

O processo de periferização está fortemente ligado a idéia de segregação. A segregação social causa da segregação espacial. Segregação e segmentação como aspectos atuais da vida urbana que colaboram para o isolamento social determinadas pelas diferenças de ingresso entre os segmentos da população urbana que alargam as distâncias sociais entre os pobres e os não pobres⁵⁶. Um dos mecanismos de isolamento social mais comum está relacionado à ausência ou eficiência de serviços urbanos que colaboram na precariedade na vida urbana em todos os seus aspectos: moradia, transporte, trabalho, etc. (KATZMAN, 2001). Nesse sentido, a hierarquização do solo vinculada ao acesso às benesses urbanas está diretamente relacionada ao fenômeno da periferização.

Deve-se ressaltar que as periferias surgem como solução cômoda⁵⁷ para o problema habitacional no Brasil quando o processo de urbanização se associa ao inchaço das cidades devido aos altos índices migratórios e a prática de afastar os pobres das regiões mais centrais e bem infra-estruturadas das cidades. A inoperância do Estado confere quase que absoluta responsabilidade para

⁵⁵ Informação fornecida pelo Professor Luiz César Ribeiro, do IPPUR/UFRJ, durante aula da disciplina "Vulnerabilidade, Segregação e Políticas", em outubro de 2005.

⁵⁶ KATZMAN, R. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*, Revista de La Cepal, nº75, dezembro de 2001, p.171-189.

⁵⁷ Solução não oficial e não institucional (Estado).

a evolução do processo de dualização do território onde se associa: irregularidade fundiária e urbanística, precarização das relações de trabalho e constrangimento social.

A relação centro-periferia, principalmente no período da década de 80, começa a se transformar, induzidos pela especulação imobiliária, quando o tecido urbano se torna extremamente esgarçado, e se multiplicam centro e periferias, enclaves, ilhas de prosperidades espalhadas pela cidade ao meio de bairros precarizados.

Os traços de nossa urbanização estão nestas formas de desigualdade que podem ser de posição e condições sociais, e entre sujeitos moralmente autônomos. Atualmente na sociedade brasileira, há uma ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que os indivíduos são considerados moralmente iguais, esses são distinguidos seja por sua origem, seja por sua cor, ou etnia, e gênero, marcando brutalmente o que ele poderá usufruir na cidade.

Não há como negar que a visão estigmatizada e naturalizada com relação à Baixada Fluminense caracteriza o modo como se tem tratado política, cultural, econômica e socialmente o fenômeno urbano nessa região. Há que se considerar o fato desta parcela da sociedade urbana (os 'segregados') não terem voz ativa e nem o 'seu lado da história' contado.

1.3. CONDIÇÕES PARA VITALIDADE URBANA

Partindo da idéia que sejam necessários todos os tipos de diversidade (cultural, social, urbanística e ambiental) combinados e sustentados reciprocamente, para que a vida urbana surja adequada e construtivamente (ambos os aspectos relativos), “de modo que a população das cidades possa preservar (e desenvolver ainda mais) a sociedade e a civilização”⁵⁸, é que abordaremos os “ataques aos fundamentos do planejamento urbano e reurbanização ora vigentes”⁵⁹, de J. Jacobs (2003), na perspectiva de apresentar alguns princípios a respeito da noção de *vitalidade urbana*.

É evidente a proximidade da abordagem de Lefèbvre quanto ao entendimento do *urbano* enquanto centralidade e simultaneidade, e o de Jacobs, primordialmente, enquanto diversidade. A angústia da jornalista-urbanista estadunidense frente à manipulação da sociedade urbana em exigir um volume extraordinário de incentivos financeiros governamentais para a construção de um espaço urbano monótono, estéril e vulgar, conduz a uma reflexão intensa sobre a perspectiva pela qual o espaço urbano vem sendo produzido e sobre a oportunidade que se estaria perdendo de adotar medidas urbanísticas um tanto quanto ortodoxas.

Como apresentado anteriormente, perde-se a chance de um emprego analítico mais amplo a respeito das cidades devido a uma compreensão estigmatizada de um determinado lugar, e mais, de valorizar apenas a impressão exterior imediata e fácil que os lugares transmitem.

Quando Jacobs se refere que a condição para a sobrevivência ou para a própria existência do urbano⁶⁰ é a sua capacidade de centralizar e gerar simultaneidades (não só a partir das trocas e circulação de excedentes de produção, mas também das relações sociais), está-se afirmando dentre várias de suas prerrogativas, a necessidade de concentração. Verificamos que as cidades estão repletas de lugares amorfos e desintegrados (que outrora podem ter sido cidades e vilas com certo grau de autonomia). Jacobs instiga o debate:

No momento em que são sugadas pela complexa economia de uma região metropolitana, com sua multiplicidade de opções de locais de trabalho, lazer e compras, elas começam a perder a integridade e a relativa inteireza social, econômica e cultural. De duas uma: ou [a] economia metropolitana do século XX ou uma vida de cidade isolada ou de cidade de pequeno porte do século XIX⁶¹.

⁵⁸ JACOBS, 2003, p.267.

⁵⁹ Ibid, p.1. Baseados nas premissas do urbanismo moderno que influenciam sensivelmente as práticas atuais, mesmo havendo diversar críticas a respeito e tentativas de se livrar de esquemas funcionais de Le Corbusier.

⁶⁰ Sem olvidar que entendemos o urbano também como, sociedade urbana, segundo Lefèbvre (2001,2004).

⁶¹ Ibid, p.243.

A dificuldade do planejamento, nos países mais pobres, ainda é a de alojar uma população densa a fim de evitar estragos sociais e ambientais, causados pelas doenças, pelo saneamento ambiental deficiente e pelo trabalho infantil. Contudo, também é um desafio alocar pessoas nas regiões metropolitanas, buscando evitar os estragos causados pelos bairros e cidades apáticos e pouco assistidos pelo Estado.

Harvey (1992a) relaciona dois aspectos metodológicos interessantes norteadores em nossa análise sobre o espaço e os indivíduos no contexto em questão: a *imaginação sociológica* e a *consciência espacial* sob os quais permitiriam ao indivíduo compreender o papel que tem o espaço e o lugar em sua própria biografia, relacionar-se com os espaços ao seu redor e dar-se conta do modo em que a ligação entre indivíduos e organizações são afetadas pelo espaço que os separam, permitindo conhecer a relação que existe entre ele e sua vizinhança a partir da linguagem de seu território. Dotados desta consciência espacial, o indivíduo pode perceber, segundo Harvey, que a forma como o espaço é modelado, pode ter profundos efeitos sobre os processos sociais e que os exemplos de belos desenhos de urbanização ‘moderna’ resultam em ambientes inabitáveis⁶². Por isso, a dimensão espacial tem importância central na relação que temos com o mundo em que nos rodeia.

Apesar de parecer um desvio do debate anterior referente à necessidade de olharmos tais lugares ‘desassistidos’ a partir das dificuldades apresentadas, Jacobs toma como exemplo o distrito de North End⁶³, em Boston para elucidar sua principal questão.

Trata-se de uma área tradicional, de baixa renda, que se mistura à indústria pesada da orla e é considerada pelas autoridades como a pior zona de cortiços de Boston e uma vergonha municipal. Possui características que todas as pessoas esclarecidas sabem ser nocivas porque diversos eruditos disseram que o são. O North End não somente se encontra colado à indústria como também, o que é pior, tem todos os tipos de atividades de trabalho e comércio complexamente misturados com as residências. Apresenta a mais alta densidade habitacional de Boston, considerando o solo destinado ao uso residencial, na verdade uma das mais altas concentrações entre todas as cidades americanas. Tem poucas áreas verdes. As crianças brincam na rua. Em lugar de superquadras, ou mesmo de quadras suficientemente longas, possui quadras curtas; no jargão urbanístico, a região é *maltraçada, com ruas em excesso*. Os edifícios são antigos. Tudo o que se possa imaginar está presumivelmente errado no North End. Em termos do planejamento urbano ortodoxo, trata-se do manual em três dimensões, de uma *megalópole* nos últimos estágios de deterioração. [...] Há vinte anos, quando vi pela primeira vez o North End, suas construções eram superpovoadas, e o panorama geral era de um distrito muito maltratado e miseravelmente pobre. Quando visitei o North End novamente em 1959, fiquei espantada com a mudança. Dezenas e mais dezenas de prédios haviam sido reformados. [...] muitas das casinhas reformadas acolhiam então apenas uma ou duas famílias, em vez de três ou quatro que as lotavam antes. [...]

⁶² HARVEY, 1992a, p.17.

⁶³ A autora faz diversas menções deste distrito.

Espiei por uma viela estreita, esperando encontrar pelo menos aí o velho e combalido North End, mas não: mais alvenaria de tijolos com acabamento esmerado, cortinas novas e som de musica quando uma porta se abriu. [...] Misturadas aos prédios residenciais havia uma quantidade incrível de excelentes mercearias e processamento de alimento. As ruas tinham vida com crianças brincando, gente fazendo compras, gente passeando, gente falando⁶⁴.

A partir dessa análise, a autora questiona de onde teria vindo o dinheiro para a revitalização daquele distrito, pois através do governo ou iniciativa privada, isso seria impossível já para aquela época, ou seja, seria muito difícil um financiamento hipotecário considerável em distritos estadunidenses que não fossem de alta renda ou então arremedos de subúrbios. Posteriormente, descobriu que toda a obra de revitalização havia sido financiada com a renda de negócios e aluguéis do próprio distrito, reinvestida, e com o mutirão dos(as) moradores(as) e seus parentes. Em sua pesquisa, apesar do melhoramento visível não só no aspecto estético, mas também da vida urbana local, percebeu que tanto o urbanista local quanto os banqueiros ainda viam North End como uma zona de cortiços e, qualquer possibilidade de empréstimo para novas construções ou melhorias relacionadas à infra-estrutura urbana, era absolutamente descartada. O mesmo só seria possível caso houvesse algum interesse econômico que justificasse a expulsão da população para a construção de um suposto 'éden urbano'.

De fato, o que acontece é que a visão estigmatizada de um determinado lugar leva a um equívoco quanto à percepção com relação à promoção da *vitalidade urbana*, ou seja, as práticas dos cidadãos(as) da cidade, geradas pelas formas de apropriação do espaço que conduzem a uma determinada diversidade. Jane Jacobs (2003) aponta que a matéria-prima da urbanidade são as funções urbanas de morar, trabalhar, passear, comprar, conviver, circular, base para a *vitalidade urbana*. Além disso, ela classifica condições para que se garanta a geração cotidiana de diversidade para o estabelecimento de atividades urbanas que se renovam e se ampliam constituindo dinâmicas de urbanidade. Essas condições do *urbano* são essenciais para a análise do grau de vitalidade de uma cidade.

Os distritos e cidades são lugares social e economicamente convenientes, em parte, para emergir a diversidade em seu potencial máximo no momento em que haja combinações de "usos principais, ruas freqüentes, densa mistura de idades das construções e alta concentração de pessoas"⁶⁵. Nesse sentido, grande parte da diversidade urbana é fruto de uma quantidade imensurável

⁶⁴ Ibid, p. 07-08.

⁶⁵ Ibid, p.268.

de pessoas e de organizações privadas diversas com “concepções e propósitos bastante diversos [que] planejam e criam fora do âmbito formal da ação pública”⁶⁶.

Segundo a autora, para a análise da cidade deve-se extrapolar o olhar a uma estética predeterminada por um movimento artístico ou pelos próprios urbanistas uma vez que ‘as aparências enganam’ e que ‘nem tudo que reluz é ouro’. Há uma tendência de negligenciar a ordem (social e econômica) já constituída em bairros e lugares para estabelecer um novo olhar através de obras de revitalização, por exemplo. Diversos exemplos deste tipo de prática colocam os mais pobres sempre à mercê dessas concepções. Se não são expulsos pelos investimentos tanto públicos ou privados, conforme a lógica do capital especulativo, são encaixotados em conjuntos habitacionais nos moldes de Le Corbusier primando por espigões e uniformidade de usos, ou ainda nos moldes de Howard, suas cidades-jardim. Este tipo de acepção do urbano vem de encontro com um problema social grave, atualmente freqüente nas cidades brasileiras: a necessidade de segregação por conta do preconceito e pela discriminação racial e étnica. A tolerância da classe média e da elite em conviver com as diferenças tem se tornado cada vez menor, respaldado principalmente pelo discurso relacionado à segurança pública que encoraja a radicalização da segregação sócio-espacial e na demarcação de uma arquitetura fortificada trazendo diversas barreiras para a promoção da *vitalidade urbana*.

Sob estes aspectos não é arriscado afirmar que a associação do estigma e segregação que culminam no processo de vulnerabilidade social, é preponderante tanto para a conformação da *forma urbana* das cidades quanto à visão relacionada aos espaços periféricos. De certa forma, o estado de vulnerabilidade também é colaborador para a destruição de vitalidade urbana construída ao longo da história, mesmo que esta tenha evoluído em bases precárias e informais. Nesse sentido, a apropriação e dominação dos espaços e os signos que conduzem as práticas urbanas têm centralidade para a *forma urbana* vivenciada, relatada e estudada (memória e história).

Diante disso, partiremos para uma descrição sucinta referente à Baixada Fluminense com o intuito de contrapor aspectos negligenciados pela história oficial que aparecem na memória coletiva de uma população.

⁶⁶ Ibid, p.267.

2. DA BAIXADA FLUMINENSE “ÀS MESQUITAS”

Falar da Baixada Fluminense é se apropriar de uma categoria carregada de significados de múltiplas construções discursivas. São inúmeras *Baixadas* que, na verdade, se referem a uma Baixada, primeiramente, de cunho geográfico. A partir da localização geográfica dos municípios da Baixada Fluminense, surgem enunciados, fruto de uma produção social de sentidos cuja determinação se confunde com os conceitos da própria geografia: *região, lugar, espaço e território*. Porém, não se pode perder de vista que antes de ser considerada um espaço geográfico, a Baixada Fluminense é configurada por espaços sociais. Além disso, o sentido que a palavra ‘Baixada’ tem no imaginário coletivo é fruto da produção de uma rede de interações sociais das quais abrangem agentes sociais, instituições, “memorialistas”¹ e acadêmicos que estão envolvidos na construção constante da memória e da história da Baixada Fluminense (ENNE, 2002).

Também através das práticas urbanas de dominação-apropriação, reveladas na história da região, denotam como os processos de urbanização incidiram nos signos locais e na evidência principal deste trabalho da existência de vitalidade urbana, o processo de emancipação de Mesquita. Ou seja, que aspectos contribuem para a formação urbana do município independente de quem o reporta (história x memória). Assim, é apresentando majoritariamente uma síntese da pesquisa bibliográfica a respeito da Baixada Fluminense, no entanto sem se esquivar de algumas considerações de seus moradores e moradoras.

A finalidade desse capítulo é entender como a *forma urbana* da cidade pode ser expressa, partindo do princípio de que a cidade contém diversos tipos de signos e símbolos que são introduzidos na sociedade influenciando o ambiente construído ao nosso redor. Neste caso, pretende-se delinear uma síntese da história contada principalmente pelos livros e, posteriormente, no capítulo 3, uma análise do entendimento de alguns moradores e moradoras de Mesquita, tendo em vista as entrevistas realizadas em campo.

O objetivo principal deste capítulo não é de fornecer uma extensa descrição e análise histórica do surgimento do urbano na Baixada Fluminense, mas de alinhar subsídios mais gerais para o entendimento desse processo, posto que a centralidade do trabalho está, justamente, através confronto das análises da compreensão sobre o espaço urbano de Mesquita, poder constatar a tese de que não só temos diversas ‘Mesquitas’ a partir de quem fala, mas que de fato estamos nos referindo sobre um território heterogêneo, onde dificilmente cabe uma análise simplista e dualista sobre

¹ ENNE, Ana Lucia. *Lugar, meu amigo, é a minha baixada: memória, representações sociais e identidades*. 2002. 464p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

sua realidade social, cultural e urbana, e que desta forma, não seria errôneo afirmar que esta heterogeneidade só poderia ser possível através de mecanismos mínimos de vitalidade. Assim, este capítulo tem como papel contribuir para a construção metodológica da *forma urbana* de Mesquita para o confronto da idéia principal da dissertação.

2.1. DA CANA À LARANJA

Não seria precipitado iniciar este capítulo afirmando que grande parte do desenvolvimento urbano, econômico e social da Baixada Fluminense está atrelado ao município do Rio de Janeiro. Isto nos ajuda a nortear as interpretações a respeito das formas de ocupação desse território, onde se tem registro das primeiras sesmarias² em 1558, no rio Guandu em terras de Sepetiba, em 1565, nos rios Magé e Iguaçú, em 1568, no rio Inhomirim. Estas sesmarias caracterizam a presença dos primeiros homens brancos nas terras dos índios Tupinambás, chamados de Jacutingas³ pelos portugueses que lá se instalaram. Dessas sesmarias surgiram fazendas voltadas à produção da cana-de-açúcar e de engenhos que fabricavam açúcar e aguardente. Essas fazendas, por sua vez, eram responsáveis pela presença religiosa, materializada pelas capelas. As capelas eram ligadas à igreja matriz que pertenciam às freguesias, e eram responsáveis pelo surgimento inicial de aldeias, outras freguesias, vilas ou cidades.

Para a realização da monocultura da cana e da produção, em menor escala, de produtos agrícolas como, mandioca, feijão, milho e da extração da madeira para a lenha, chega à Baixada Fluminense o primeiro carregamento de negros. E assim, se iniciam as primeiras formas de ocupação fluminense. A expansão da cana na Baía de Guanabara foi responsável pelo desflorestamento da baixada. Apenas “foram poupadas as florestas situadas nos contrafortes da serra do Mar e encostas das maiores elevações”⁴. Tanto os manguezais quanto os brejos e várzeas foram arrasados com a abertura de drenagens mantidas com mão-de-obra escrava.

Relata-se dificuldades quanto à circulação na Baixada Fluminense devido aos seus brejos e pântanos⁵, mas foi através dos rios e terrenos alagados que foi possibilitada a abertura de novos caminhos. O desmatamento e a destruição do ecossistema fluvial com os aterros permitiram uma melhor circulação e a implantação de aglomerações urbana. Os mesmos impulsionaram a exploração de minas de ouro, em Minas Gerais, já que tais caminhos facilitaram o intercâmbio do interior com o

² Da palavra *sesmo* que significa a sexta parte, em latim. Foi a forma dos reis de Portugal de ‘desbravar’ e ocupar as terras *tupiniquins* ou, no caso, dos *tupinambás*.

³ “A cidade de Mesquita era habitada por “jacutingas”, apelido dado aos índios pelos colonizadores. Acredita-se que o nome possivelmente surgiu porque se enfeitavam com penas de jacu branco (um tipo de ave parecida com a galinha e muito comum na região naquela época). A decadência dos jacutingas começou quando passaram a participar, junto com outras nações indígenas, de um movimento chamado Confederação de Tamoios. O motivo deste movimento foi a revolta dos índios diante da ação violenta dos portugueses, provocando mortes e escravidão. Na língua do Tupinambás “Tamuya” quer dizer “o avô, o mais velho, o mais antigo”, por isso essa Confederação de chefes chamou-se Confederação dos Tamuya, que os portugueses transformaram em Confederação dos Tamoios” Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/historia.htm>

⁴ AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara: um balanço histórico*. In: ABREU, Maurício de Almeida (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Transporte da Prefeitura Municipal do RJ, 1992, p. 219.

⁵ Inclusive a palavra fluminense vem do latim *flumem* que significa rio.

litoral. Contudo, cabe ressaltar que esses caminhos surgiram para viabilizar o escoamento das mercadorias desembarcadas pelo porto do Rio de Janeiro. Desta forma, a Baixada Fluminense se tornou um entreposto do Rio de Janeiro, não apenas com relação a Minas Gerais, mas com o restante da Colônia.

Nesse panorama, o Brasil Colônia 'procurou' alternativas de desenvolvimento econômico para a inserção no mercado internacional, culminando em economias voltadas para 'fora' onde não se estabelecia, pelo interior do território brasileiro, uma rede forte de integração nacional. As principais redes constituídas eram aquelas que facilitavam o escoamento de produção para exportação, ou seja, os lugares com uma maior e melhor infra-estrutura (sobretudo, de circulação de bens e pessoas) se concentravam nas principais cidades do litoral brasileiro.

No século XVIII, com a "crescente importância da mineração para a economia colonial e a necessidade de maior controle de sua produção, explicam a transferência da capital administrativa, de Salvador (BA) para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763" ⁶. Este fator foi de extrema relevância para a tentativa de dinamização da Baixada Fluminense e para a consolidação de núcleos às margens da Baía de Guanabara, sediando o que viria ser a principal base de exportação do país.

No século 18, o Rio de Janeiro consolida-se como centro portuário e mercantil reforçado pelo ascenso da mineração, estabelecendo-se, nesse período, ligações terrestres na Baixada entre o Rio de Janeiro e o interior, especialmente com Minas Gerais⁷.

Nesse período, ainda durante o ciclo do ouro, outros caminhos surgiram. Este ciclo fez surgir o Troperismo que foi responsável pelo transporte de mineração, mantimentos e mercadorias. As tropas eram, em sua maioria, propriedades das fazendas. Elas eram muito importantes para a ligação do interior com o litoral, pois os caminhos não eram adequados ao uso de carros de boi ou às carretas puxadas a cavalos, devido aos trechos íngremes da serra e aos rios sem ponte que cortavam as estradas⁸.

Mesmo com a presença da cana-de-açúcar, dos engenhos, da utilização dos rios, da movimentação de caminhos que tinham bastante importância para a região, isto não repercutiu em desenvolvimento, ou seja, as terras da Baixada Fluminense não haviam adquirido "funções de grande

⁶ SILVA, Maria Fátima de Souza. *Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita – RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade*. 152p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – CCH. UNIRIO, 2005, p.6.

⁷ BERNARDES, Julia Adão. *Espaço e Movimento Revindicatórios – o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1983, p.29.

⁸ FIGUEREDO, Maria Aparecida de. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. *Revista Geo-paisagem (on line)*, ano 3, n. 5, jan/jun 2004. Disponível em: <www.feth.ggf.br/Baixada.htm>

relevância que lhe oferecesse algum progresso”⁹. Entretanto, no decorrer século XIX, a Baixada Fluminense vivenciou um período de crescimento que logo veio a declinar e delinear profundas transformações na área. Este período corresponde ao surgimento das primeiras plantações de café no Rio de Janeiro e por todo Vale do Paraíba.

No caso da Baixada Fluminense, as plantações de café não substituíram a cana, já que o solo já estava desgastado. Por esta razão, a cafeicultura provocou efeitos ainda mais degradantes no solo da região. Com o advento da monocultura cafeeira em terras fluminenses, intensificou-se a abertura de novas estradas vinculadas as já existentes¹⁰ para que também a produção do interior fosse transportada para o Rio de Janeiro. Com isso, aumentou o escoamento de produção agrícola e, conseqüentemente, o fluxo de pessoas; possibilitou melhoria no transporte e armazenagem de grandes volumes de mercadorias na Baixada, proliferando-se vários portos fluviais ao longo dos rios que deságuam na Baía de Guanabara. Muitas aglomerações próximas a certos portos fluviais, que surgiram em conseqüência desse movimento, foram elevadas a categorias de vilas.

Muitas vilas não apresentavam características suficientes para que pudessem ser consideradas como uma cidade. Era o trânsito de mercadorias e de pessoas que animava essas vilas-entrepósitos. Ali, elas passavam para tratar de negócios, como os tropeiros, viajantes, mercadores, comissários de café. A população era estável e pequena e limitava-se a alguns negociantes, *botequineiros* e ferradores. Ou seja, apesar dessa movimentação, a população da região não experimentou um grande crescimento.

Em razão da crescente demanda de circulação de mercadorias, observou-se na época algumas dificuldades para que a Baixada Fluminense se mantivesse como uma alternativa para as rotas de tráfego. Dentre elas, os rios que, em tempos de seca, eram inapropriados para a navegação, dificultando o escoamento de mercadorias. Cabe ressaltar que, com o desmatamento desenfreado da Mata Atlântica, limitou-se as áreas acessíveis a serra do Mar. Os manguezais eram utilizados, diminuindo sua respectiva área (AMADOR, 1992). Essa dificuldade levou a procurar uma alternativa que permitisse a passagem do interior aos portos, mais rapidamente. Foi então que se instalou a primeira estrada de ferro do Brasil. Em abril de 1854, inaugurou-se a linha férrea saindo de Magé em direção a Raiz da Serra, prolongada até Petrópolis e Areal - a Estrada de Ferro Mauá, inaugurada pelo Barão de Mauá. A sua implantação, de fato, consolida a importância da rede que se estabelece entre o

⁹ Ibid, p.9.

¹⁰ A primeira estrada a ser construída no Brasil foi a Estrada Real do Comércio, em 1819-1820, a fim de escoar a produção de café. Esta estrada foi primordial para a fundação do município de Iguassú, em 1834 - RODRIGUES, Adrianno. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833.90's): economia e território em processo*. 118. Mestrado (Dissertação em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

porto do Rio de Janeiro com o interior do Estado e Minas Gerais. Já em 1858, inaugura-se o primeiro trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil. Sua linha passava pelas estações Maxambomba (atualmente Nova Iguaçu) e Queimados, e logo se estendeu a Belém, (atualmente Japeri) para, em 1864, se prolongar até o Vale do Paraíba. O traçado da linha foi feito na marcação geográfica do fim da baixada e o início da serra, ou seja, parte do relevo mais plano para a locação dos trilhos (informação verbal) ¹¹. “A Sociedade de Estradas de Ferro D. Pedro II, organizada pelo governo do império, ao começar a funcionar em 1859” para buscar o café no Vale do Paraíba até o norte de São Paulo e sudeste de Minas Gerais, colaborou para o desenvolvimento da economia cafeeira uma vez que as tropas de mulas já não poderiam escoar uma produção espalhada por milhares de quilômetros¹².

Remetendo ao que equivale atualmente a Mesquita, Souza completa:

Em 1884, foi inaugurada uma parada de trem nas terras cedidas pelo Barão de Mesquita para passagem dos trilhos, que recebeu o nome de Jerônimo de Mesquita (posteriormente Mesquita). Alguns autores e documentos se referem à *Mutambó* para nomear as terras que compunham essa região antes da inauguração oficial da parada de trem¹³.

Uma outra estrada de ferro viria a cortar a Baixada Fluminense: a Leopoldina Railway tinha como ponto final Duque de Caxias, em 1886, que posteriormente permitiu à cidade do Rio de Janeiro manter sob influência a zona da mata, a parte sul da zona do Rio Doce, o leste fluminense e o Espírito Santo. Seu traçado se confundia com os caminhos das tropas ao sudeste de Minas.

As ferrovias transformaram o território fluminense e a estrutura urbana das cidades, comprometendo o crescimento das aglomerações na Baixada Fluminense (LIMONAD, 1996). As cidades, ao longo do traçado dos trilhos que surgiram devido à economia agro-exportadora do café, estagnaram e entraram em decadência. Por esta razão, a Baixada Fluminense vivenciou um processo de abandono e decadência.

A Baixada Fluminense, que, após a lavoura do açúcar, conseguiu se manter graças à sua condição de região de passagem, com abertura de variantes dos caminhos da mineração, bem como, por conta de sua rede fluvial navegável no transporte das sacas de café, via esse caminhos se desativarem e sua importância estratégica para o Rio de Janeiro desaparecer¹⁴.

Ao final do século XIX, concomitante à construção de uma extensa malha ferroviária e a decadência gradativa da produção de café na região fluminense com a expansão da fronteira cafeeira

¹¹ Informação fornecida por Ney Alberto, historiador do Espaço Cultural Sylvio Monteiro, em maio de 2006.

¹² LIMONAD, Ester. *Lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 263p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais da FAU. Universidade de São Paulo, 1996, p.114.

¹³ SOUZA, 2004, p.49.

¹⁴ LIMONAD, loc. cit.

no estado de São Paulo, a Baixada sofre as conseqüências desse declínio. Pode-se afirmar que não apenas a ferrovia contribuiu para a crise, já que extinguiu a importância daqueles que viviam do transporte de mercadorias, mas também, abolição da escravatura em 1888¹⁵ (substituindo a mão de obra escrava pela assalariada e mecanizada), o cultivo nas várzeas, aberturas de valas, regos e canais que tornaram as terras mais enxutas, acrescentada ao desgaste das terras. Como conseqüência maior, iniciou-se um desinteresse do Rio de Janeiro pela área (FIGUERÊDO, 2004). Assim, quando antes a região servia à demanda de circulação de mercadorias e pessoas por terra e pelos rios, agora, já não tinha tanta relevância para a nova dinâmica espacial estabelecida, pois a circulação da produção era feita pela ferrovia.

Houve um esvaziamento populacional causado pela diminuição do fluxo de pessoas, onde se incluem negociantes do café estabelecidos na região, tropeiros, entre outros. O próprio abandono de alguns lugares devido à ausência de preservação dos rios, dos lugares propícios ao alagamento e a invasão da vegetação sobre os caminhos fez surgir um território insalubre para ocupação, o que facilitou o aparecimento de doenças, como a malária. As terras e fazendas valorizadas eram aquelas próximas aos trilhos, livres de alagamento, o que permitiu, ao final do século XIX, a atração de um grande contingente populacional adjacente às ferrovias. A proximidade com os rios passa a não ser mais fator de atração, por conta da facilidade do abastecimento de água, irrigação e escoamento do esgoto, mas sim, as áreas secas que, na verdade, se tornaram atrativas por se encontrar onde a ferrovia cruzava.

Vale destacar que o assoreamento dos rios da baixada foi resultado da dinâmica dos ciclos agrícolas, desvalorizando diversas propriedades. Segundo Elmo Amador (1992), estas propriedades passaram a ter incentivo público não só pela ferrovia que as ligavam à malha urbana do Rio de Janeiro, mas também graças às obras de drenagem, dragagem e canalização no sentido de 'sanear' (grifo do autor) e recuperar as terras aos grandes proprietários. Foi em 1884, com a *Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada*, até meados de 1900, e com a *Comissão Federal de Saneamento e Desobstrução dos Rios que Deságuam na Baía de Guanabara*, no período de 1910-1916 que os rios Estrela, Imbariê, Meriti, Iguaçu, Inhomirim, Saracuruna, Suruí, Guapi-Magé, Macacu e Sarapuí "foram transformados em grandes valas retas e estéreis" (AMADOR, 1992, p.235).

Na última década do século XIX, a Baixada Fluminense foi marcada pela produção de um produto que apontou uma nova fase de desenvolvimento, após os ciclos da cana-de-açúcar e do café:

¹⁵ Segundo Limonad (1996), a abolição da escravatura descapitalizou a agricultura fluminense. Apesar de haver permitido uma maior concentração fundiária e maior crédito às *plantations*, com as medidas de libertação dos escravos feita gradativamente, o valor do escravo cai, obrigando os fazendeiros a trocá-los por hipotecas de terra junto aos bancos.

o plantio de laranja, sobretudo, em terras de Nova Iguaçu cuja área engloba atualmente os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti.

O fator geográfico predominou para que a produção de laranja estabeleça-se na região, por conta da proximidade com o Rio de Janeiro (potencial mercado consumidor) e o seu porto. Porém, aspectos naturais e infra-estruturais também foram um atrativo para o desenvolvimento da citricultura¹⁶. Aspectos naturais, pois o solo argiloarenoso, o clima quente e úmido, insolação adequada, encostas e os contrafortes da serra de Madureira e terras que antecedem a serra do Mar, possibilitavam o escoamento do excesso de água e forneciam um quadro favorável para o plantio. Infra-estrutural, pois já havia as linhas férreas, além dos latifúndios decadentes que foram sendo retalhados em chácaras e sítios para o cultivo da laranja. Ao mesmo tempo, a região também contou com apoio governamental, tanto para a produção quanto para a exportação.

Os estímulos governamentais fazem-se sentir na esfera estadual e federal: intervêm na construção de infra-estrutura melhorando as condições de transporte, abrindo vias terrestres e reduzindo os fretes, colocando como prioritário o problema do saneamento, drenando planícies e desenvolvendo o programa de recuperação de zonas imprestáveis ao nível de comércio exterior facilita a exportação conseguindo a reciprocidade de isenção de direitos aduaneiros na exportação de frutas entre Brasil e a Argentina¹⁷.

Dá-se início a investimentos de muitas firmas vindas do Rio de Janeiro que compravam extensões de terras e as desmembravam para o arrendamento voltado para a citricultura. O papel das firmas era o de direcionar a produção para a exportação. Enquanto a Baixada Fluminense vivia este momento de apogeu, onde entendemos hoje em dia como região metropolitana, a partir da cidade do Rio de Janeiro, inicia-se um processo de ocupação dos subúrbios e da periferia, que a princípio, tomou uma forma tipicamente linear. A maior concentração de casas se dava ao longo da ferrovia, em especial no entorno das estações. Segundo Abreu¹⁸,

Aos poucos [...] ruas secundárias, perpendiculares a via férrea, foram sendo abertas pelos próprios proprietários de terra, ou pequenas companhias loteadoras, dando início assim a um processo de crescimento radial que se intensificava cada vez mais com o passar dos anos¹⁹.

Com a finalidade de transportar material para as obras de construção da nova sede de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro que captaria água nos mananciais da Serra do

¹⁶ Estes fatores apontados por Figuerêdo (2004) e sobretudo para Souza (1992), com relação a citricultura, são dados importantes para o entendimento inicial da transição do rural para o urbano na Baixada.

¹⁷ BERNARDES, 1983, p.31.

¹⁸ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.

¹⁹ Ibid, p.50.

Mar, em Tinguá e Xerém, foi aberta a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, em caráter provisório, ligando a Quinta Imperial do Caju à represa, passando a se chamar Rio D'Ouro. Essa estrada cruzava as freguesias de São Cristóvão, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, passando a ter um tráfego regular de passageiros. Abreu salienta que a Estrada Rio D'Ouro não teve o mesmo papel indutor da D. Pedro II, uma vez que, seu ponto final não se localizava no centro, e sim, na Ponta do Caju.

Em Nova Iguaçu, no período entre 1920 e 1940, observa-se um aumento populacional significativo, embora de caráter rural, por conta da utilização crescente de mão-de-obra, incluindo-se assalariados, meeiros e lavradores direcionados ao plantio da laranja. Vários investimentos públicos foram realizados na região, favorecendo a estrutura econômica vigente: a Rodovia Washington Luiz, a antiga Rio-São Paulo, a Avenida Automóvel Clube, expansão da rede elétrica, implantação do plano de saneamento da Baixada Fluminense, eletrificação da ferrovia ramal Central do Brasil – Japeri.

O ciclo da laranja começa a apresentar sintomas de declínio a partir da década de 40, pois a Segunda Guerra Mundial abalou as exportações brasileiras de laranja visto que o seu principal mercado consumidor, a Europa, não mais demandava pelo produto, restando apenas a Argentina e o próprio mercado interno. Além disso, registra-se também a inexistência de um grande frigorífico localizado no porto para que os frutos não estragassem e, assim, possibilitasse o maior controle da produção e de controle de preços. Os problemas com o transporte devido à ausência de investimentos e melhoramentos e as péssimas condições dos pomares, associado ao baixo rendimento, podem explicar a decadência da crise citricultora. Diante dessa crise, as chácaras e terras antes destinadas ao cultivo da laranja, eram fracionadas a lotes residenciais para a venda direta ou para a construção. Saída encontrada por vários citricultores, pois muitos já estarem endividados.

O território que entendemos hoje como a região metropolitana do Rio de Janeiro foi marcado pelo processo de industrialização que se intensifica na primeira metade do século XX. Este fator contribuiu para diversas características do fenômeno urbano na Baixada Fluminense, salvo algumas considerações já postas no capítulo anterior. Dentre eles está o crescimento populacional significativo que estava intimamente ligado às: (i) “obras de saneamento realizadas na década de 30 pelo DNOS (através do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense)”²⁰; (ii) eletrificação da Central do Brasil, a partir de 1935; (iii) a instituição da tarifa provisória única em todo o Grande Rio (que beneficiou os municípios da Baixada); e (iv) a abertura da Avenida Brasil”²¹, em 1946, incrementando a acessibilidade dos municípios mais próximos. Tais fatores resultaram em uma *febre imobiliária* notável,

²⁰ De acordo com Abreu (1988), o saneamento na Baixada visava dotar o Rio de Janeiro de um cinturão para que o abastecimento se tornasse independente de transportes longos e dispendiosos, devido principalmente aos problemas de abastecimento ocorridas durante a Primeira Guerra Mundial.

²¹ ABREU, 1988, p.109.

refletindo num intenso retalhamento de terrenos na região para a inauguração de loteamentos “sem qualquer aprovação oficial”²².

O centro do Rio de Janeiro concentrava o grande mercado de trabalho da região: comércio, serviços e indústria. Contudo, com a Proclamação da República e a saída da Corte Imperial de São Cristóvão, algumas indústrias começaram a se deslocar para o bairro, ocupando os antigos casarões, que a elite residente abandonara para residir na zona sul da cidade. Se a Baixada Fluminense antes do auge da laranja, percebe um declínio demográfico, no Rio de Janeiro acontece o contrário, principalmente por conta da vinda dos imigrantes estrangeiros. Este crescimento populacional fez agravar o problema habitacional do Rio de Janeiro, empurrando cada vez mais parcela significativa da população para áreas afastadas no núcleo urbano da cidade. Os cortiços, localizados principalmente no centro, estavam extremamente adensados, em condições insalubres, e as epidemias de febre amarela eram constantes (ABREU, 1988).

Nesse sentido, buscaremos na *história* algumas referências para o entendimento desse processo de crescimento do urbano na Baixada Fluminense tomando como referência principalmente o município de Nova Iguaçu e seu antigo distrito, Mesquita.

²² ABREU, loc. cit.

2.2. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PÓS O CICLO DA LARANJA

A urbanização carioca e de seu entorno não esteve vinculada à industrialização, diferentemente dos países centrais. Este fato assinalou a não-formação de um proletário urbano, característico do capitalismo industrial. Furtado (1971)²³ afirmava que a economia brasileira avançou no seu processo de industrialização sem abandonar suas características principais de subdesenvolvimento: “grande disparidade na produtividade entre áreas rurais e urbanas, uma grande maioria vivendo em nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas”. Em razão do tamanho da população brasileira, entretanto, a elite (minoría) foi suficiente para garantir “um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização”²⁴. Na metade do século XIX, o Rio de Janeiro apresentava atividades manufatureiras de grande importância, sendo o setor fabril considerado o mais dinâmico e moderno. Nos primeiros anos do século XX, a cidade contava com a mais diversificada produção industrial do país, consolidando-se nos setores mais novos e tecnologicamente mais adiantados.

No período entre 1889 e 1907 ocorreram várias transformações no quadro econômico que contribuíram para a transição da manufatura para a indústria no Rio de Janeiro. De acordo com Abreu (1988), a intensificação das atividades exportadoras, a integração cada vez maior do país no contexto internacional e, conseqüentemente, um rápido crescimento da economia brasileira, representou a necessidade de transformações que foram motivadas pelas necessidades de criação, concentração e acumulação do capital. Com efeito, exigia-se uma nova organização do espaço, ou seja, “condizente com esse novo momento de organização social”²⁵. Nesse contexto é que a reforma Pereira Passos surge: transformando a forma urbana para agilizar, sobretudo, o processo de importação e exportação de mercadorias, pois a cidade ainda apresentava características coloniais. Além do fato de ter sido a primeira vez que o Estado interferira maciçamente no urbano, essa eliminação do ‘velho’ condizia com as novas bases econômicas e ideológicas, onde a presença dos pobres era dispensada. Dessa maneira, a população pobre foi obrigada a se deslocar e, muitos o fizeram para os subúrbios, já que pouquíssimas habitações populares próximas ao centro foram construídas pelo Estado.

O crescimento tentacular da cidade, em parte determinado por condicionantes físicos, havia resultado no aumento das distâncias sociais entre o local de trabalho e residência. Tal crescimento, não foi acompanhado [...] da melhoria do transporte coletivo de massas, principalmente do transporte ferroviário. E mesmo quando isso aconteceu com a eletrificação da EFCB em 30, os subúrbios estavam de tal modo

²³ FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

²⁴ *Ibid*, p.98.

²⁵ ABREU, 1988, p.59.

ocupados (ou mantidos como reserva de valor) que a população pobre só poderia ocupar as áreas mais longínquas. A contradição aparecia, na necessidade dessa população vir a se localizar em áreas mais próximas para a satisfazer à demanda crescente de força de trabalho por parte da indústria e serviços²⁶.

Os efeitos da crise do café e da Primeira Guerra Mundial geraram uma crise tal na economia industrial fluminense, que oportunamente, São Paulo começou a se consolidar como o principal pólo industrial: “resultante do aumento de sua capacidade para importar, a entrada de capitais externos e o aumento nas exportações de café e de borracha”²⁷. Por esta razão, já em meados de 1920, o Rio de Janeiro tornava-se o segundo principal centro industrial. O retrocesso só não foi maior, uma vez que, (i) o seu processo de urbanização já era bastante avançado, (ii) a cidade ainda era a sede administrativa e (iii) seu porto possuía importância considerável. Apesar disso, mesmo com esta perda, tanto o Rio de Janeiro quanto outras regiões do Brasil, apresentavam altas taxas de crescimento industrial. O Rio de Janeiro, porém, em ritmo médio inferior ao restante do país. É pertinente reforçar que se marca o período de consolidação do capital industrial tendo a agricultura um papel importantíssimo fornecendo alimento a baixo custo para suprir as necessidades de uma força de trabalho que crescia significativamente, “suprindo as necessidades de formação e ampliação do capital constante, importando bens de capital e intermediários” (BERNARDES, 1983).

A economia brasileira sofria profundas transformações e, conseqüentemente, o seu território. Este momento em que o Rio de Janeiro perde seu posto de principal pólo industrial, correspondente à transição e à transformação do espaço da Baixada de *rural* para *urbano*. Com o aumento do fluxo de migrantes e do êxodo rural, principalmente, em direção a capital, pela crise que se estabelece no campo, e pelo esforço do Estado em mudar a imagem do país predominantemente rural para um país urbano-industrial, culminou num processo de urbanização da região metropolitana do Rio de Janeiro, que é representada, para a Baixada Fluminense, pela proliferação de loteamentos de baixo custo sem infra-estrutura adequada, na sua maioria, oferecidos pelos antigos proprietários.

Segundo os termos de Carlos Nelson dos Santos (1978)²⁸, a integração da *cidade-núcleo*²⁹ com a *periferia intermediária*³⁰ teve como espinha dorsal a linha férrea, ramal Central do

²⁶ ABREU, 1988, p.94.

²⁷ SILVA, 2005, p.24.

²⁸ SANTOS, Carlos Nelson F. *Voltando a pensar em favelas por causa das periferias*. In: Simpósio de Estudos do Planejamento Urbano e Habitacional, 1978, Rio de Janeiro. Anais... NEURB-PUC, 1978.

²⁹ O *núcleo* corresponde à área central de negócios (centro histórico) e suas expansões em direção à orla oceânica (zona sul) e ao interior (os limites são os bairros da Tijuca, de São Cristóvão e do Caju). Inclui-se também o centro e a zona sul de Niterói.

³⁰ *Periferia imediata*: antigos bairros da zona norte do RJ formados ao longo dos ramais das estradas de ferro (limites que inclui Benfica, Riachuelo e Vila Isabel até a Penha, Irajá e Madureira) e a zona norte de Niterói. Santos também incluía Barra da Tijuca e parte de Jacarepaguá onde ainda se construía no início da década de 80 o novo centro metropolitano; *periferia intermediária*: toda a extensão do tecido carioca para além dos limites da periferia imediata mais a conurbação que

Brasil-Japeri, concentrando-se posteriormente na Rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1951. A justificativa da concentração populacional na linha férrea pode ser dada pelo alto valor atribuído aos lotes próximos a ela, pelo fato do tráfego de trens destinado ao transporte coletivo facilitar a locomoção dos trabalhadores para o município do Rio de Janeiro. Já com relação à Dutra, por mais que o seu objetivo fosse de ser uma rodovia de transporte de cargas, aproveitando o Vale da Paraíba e a proximidade com São Paulo, foi possível o acesso por ela para as terras não atingidas pela ferrovia (FIGUERÉDO, 2004).

Há de se considerar que a produção de loteamentos nos anos 50 defrontou-se com prefeituras despreparadas, uma vez que ainda estavam ligados à tradição agrícola. Os loteamentos se alastraram sem que as prefeituras tivessem conhecimento onde e como estavam acontecendo. “Coronéis-fazendeiros viram loteadores agindo em dois *fronts*: nos negócios públicos e no dos privados. Laços de parentesco e de amizade podem garantir a indispensável vista grossa para as muitas irregularidades cometidas” (SANTOS, 1985). Essa dinâmica era favorecida pela prática de muitos compradores, ao ‘adquirir’ o lote, não visitar os sítios/terrenos em negociação, fazendo com que engolissem ‘gato por lebre’, confiando na palavra unicamente dos corretores ou intermediários. Como estes loteamentos populares eram desprovidos de infra-estrutura, o ‘jeito’ era tomar iniciativas individuais do tipo: poços artesianos para abastecimento de água, fossas rudimentares ou valas para o escoamento de esgoto, lançamento de lixo em cursos d’água ou em terrenos baldios, etc. Obviamente estas ações trouxeram prejuízos para saúde da população e para o equilíbrio ambiental, já que esta região, por ser caracterizada como baixada, está sujeita a alagamentos periódicos, especialmente em épocas de grandes chuvas de verão.

As décadas de 30 e 50 foram caracterizadas por uma intensa expansão territorial da região metropolitana do RJ, em que sua fronteira é bastante próxima da atual. Nas décadas seguintes, a metrópole não avançaria tanto os seus limites, e sim, intensificaria sua ocupação e adensamento (LIMONAD, 1996), num ciclo de aumento de favelas e de sua periferia, uma correlacionada à outra. Porém, foi na década de 60 que a região assistiu seu crescimento mais intenso, pois com a onda de repressão às favelas cariocas, a Baixada passou a ser alimentada por dupla indução.

Um outro fator começa a ganhar importância, dentro deste contexto de ampliação urbana: são as lutas entre posseiros e grileiros, na então Baixada da Guanabara, que conduziram ao processo de apropriação privada da terra caracterizada por certa valorização da terra em toda a região.

se constitui por: Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu (abrangendo Mesquita), além de parte de Magé; distante: as municipalidades de Petrópolis, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá e Paracambi (Santos enfatiza que apesar de não apresentarem contiguidades físicas, recebem influência metropolitana direta no que concerne os aspectos sócio-econômicos).

Conseqüentemente, se gerou um conflito pela posse da terra, praticamente numa dimensão de luta de classes³¹, perante essa brusca transformação rural-urbana em seu território. A opção industrial, para essa nova etapa de desenvolvimento econômico, alavancou o processo de intensificação do fenômeno urbano, confrontando os interesses entre os trabalhadores rurais (posseiros), localizados nesta área de expansão, e grileiros e/ou proprietários da terra que já estavam articulados em torno de lideranças políticas locais dos quais estabeleceu um sistema de “apadrinhamento”, permitindo uma ação mais eficaz contra os lavradores (ARAUJO, 1989).

É dentro dessa perspectiva que o espaço urbano na Baixada Fluminense se desenvolve, colocado à margem dos investimentos públicos, uma vez que não se beneficiava dos impostos arrecadados, apesar de concentrar o grosso da força de trabalho (LIMONAD, 1996). Como conseqüência, torna-se o espaço possível para a localização das camadas mais populares, já que suas terras não eram valorizadas pelo mercado imobiliário, devido à ausência dos benefícios infra-estruturais; evidenciava-se um processo de organização sócio-territorial no modelo centro-periferia. Nas décadas que se seguem, uma vez não ‘incluída’, a população que ali residia, compunha formas de apropriação e de solução, para coexistir nesse território, bastante particulares³². Mas, de modo geral, a formação da sua estrutura urbana foi delineada pelas formas irregulares ou informais de apropriação do espaço, seja na ocupação e uso do solo, seja na solução das comunidades em buscar melhores condições de habitar o espaço.

Na organização social capitalista, essa segregação sócio-espacial, encontra parcialmente sua explicação na desigual distribuição dos meios coletivos, aqui entendidos como aqueles meios necessários ao atendimento das necessidades da vida cotidiana que só podem ser satisfeitas coletivamente porque são bens e serviços indivisíveis que se dirigem a uma coletividade social e/ou territorial. Correspondem à maioria dos chamados serviços urbanos que englobam desde os transportes, educação, saúde, redes de água, esgoto, luz, até lazer, segurança, centros culturais, etc.³³.

Segundo o censo industrial do IBGE, de 1960 a 1980³⁴, a Baixada Fluminense abrigou indústrias ligadas ao gênero de minerais não metálicos, metalurgia, material elétrico e de comunicações, material de transporte, madeira, mobiliário, papel e papelão, têxtil, vestuário, calçado, artefatos de tecidos, editora gráfica, entre outros. Aliás, o deslocamento de diversas indústrias para a região não culminou num desenvolvimento econômico que rebatesse no território, na estrutura urbana

³¹ ARAUJO, Frederico Guilherme B. de. Lutas pela terra na Baixada da Guanabara. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, p. 43-72, jan./abr. 1989.

³² Cabe ressaltar, que estamos considerando a particularidade das formas de apropriação que se apresentam a partir desse período, em relação ao modelo de desenvolvimento e de estruturação do espaço urbano vigente.

³³ BERNARDES, 1983, p.20.

³⁴ Período da *industrialização pesada* iniciada com o Plano de Metas.

que se formava, pelo fato de que as atividades industriais traziam, proporcionalmente, pouco desenvolvimento às cidades que se instalavam e, além disso, empregavam aquém da demanda, ou seja, não vinham de encontro com as reais necessidades econômicas e sociais da região e, por isso, os municípios da Baixada Fluminense se tornaram conhecidas como *ciudades-dormitório*³⁵, pois grande parcela da população se deslocava diariamente para o núcleo em busca da sua sobrevivência. Essa característica, de fato, influenciou dramaticamente na sua formação sócio-espacial. Entre 1939 e 1959, a ação do Estado, mais significativa, na região metropolitana foi a implantação da Fábrica Nacional de Motores – FNM, e a Refinaria da PETROBRAS – REDUC – no município de Duque de Caxias.

Nos anos 60, a população do Rio de Janeiro já era de 3.281.908 hab., enquanto Mesquita era de 58.835 hab.³⁶, ou seja, num intervalo de 10 anos, o RJ cresceu quase 28%, enquanto Mesquita aumentou sua população em 40%. A região metropolitana do RJ já concentrava cerca de 62% da população fluminense. O Estado do Rio de Janeiro contava com 30% da produção industrial, apesar de perder apenas para São Paulo que concentrava em seu território, quase 60% da produção³⁷. Contudo, essa geração de riqueza distribuída para os grandes centros urbanos, não resolveria o problema das desigualdades sociais e, muito menos, o subdesenvolvimento do país. O fato é que, nesse período, começa-se a intensificar a instalação de indústrias na Baixada Fluminense. Realidade já presente no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, possibilitando cada vez mais afastar as antigas indústrias das áreas residenciais mais nobres, tornando exclusivo as 'benesses' das premissas do urbanismo ortodoxo à elite carioca. Nesse período, a *periferia intermediária* da região metropolitana do RJ, já contava com uma população crescente, sendo o uso do solo predominantemente residencial³⁸, e coube a essa parcela da população, conviver com o ônus da modernidade.

O crescimento do Produto Nacional acompanhava o empobrecimento das cidades brasileiras, assim como na Baixada Fluminense. A metrópole necessitava da Baixada tanto para ocupar a população crescente, que ia 'se arranjando' nas formas de se apropriar o espaço urbano emergente, quanto para localizar suas indústrias³⁹ e manter suas taxas de crescimento econômico ascendentes. Cerca de 80%, em 1973, do valor da produção do antigo estado do Rio de Janeiro concentrava-se em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Volta Redonda, Campos, São Gonçalo, Niterói, Petrópolis e Barra Mansa (LIMONAD, 1996).

³⁵ A população assume o discurso da 'cidade dominhoca', como o que apenas determinasse o seu lugar no mundo fossem as atividades econômicas.

³⁶ Fonte: SANTOS (2005) e Fundação CIDE, respectivamente.

³⁷ Fonte: SANTOS, 1982. Anuário Estatístico de 1971.

³⁸ Ou um depósito de habitação, como Bernardes (1983) afirma.

³⁹ Lembrando que apesar das indústrias também se deslocarem para a Baixada Fluminense, o subúrbio do Rio de Janeiro afirma-se como o 'lugar das indústrias'.

No contexto do dinamismo do crescimento metropolitano a periferia desponta não apenas como espaço concentrador da PEA, mas, ainda, como detentor das camadas mais pobres da massa trabalhadora, conformando, assim, um espaço altamente estratificado⁴⁰.

Concomitante à transferência da sede da capital do Brasil para Brasília, ampliou-se o setor terciário no Rio de Janeiro, atribuído pela presença do emprego e do subemprego disfarçados, fato que pode ser constatado pela renda per capita muito baixa do estado. Com a expansão dos serviços e do comércio varejista para atender a demanda crescente da população urbanizada na metrópole, surgiam pequenos comércios, ateliês, lojas, mercearias, oficinas, bazares direcionados a população mais pobre da região metropolitana que se localizava na periferia⁴¹.

Conforme análise de Ribeiro e Lago (1994)⁴², de maneira geral, o papel do Estado no modo seletivo de alocar investimentos urbanos, é visto como o mecanismo central do padrão periférico de crescimento, associado à prática do mercado fundiário e imobiliário como forma empresarial de produção de moradias que colaboraram para a sedimentação do processo de desigualdade social no espaço urbano das metrópoles. Nesse período fundamenta-se a articulação do processo de valorização fundiária e de valorização do capital, centrado principalmente na estocagem do solo, na esperança de valorização futura, fato esse iniciado na década de 40 e consolidado com o advento do Sistema Financeiro de Habitação, nos anos 70, renovando os núcleos metropolitanos e os segregando das áreas de seu entorno, demarcando cada vez mais o lugar da elite e das camadas populares no território.

Concomitantemente, reduz a abrangência do padrão periférico de crescimento urbano, balizado na dinâmica de autoconstrução em lotes desprovidos de infra-estrutura urbana, principalmente na Baixada Fluminense e zona oeste do RJ.

A crise econômica/estatal e a valorização das áreas periféricas consolidadas atingiram diretamente as formas de acesso à casa-própria para amplos segmentos sociais de baixa renda. Por um lado, a construção de conjuntos habitacionais por parte do poder público encerra-se com o fim do BNH, em 1986. Por outro, inflação, achatamento salarial, instabilidade no emprego e encarecimento da terra levaram à retração, a partir dos anos 80, da produção "descapitalizada" e extensiva de loteamentos populares na periferia do Rio de Janeiro. Convém lembrar que a crescente incapacidade de endividamento por parte dos trabalhadores não se deve apenas à desvalorização dos salários frente ao acelerado processo inflacionário no período; o aumento da instabilidade do trabalho e da incerteza em relação ao

⁴⁰ BERNARDES, 1983, p.49.

⁴¹ ABREU, 1988.

⁴² RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. *Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão*. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/download/reestruturacao_cidades.pdf>

rendimento mensal é outro fator que interferiu diretamente nas possibilidades de acesso à moradia por segmentos sociais que, não tendo condições de poupar, tinham como única saída o endividamento em longo prazo. No entanto, o empobrecimento das camadas populares não tem inviabilizado o acesso à propriedade na periferia distante, através da compra do lote⁴³.

O novo empreendedor comprava a terra, a parcelava, construía e comercializava as moradias, mudando a racionalidade da operação e as condições de acesso. Algumas análises⁴⁴ revelam que essa dinâmica se instalou em áreas já providas de infra-estrutura urbana, culminando numa diferenciação intramunicipal (Baixada Fluminense) ou intrabairro (zona oeste) numa lógica de renovação tanto física como social. Segundo dados relativos à distribuição de energia da LIGHT⁴⁵, 36% dos apartamentos construídos concentram-se na periferia intermediária e 31% na periferia imediata, contra 35% na cidade-núcleo.

Diante do desenvolvimento dessa prática, onde está envolvida uma dinâmica social integrada à ação empresarial, em que a ação pública mantém-se 'à reboque', um novo padrão de fragmentação/segregação social surge. Não que as antigas formas de apropriação do espaço urbano por parte das camadas mais pobres tenha se modificado, pois estas foram empurradas para as franjas da metrópole, mas expande as fronteiras de produção empresarial com "o conseqüente fechamento de áreas periféricas para a produção extensiva de lotes populares"⁴⁶. Os edifícios residenciais construídos entre 1980 e 1996, 83% estavam localizados no bairro central do município de Nova Iguaçu (LAGO, 200-).

Em linhas gerais, o urbano na década de 80 representou um momento de consolidação de mudanças quanto às formas de industrialização do território fluminense. Contudo, Nova Iguaçu e especialmente Duque de Caxias ainda se mantiveram em posição de destaque no estado do RJ, quando se consolida principalmente a Refinaria da PETROBRÁS, em Caxias (segunda refinaria mais importante da estatal), através de significantes investimentos públicos. O município retinha em 1985, cerca de 10% do valor da transformação industrial do estado e o município de Nova Iguaçu cerca de 3,5%. Essa posição de destaque de Caxias impulsionou a presença cada vez maior de capital privado em detrimento dos outros municípios da Baixada Fluminense.

⁴³ LAGO, Luciana. *Estruturação socioespacial na metrópole do Rio de Janeiro: reprodução ou alteração nas condições de (não) acesso ao urbano?* Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/lago_estruturacao.pdf>, p.7

⁴⁴ BRITTO, A. L. *Novas Formas de Produção Imobiliária na Periferia: o caso da zona oeste do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 1990; e FURLANETTO, D. A. ET ALII. *Promoção Imobiliária e Espaço Residencial da Classe Média na Periferia Metropolitana do Rio de Janeiro*, in *Revista Brasileira de Geografia*, 49 (2), 27:56, abr./jun. 1987 apud RIBEIRO e LAGO, 1994.

⁴⁵ BRITTO, 1990 apud RIBEIRO e LAGO, 1994.

⁴⁶ LAGO, 200-, p.2.

Quanto à atividade comercial, observa-se o início da difusão espacial e geográfica de hipermercados, *shopping-centers*, centros de entretenimento em diversos lugares da metrópole, inclusive da Baixada Fluminense, impactando na dinâmica comercial das cidades de pequeno e médio porte da região e posteriormente na apropriação deste espaço urbano. Fato colaborado pelo deslocamento dos investimentos imobiliários através dos fundos de pensão para a construção dos *shopping-centers* e *apart-hotéis*, em todo o país (LAGO, 200-).

Concomitante a essa tendência de concentração dos setores secundário e terciário na década de 90, três aspectos chamam a atenção:

- (i) "multiplicação de loteamentos residenciais em áreas rurais, destinados à trabalhadores urbanos nas áreas da franja metropolitana", como é o caso de Campos Elíseos em Caxias (localização da REDUC);
- (ii) "dispersão espacial de trabalhadores com a multiplicação de núcleos dormitórios e núcleos de favelas em diversos distritos";
- e (iii) "concentração espacial nas sedes municipais, enquanto patamar migratório, com a formação de periferias favelizadas ou empobrecidas em áreas com baixa diversidade econômica"⁴⁷.

Num contexto global, nos localizamos no âmbito do advento da 3ª Revolução Industrial, da radicalização do meio-técnico-científico, das novas tecnologias de informação e comunicação, da globalização nas quais demarcam uma nova etapa do capitalismo. De fato, o Rio de Janeiro juntamente com a Baixada Fluminense se conforma em extensão e expansão em uma *cidade-região*⁴⁸, num processo de urbanização dispersa em diversos pontos do território e uma "urbanização extensiva ou suburbanização enquanto ocupação do território com um modo de vida e atividades urbanas"⁴⁹.

⁴⁷ LIMONAD, 2005, p.7.

⁴⁸ SCOTT, 1991 apud LIMONAD, Ester. Entre a urbanização e a sub-urbanização do território. In: XI *Encontro Nacional da ANPUR*, 2005. Salvador. Anais...Salvador: UFBA, 2005. 1CD-ROM, p: 6 - sobre o fenômeno da conformação de megacidades (SCOTT, A.J. 1991. Cidades regiões globais. São Paulo. *Espaço e Debates*. Ano XVII, nº. 41).

⁴⁹ *Ibid*, p.5.

2.3. MESQUITA: SUA HISTÓRIA E FORMAÇÃO

A estrutura fundiária herdada dos laranjais, ao contrário, facilitou a instauração dos loteamentos como a grande nova 'forma social'. Além disso, não havia uma estrutura de propriedade no âmbito do governo que pudesse criar contradições ou conflitos entre o capital agrário e o industrial emergente, e outras formas de cristalização no passado, suficientes para resistir. Por esta razão, se justifica afirmar que compreender qualquer cidade da região (no caso, Mesquita) é também entender a formação da RMRJ⁵⁰.

Esta consideração não deve ser relativizada posto que é a partir dessa característica que se conformam diversas *Baixadas* e, por conseguinte distintas *Mesquitas*. Os processos sociais constitutivos do surgimento do urbano nos municípios e bairros da região em relação à metrópole extrapola a tendência de conformação de um sistema urbano homogeneizado em suas formas de apropriação e dominação do território.

Primeiramente, para podermos visualizar o povoado de Maxambomba⁵¹, antes de se tornar a cidade de Nova Iguaçu, em 1916, logo após a crise do café, Souza (1992) relata que as iniciativas que indicam o florescimento da sociabilidade da cidade são: (i) a inauguração do Cine Central em 1911, (ii) a criação do Iguaçu Foot-Ball Clube em novembro de 1912, (iii) as temporadas de circo, o surgimento de novas bandas musicais e conjuntos regionais; e (iv) o crescimento da popularidade da procissão e festa de Santo Antônio. Estes indicadores apontados denunciam o desenvolvimento no território de uma aglomeração urbana influenciada pela prosperidade de uma socialização urbana em fase inicial, apesar da base econômica do lugar ainda ser predominantemente rural, ali se localizou a maioria das olarias da região em Mesquita devido à qualidade do solo - como a mais famosa Ludolf&Ludolf⁵².

O distrito-sede apresentava em fins de 1930, atividade rural intensa, sendo responsável por 83% da produção de laranja do município. A importância da produção citrícola ainda freava a ação loteadora. Para se ter uma idéia, o município, em 1939, exportou 1 320 540 caixas de laranja para a Europa e Rio da Prata⁵³.

Eram os laranjais, que Mesquita tinha como quintal, então, a gente fala assim que é quintal de Nova Iguaçu, então tinha os laranjais aqui também, né? Plantação de laranja, ali onde hoje é a loja Cem? Ali era um barracão onde as laranjas eram

⁵⁰ PEREIRA, 1981 apud BERNARDES, 1983, p.52.

⁵¹ Por iniciativa do político Manuel Reis o nome é mudado para Nova Iguaçu. Três anos mais tarde é construída a sede da prefeitura municipal. Nesse mesmo ano, uma localidade chamada São Mateus foi denominada Nilópolis em homenagem ao que seria um grande incentivador da citricultura, Nilo Peçanha (RODRIGUES, 2006).

⁵² Curiosidade de ABREU (1998)

⁵³ ABREU, 1988, p.111.

selecionadas, embaladas em papel celofane, pra acomodar nas caixas pra ir pro cais do porto pra exportar (*Nina, 61 anos, moradora há 56 anos, carioca*).

No pós-guerra, demarca-se um período de desvalorização retratado pela compra de terras por preços irrisórios por capitalistas residentes no Rio de Janeiro, contando com a possibilidade de sua valorização. Esse interesse deu origem a um processo de parcelamento do solo que pode ser suscitado: (i) por uma vertente urbana, de povoados próximos às estações de trem, de lotes de 10x50 m, e (ii) outra vertente correspondente à expansão da laranja, em 1930, devido às propagandas em jornais cariocas relatando as possibilidades de enriquecimento, trazendo, com isso, pequenos comerciantes, funcionários públicos, camadas médias, etc.⁵⁴.

Nova Iguaçu [...] também passava a apresentar os sintomas da “febre imobiliária” embora nesse caso, ela se restringisse aos atuais distritos de Mesquita e Belford Roxo⁵⁵.

A região foi definitivamente assolada pela onda loteadora, pondo abaixo a barreira ao desenvolvimento da urbanização. Segundo dados de Souza (2005), nos anos 40, Mesquita tinha aproximadamente 9109 habitantes. Nesse período pouco a pouco, as chácaras foram dando lugar aos loteamentos, entre o pé da serra e a estrada de ferro. Posteriormente, as olarias, do lado oposto às chácaras, começaram também a desaparecer da paisagem. No entanto, no final década de 40 os moradores ainda retratam uma paisagem tipicamente rural.

No pé daquele morro ali! O caminhão ia lá em cima pegar as laranjas. E isso aqui era bananal, canavial, era tudo misturado. Era mais bananal do que outra coisa. E laranja era só ali naquele morro [em direção à Nova Iguaçu]. Ali era tudo laranja. E ali naquela virada perto da (...) também era tudo laranjal. [...] Quando eu cheguei aqui a represa tinha inaugurado, um ano antes, da minha chegada (*Jorge, 70 anos, morador, nascido em Porciúncula*).

Jorge, morador da cidade desde 1947, relata que seu pai, quando chegou ao antigo distrito, foi trabalhar em uma chácara próximo ao que é hoje Mesquita Futebol Club, como agricultor. Sua mãe trabalhava como lavadeira ao que ele chama de ‘servente de roça’. Nessa época, moravam em um sítio que aos poucos foi sendo loteado (atualmente Rua Mato Grosso). Uma passagem da entrevista de um migrante nordestino, que chegou a Mesquita em 1954, retrata a imagem desse processo de ampliação do espaço urbano por conta da demanda ascendente do mercado de trabalho na região.

⁵⁴ MENDES, 1950 apud por SOUZA (1992).

⁵⁵ ABREU, 1988, p. 111.

Eu cheguei lá em baixo, no Jardim Botânico. E dias depois, vim pra Mesquita, porque tinha primos aqui. Aí vim morar praticamente aqui. Morava aqui e se trabalhava lá em baixo. Praticamente não se dormia. Chegava-se às 11h da noite. Não tinha casa. Daqui pra Mesquita, eram muito poucas. Era muito laranjal. A gente vinha por dentro do laranjal (*Francisco, 67 anos, morador, natural de Pombal, PB*).

Esse trecho igualmente exemplifica uma prática de migração comum entre os nordestinos entrevistados de Mesquita. Normalmente, eles se localizam em grupos onde é desenvolvido um vínculo social tal, que acabam se tornando referência de outros recém-chegados, como porta de entrada à metrópole. Uma rede é estabelecida para aqueles que pouco sabem e conhecem a realidade da 'cidade grande'. Contudo, é preciso considerar que uma grande massa de imigrantes, vinha do próprio estado da Guanabara e da então capital federal.

O processo pelo qual Mesquita e a Baixada Fluminense como um todo, se urbanizou, é fruto de uma teia de relações que variam desde pequenos grupos de migrantes nordestinos, europeus e fluminenses, até os proprietários de terra, habitantes do distrito e funcionários da prefeitura de Nova Iguaçu, que intermediavam a implementação e ocupação dos loteamentos (SOUZA, 1992).

Com um ano de idade a minha avó tomou conhecimento disso aqui, né? Dessa área... comprou o terreno. Aí, eu vim acompanhando a minha avó com um aninho de idade, primeira neta! Aqui em Chatuba, nesse mesmo lugarzinho. [...] Trilho, trilho, trilho, trilho de capim, capim navalha que chamavam, é... araçais, goiaba, manga, laranja e trilho, trilho mesmo, assim os moradores que faziam caminhos pra passar, né? Então ali foi crescendo, foram vindo outros moradores, que ainda tem alguns antigos aqui, né? De quando eu vim, são a minoria (*Lourdes, 64 anos, moradora de Chatuba, líder comunitária, carioca*).

Uma das líderes comunitárias de Chatuba, D. Lourdes, nos conduz a uma imagem bastante interessante da Mesquita que ainda apresentava costumes típicos de uma cidade rural⁵⁶.

A gente comia buchinha batida, ia lá pra beira do rio Sarapuí apanhar broto de... chamava-se bertioga. Uma coisinha que se dá, né? Tipo uma bertiogazinha. A gente ia pra lá pra comer com angu. Bertioga... Ou então ia por aqui pro rio do Socorro, rio do Socorro hoje, mas era conhecido como Cachoeira! [...] Era cachoeira mesmo, era um ponto turístico. E o rio do Socorro hoje, que realmente está pedindo socorro, era uma cachoeira, aonde se tornava um ponto turístico, aonde os jovens tomavam banho, as lavadeiras lavavam roupa. Minha mãe era lavadeira da Marinha. Então minha mãe lavava as roupas lá dos marinheiros, e a água que nós bebíamos porque na época não existia água, a gente ia lá ao Tênis apanhar água. Ou então na bica na cancela ou então no bicão lá em cima na rua da Fazenda, né? Na rua das pedrinhas, né?

⁵⁶ A questão entre solidariedade e modificações nas formas de apropriação do espaço e das relações sociais será melhor abordado no capítulo 2, a partir de reflexões de Jane Jacobs (2003) em sua ilustríssima obra *Morte e vida de grandes cidades*.

O distrito se densificou rapidamente. O espaço que antes era rural, onde as pessoas se reconheciam e o modo de apropriação deste espaço permitia uma maior aproximação, já na década de 50, mostrava-se um distrito com tendências à intensificação do surgimento do que entendemos hoje como *urbano*.

Tabela 1 - Grau de Urbanização (%)

Área	1950	1960	1970
Nova Iguaçu	53,4	71,66	99,61
1ª Sede	64,50	81,55	100,00
2ª Queimados	27,18	58,35	100,00
3ª Cava	9,82	19,35	90,58
4ª Belford Roxo	54,45	59,61	100,00
5ª Mesquita	-	100,00	100,00
6ª Japeri	-	13,98	100,00
RMRJ	90,13	90,52	96,58

Fonte: Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970.

Pouco a pouco, conforme a urbanização do Rio de Janeiro avançava, a Baixada Fluminense apresenta mudanças nas formas de apropriação do espaço do qual passou a ser, já na década de 60, predominantemente urbano, o que afetaria radicalmente a estrutura social e espacial da futura cidade. A expansão dos loteamentos em Mesquita, e nos outros municípios da Baixada Fluminense, provocaram mudanças profundas no seu modo de organização, relacionado tanto ao uso, quanto às relações fundiárias. Contudo, as mesmas condições que trouxeram terreno propício à citricultura, traria também a especulação imobiliária, responsável pelos loteamentos na região, como forma de ocupação urbana. Os loteamentos⁵⁷ “se deram através da consolidação de um novo campo social organizado segundo operações, disputas e agentes próprios” (SOUZA, 1992, p. 88), com as quais interrompem o uso predominantemente agrícola do solo.

As vias de transporte, como já colocado anteriormente, foram fundamentais para a expansão urbana. A rodovia Presidente Dutra e os trens elétricos trouxeram uma nova forma de apropriação da terra, culminando no desenvolvimento de uma nova cidade.

A Ludolf&Ludolf⁵⁸ fecha suas portas por volta de 1950, sua área é vendida à Imobiliária Santo Elias, ocorrendo os primeiros loteamentos em 1954, e tendo, a

⁵⁷ Os lotes irregulares são considerados aqui como aqueles adquiridos através de um loteador que é proprietário da terra e desmembra sua gleba para a venda de lotes sem que os mesmos tenham sido legalizados pela prefeitura por não se enquadrarem na legislação de uso e parcelamento do solo em vigor. Os lotes clandestinos seriam aqueles em que o proprietário ou até mesmo um *grileiro* vende frações de terra de uma determinada gleba sem dar “entrada” no processo de regularização do empreendimento. Nos dois casos os compradores não dispunham de título de propriedade.

⁵⁸ Importante olaria do antigo distrito de Mesquita.

partir daí, uma aceleração progressiva do povoamento, com a venda, por volta de 1960 de quase todos os lotes⁵⁹.

O atrativo à população migrante, seja do nordeste, seja do interior fluminense, seja da própria *cidade-núcleo*, era a oportunidade de obter terrenos baratos, financiados a parcelas mínimas e 'a perder de vista'. Os tais loteamentos surgiram sem nenhuma forma de regulação, sendo alguns, em áreas insalubres dos quais, inclusive, não ofereciam retorno imediato ao loteador. Cabe ressaltar que haviam lotes vendidos às pessoas de classe média ou até mesmo "trabalhadores" da classe popular, que pela facilidade de compra, devido aos baixos preços, viam os terrenos como uma forma de investimento futuro (SANTOS, 1981) e de uma certa segurança quanto à moradia, numa possibilidade de remoção, no caso das famílias residentes em favelas.

Ainda é falado nos nomes dos donos das antigas chácaras de Mesquita, como a de Horácio Lemos:

É o dono disso aqui tudinho. Hoje uma parte, acho que é a União que toma conta, né? Essa parte da serra, era tudinho dele (*Jorge*).

Então seus pais pagavam a ele a fração desse terreno?

É... Na época era uns 29, 20 mil reis, sempre pagava todo mês, 120, 160 reis. Mais de 15 anos! Porque era meio complicado, pra arruma esse dinheiro. Eu me lembro que era complicado. Meu pai ganhava 2 mil reis por mês, minha mãe lavava roupa, pra juntar aquele dinheiro. De vez em quando atrasava. Aí tinha que dar um jeito. Eu quando me acidentei, o dinheiro da indenização era pagar durante um ano. Quando eu saí que eu ganhei o dinheiro da indenização, aí eu fui lá e paguei, um ano atrasado de terreno. Era muito complicado. Às vezes a gente v os filhos com tudo fácil. Era muito difícil, era uma vida boa. No dia de pagamento, a gente não comia (*Jorge*).

Nesse contexto, cresce o espaço urbano de Mesquita. Só nos anos 50, foram ofertados em Nova Iguaçu cerca de 244 mil lotes; no entanto, poucos viriam a ser ocupados. Aliás, precisamos ter cuidado ao se referir sobre qualquer município da Baixada até meados dos anos 80, a respeito da caracterização de seu território. Para Carlos Nelson dos Santos (1985), a consideração da região com espaço urbano ou urbanizado deve ser relativizada já que os únicos investimentos realizados eram os arruamentos e os meios-fios. Este entendimento de *urbano* e *urbanização* é pode ser norteador para a problematização das formas de apropriação, uma vez que os processos de estruturação socioespacial de um território urbanizado e de um território urbano se diferenciam no modo como podemos abordar o nosso objeto.

O crescimento industrial após a Segunda Guerra Mundial foi caracterizado pela instalação de algumas indústrias em Mesquita: BRASFERRO e a IBT, ambas metalúrgicas; a PUMAR, fábrica de

⁵⁹ SOUZA, 2005, p.51.

sombrinhas existente até hoje. A presença dessas indústrias, em sua maioria de pequeno e médio porte, incrementou o fluxo de pessoas transeuntes ou que vinham residir na cidade, como foi o caso da PUMAR de Miguel Pereira, cuja filial veio a ser instalada em Mesquita. Baseando-se nos relatos dos entrevistados e da bibliografia sobre o distrito de Mesquita, apontam as indústrias como impulsionadoras da economia iguaçuana. Nina também nos ajuda a entender a vinda das indústrias para a região:

Há muito tempo. Isso em 18-- , ali foi um curtume. Depois, foi uma outra fábrica que não estou me lembrando. E depois que foi a laminação, a BRASFERRÓ. A BRASFERRÓ foi a última. Nós temos a PUMAR, funcionando precariamente, a de guarda-chuva... Ela veio de Miguel Pereira pra cá. Tínhamos a SUMAREC que era a fábrica de vagão. Ali mais ou menos onde era o Novo Mundo [supermercado], era a fábrica de vagão. Eles eram concertados lá em Deodoro, ou então, alguns vinham pra cá. Eram concertados aqui. Década de 50... e do outro lado tinha a fábrica de telha que era a Ludolf&Ludolf. Depois passou a ser Companhia de Material de Construção [...] e tinha a fábrica de tijolo, fábrica de poste, tinha bastante indústria... Várias pessoas... muitas pessoas na época em que Mesquita era distrito, trabalhavam nas indústrias daqui. Muitas pessoas trabalhavam e tinha pessoas de fora de Mesquita também.

Mesquita, segundo relatos de seus antigos moradores, apresentava, em finais dos anos 50, uma variedade de olarias⁶⁰, ainda em produção e, por isso, registrava-se uma das maiores arrecadações dentre os outros distritos do município de Nova Iguaçu. No entanto, pouco era revertido em melhorias ou investido no distrito, em comparação com a sua sede.

Começa a surgir um processo de formação de uma cidade com tendência a industrialização. A eminência da intensificação da produção industrial se superpõe a um crescimento de múltiplas formas, de trocas comerciais que se desenvolvem, em âmbito metropolitano, de modo desigual. As relações de produção começam a se modificar e, por conseguinte, as formas, as funções e as estruturas urbanas criam corpo pelo processo de urbanização.

A partir da promulgação da constituição em 1946, surgiu um terreno propício para a criação de novas cidades. Com o desejo de alavancar o desenvolvimento do lugar, os moradores de Mesquita, em 1957, iniciaram um movimento pró-emancipatório por conta desse suposto estado de abandono de Mesquita, bem compreendido na fala de D. Lourdes e do Eduardo que nos alerta para um dado relevante sobre a Baixada Fluminense:

Em 47 começou a discussão com a emancipação de Nilópolis (*Eduardo*).

E foi a fusão de Mesquita e Nilópolis (*Lourdes*).

Dez anos depois em 57, Mesquita... (*Eduardo*).

⁶⁰ Quando ainda a economia do município-sede, baseava-se na cultura da laranja, Mesquita já abrigava algumas olarias.

É porque na verdade Mesquita pertencia a Nilópolis. É, aí houve a fusão. Do rio Sarapuí pra lá era Nilópolis e de lá pra cá era Nova Iguaçu. [...] Queria porque via Nova Iguaçu como município e daria maior assistência a Chatuba, ele abraçou com mais carinho Mesquita, entendeu? (*Lourdes*).

Os motivos que depois levaram os moradores a se organizarem foram diversos, mas todos convergem para um sentimento de injustiça por parte da administração municipal em relação ao 5º distrito quando se argumentava a falta de investimentos e melhorias na área.

Então, porque Mesquita ficou no anonimato, eles queriam manter Nova Iguaçu, fazer de Nova Iguaçu a cidade deles e Mesquita ficou no hall dos esquecidos. Nós éramos como se fossemos discriminados pelo município (*Lourdes*).

Ter a nossa vida própria. Isso porque Mesquita apesar dos pesares, ela tinha uma boa rentabilidade e que não retornava a Mesquita. Tinha os postos de gasolina que nós temos, os impostos todos daqui que eram pagos em Nova Iguaçu. [...] Pois é... O tempo que nós ficamos alimentando Nova Iguaçu ao invés de alimentar nós mesmos (*Nina*).

Esse primeiro movimento registrado pelos moradores de Mesquita, segundo Silva (2005), é um assunto bastante polêmico. A partir de depoimentos da população, Souza acrescenta que “emancipação surgiu também a partir do desinteresse dos vereadores e deputados da região pelos problemas de Mesquita”⁶¹. O aspecto tanto econômico, como político do processo emancipatório da década de 50, pode ser avaliado segundo um suposto desaparecimento do processo encaminhado, em 62, pela população organizada, à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e ao próprio governo do RJ⁶².

Vinte anos mais tarde, houve uma mobilização concreta em prol da emancipação que culminou na realização de um plebiscito em 1987. Entretanto, foi considerado um período de caráter mais idealista, um resquício da iniciativa anterior, em que se destacou a participação das associações de moradores⁶³.

Era um momento bastante particular que o país vinha vivendo nos anos 70, devido ao regime militar, do qual incendiou vários movimentos de resistência, caracterizados pelas manifestações de rua, reativação do movimento sindical e associativo e o surgimento do PT, por exemplo. Nesse contexto, surgem os movimentos de bairro voltados às demandas crescentes da população por equipamentos urbanos. Registram-se diversas outras instituições comunitárias que apoiavam a

⁶¹ SOUZA, 2005, p.89.

⁶² São várias as suposições em torno do “mistério” do sumiço do processo. A mais forte ronda a memória de José Montes Paixão, primeiro prefeito de Mesquita, então deputado estadual de Nova Iguaçu, eleito com os votos do distrito e atuante no movimento contra a emancipação de Mesquita, na década de 50, mas atuante a favor, na década de 90.

⁶³ Face institucional da igreja católica naquela época.

iniciativa⁶⁴, além dos partidos de esquerda. Contudo, houve pouca adesão da população à causa e, por isso, não se obteve número suficiente de votos que garantisse a emancipação. Há relatos (SILVA, 2005) de que a prefeitura de Nova Iguaçu tenha criado condições para a ausência da população nas urnas. Indiferente ao resultado, num outro momento despertaria novamente a parcela da população mesquitense, empolgada com a idéia de se tornar autônoma: a promulgação da nova constituição e o processo de redemocratização do país.

Certamente, estes fatores se rebateram na Baixada Fluminense de modo arrebatador. A *forma urbana* de Mesquita já se caracterizava segundo essa dinâmica, social, política e econômica, como um 'retrato' dos modos de produção do seu espaço. As diferenças da cidade-núcleo e Nova Iguaçu e as diferenças entre o distrito-sede e Mesquita se mostravam segundo uma das afirmações de Milton Santos, de que "as diferenças espaciais são resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares" e que "a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional". Assim, o Rio de Janeiro estaria para o distrito-sede, assim como Nova Iguaçu está para Mesquita.

O país na década de 60 apresentava cerca de 25% da sua população em regiões metropolitanas, mostrando como o modelo polarizador e centralizador do processo de urbanização na Brasil já dominava o nosso território. Essa semelhança de concentrar os recursos urbanísticos em um núcleo, ocorria em Nova Iguaçu.

Nova Iguaçu, no âmbito da Baixada Fluminense, tinha um papel destacado como cidade da periferia metropolitana, uma vez que concentrava 372 estabelecimentos industriais em 1965. A partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento no governo Geisel, correspondente a última etapa de industrialização pesada no país (1970-1985), houve uma queda expressiva do Estado do Rio de Janeiro na participação industrial, no contexto nacional. Contudo não atingiu Nova Iguaçu, principalmente no que tange à indústria de transformação, observando um crescimento de cerca 50% no número de estabelecimentos industriais. A localização dessas empresas atraiu prestadoras de serviços, fabricantes de matérias-primas, além do incremento do comércio (RODRIGUES, 2006). Entretanto, o mesmo não se rebateria em Mesquita. Apesar de haver algumas indústrias, com destaque para a BRASFERRÓ, e de prestadores de serviços, os mesmos tinham destaque inferior ao total do município de Nova Iguaçu.

Como conseqüência dessa centralização, o distrito-sede começou a concentrar em seu território grande parte do comércio, e por essa razão, conseguia concentrar também os serviços a

⁶⁴ Regional V do MAB, SAMES – Sociedade Amigos de Mesquita, AMPLA – Associação de Moradores de Parque Ludolf, foi criada em 1964, e reativada com os objetivos da causa pró-emancipatória, Associação de Mulheres de Mesquita, etc., além do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

preços mais baixos que o 5° distrito. Com isso, a população de Mesquita se deslocava para Nova Iguaçu para fazer tanto suas compras de supermercado quanto de utensílios domésticos e vestuário.

Em Mesquita não tinha o comércio grande. Eu me lembro, não tenho muita certeza, seguindo a Emilio Guadagny para quem vai em direção à pracinha, ali tinha uma barraca que, se não me engano, era a Barraca Azul, não sei se alguém já te falou isso. Agora lá é aquele supermercado Cristal. Tinha a farmácia do Seu Castro... ali perto da casa tinha a padaria. Em frente à padaria tinha um barzinho, tinha uma sapataria ali... tinha uma loja de roupa, um salão de cabeleireiro... O Juju dava dinheiro pra gente fazer compras, né? Então eu ia com a Carminha pra Nova Iguaçu... na época não tinha sacola, eram aqueles papéis grosso sem alça. Amarrado com aqueles barbantes de sisal, né? Aí eu ia com a Carminha de ônibus. Lá os preços eram melhores... e dava para gente comprar mais coisa. A gente fazia tudo em Nova Iguaçu (*Fátima, ex-moradora de Mesquita*).

Segundo relatos de pessoas residentes de Mesquita, atuantes no movimento de esquerda do distrito (SILVA, 2005), na década de 80, havia um grupo contrário a sua emancipação. A justificativa estava no fato de acreditarem que Mesquita não tinha sustentação econômica suficiente para se tornar um município independente, discurso contrário daqueles que apoiavam. O grupo envolvido em todos os movimentos pró-emancipatórios questionava o fato de Mesquita ter uma arrecadação significativa e, não receber investimentos 'condizentes' com a sua importância econômica para o município de Nova Iguaçu. Não entraremos no mérito quantitativo e qualitativo do discurso dos dois movimentos. Porém, é relevante destacar que Mesquita, no contexto metropolitano, não apresentava posição de destaque (econômico) e tal situação refletia nas características de seu espaço urbano, segundo as entrevistas realizadas com os moradores: poucas vias pavimentadas, ausência de infra-estrutura urbana básica eficiente, mobilidade reduzida, devido a uma rede precária de transporte, comércio pouco dinâmico, aumento constante de assentamentos precários e irregulares, intensificando a precariedade dos bairros mais pobres e de fronteira, e os morros ainda pouco ocupados. Outro aspecto a ser considerado no crescimento do urbano em Mesquita, é o desenvolvimento do setor terciário e da informalização da sua mão-de-obra. Mais de 20% da população iguaçuana trabalhava por conta-própria, enquanto outros municípios da Baixada Fluminense, se situavam na faixa de 18%.

Há dessa maneira uma evidente passagem de Nova Iguaçu industrial, para o incentivo de outro tipo de atividade, que já era um referencial na região: o comércio. Face às emancipações já ocorridas de Queimados e Belford Roxo, as mudanças industriais do município evidenciam, a partir dos anos 80, a emergência de novas formas de dominação e apropriação do território. As atividades industriais foram atraídas por localizações que pudessem internalizar economias de aglomeração reproduzidas nos espaços metropolitanos, emergindo as economias de serviço, sendo elas geradoras

de emprego, em detrimento das indústrias (RODRIGUES, 2006), fato esse que ainda colocava o município de Nova Iguaçu em destaque.

Nos anos 90, beneficiado pelo processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 88, o território metropolitano vivencia uma modificação na estrutura político-administrativa que diz respeito à emancipação de antigos distritos. Entre os sete municípios emancipados⁶⁵, Mesquita se encontra entre os últimos distritos a conseguirem, através do plebiscito, a esperada emancipação, após quase 50 anos de mobilização.

Entre os municípios emancipados, há dois aspectos em comum: “baixíssimo desempenho econômico e um alto grau de precariedade nas condições de reprodução dos seus habitantes e na capacidade de gestão pública” ⁶⁶. Podemos falar de Mesquita, como um município consolidado, diferentemente dos municípios de fronteira como Japeri e Itaboraí. No entanto, os dados relativos à mobilidade de sua população para outros municípios, tanto para trabalhar quanto para estudar, são semelhantes: superior a 40%, diferentemente de Nova Iguaçu e Caxias com valores inferiores. Aliás, não apenas o Rio de Janeiro tem sido um pólo de atração, mas Nova Iguaçu e Caxias têm atraído este movimento pendular.

Segundo as áreas de expansão do IBGE, os bairros tipo médio inferior de Mesquita são: Édson Passos, Cosmorama e Vila Emil; popular Jacutinga, Rocha Sobrinho, Juscelino, Santo Elias e Centro; e popular operário Coréia, Santa Terezinha, Chatuba e Banco de Areia. As áreas classificadas como médio-inferior, popular e popular operário são aquelas onde prevalecem as ocupações médias, os trabalhadores do terciário não especializado e especializado, e os trabalhadores do secundário. Ao mesmo tempo é importante ressaltar que as ocupações médias predominam-se claramente no tipo médio-inferior e compartilham o espaço com as ocupações relativas ao trabalho no setor secundário e terciário especializado. Já nas áreas classificadas como ‘popular operário’, predominam as ocupações do setor secundário, terciário não especializado e especializado⁶⁷.

Como já descrito no capítulo anterior, a dinâmica de heterogenização da periferia também influenciou nas formas de apropriação do seu espaço. Criam-se também ‘ilhas de prosperidade’, demarcando e intensificando um novo modo de segregação socioespacial. O centro de Mesquita passa a ser o primeiro lugar onde se visualiza essa dinâmica, posto que é o bairro onde se concentram as primeiras obras de infra-estrutura urbana. Atualmente, os bairros que se encontram mais próximo da fronteira com Nilópolis, com destaque para Cosmorama apresentam características de insulamento,

⁶⁵ Os municípios são: Belford Roxo, Guapimirim, Queimados, Japeri, Tanguá, Seropédia e Mesquita.

⁶⁶ Fonte: “Como anda a região metropolitana do Rio de Janeiro” produzido pelo Observatório das Metrópoles; http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/como_anda/index.html.

⁶⁷ Idem.

típicas dos bairros de classe média do Rio de Janeiro, ou seja, cercada e com infra-estrutura condominial superior ao bairro em que está implantado.

Atualmente, estima-se que o déficit habitacional do município seja superior a 7%⁶⁸. O sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário é precário, uma vez que não há a captação de volume necessário à demanda e um reservatório e uma setorização do sistema de distribuição, evidenciado pela prática de captação diretamente das linhas de adução feita pelos usuários, apesar da prefeitura apontar cerca de 90%⁶⁹ dos domicílio estarem ligados à rede. Além disso, observa-se uma precariedade do sistema de saneamento, predominante no território de Mesquita. Além da presença de valas e de rios e córregos extremamente poluídos ou assoreados, é praticamente inexistente um sistema de drenagem, potencializando a recorrência de enchentes principalmente em épocas de chuvas de verão.

Assim, cabe questionar quais são os fatores no contexto metropolitano da qual podemos pensar Mesquita como um lugar urbano, na perspectiva do senso comum de olhar a *cidade* como o lugar da modernidade e da democracia. Vale examinar, senão devemos questionar a tendência em qualificar as metrópoles por diferenciações que enfocam apenas um aspecto, ou o social, ou o espacial. A descrição apresentada sobre Mesquita mostra a necessidade de serem analisadas as ações e dinâmicas urbanas (sociais e espaciais), seus conteúdos e processos sociais como indicadores, para que possamos entender o processo de ampliação e intensificação do *urbano* nas periferias e o impacto dessa problemática no território e na vida urbana metropolitana. Além disso, devemos observar a periferia metropolitana, apesar das estatísticas e da própria estruturação do seu espaço, não como o lugar da permanência de dinâmicas progressivamente segregadora (hierarquia socioespacial). Por isso, é preciso se ater às ações sociais e o modo como a *forma urbana* vem colaborando para a conservação de dinâmicas urbanas que geram diversidade, que possam colaborar para uma metodologia coerente e mais interessante de planejamento.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

3. MESQUITA SEGUNDO SEUS MORADORES.

A experiência de viver um espaço pode revelar no discurso um mundo ricamente simbólico onde os objetos e eventos assumem significados que para um *estrangeiro* podem parecer arbitrários. Por outro lado, “o costume de estruturar o mundo em substâncias, cores, direções, animais e traços humanos, estimula uma visão simbólica do mundo”¹. A visão de mundo é construída, partindo deste pressuposto, dos elementos conspícuos do ambiente físico e social de uma determinada sociedade. Se um indivíduo ou um grupo for *estrangeiro* àquela sociedade, ou grupo social, sua visão, sua percepção será frequentemente reduzida. Já, o *nativo* se movimenta, percorre e discursa de acordo com uma complexa rede de atividades derivadas da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. Por ser simples e essencialmente estética e formal, a visão do *estrangeiro* ou *visitante* é facilmente enunciada (TUAN, 1980). O único aspecto em comum entre os dois é o fato de tenderem a fazer uma análise dual do espaço, ou seja, por oposição.

Nesse sentido, pretendemos relativizar dois aspectos: (i) de que um lugar se caracteriza a partir da qualidade do seu supostamente oposto e, como consequência, (ii) a ‘visão estrangeira’ com relação à Baixada Fluminense. O aprendizado desta análise dos lugares por meio de entrevistas é uma possibilidade de abordagem dos processos de apreensão do espaço urbano a partir do olhar estrangeiro. Além disso, a linguagem do cotidiano e a apreensão dos(as) moradores(as) de Mesquita são fontes primeiras e complementares para o levantamento de algumas questões sobre *forma urbana* e *vitalidade*. A capacidade do espaço de ‘se revelar’, segundo as questões já levantadas no capítulo 1, traz à tona a noção dos seguintes conteúdos da problemática urbana de um lugar: os modos de apropriação e dominação, o nível de interferência morfológica nos processos sociais e vice-versa, as práticas urbanas e, finalmente, a própria *forma urbana*.

Busca-se conexões que interfiram no entendimento de uma suposta totalidade, chamada Mesquita, bem como que iluminem reflexões sobre o espaço urbano relacionando teoria (processo analítico das categorias) e o âmbito empírico da pesquisa. Ao mesmo tempo, delimitar o entendimento do espaço não como em uma fotografia, como resultado acabado, passível de conclusões, mas uma *forma urbana* em processo, como meio da sociedade urbana. Com isso, atestar a idéia de várias ‘Baixadas’ e, conseqüentemente, várias ‘Mesquitas’ que determinam a totalidade da *forma urbana* do município. No entanto, é preciso deixar claro que esta demarcação não é determinada apenas pelos processos sociais e práticas urbanas², mas pela visão de mundo que determinam as mesmas.

¹ TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difusão Editorial Livro, 1980, p:26.

² Que também são determinantes para os processos de apropriação do espaço.

Como foi visto no capítulo anterior, a história contada pela bibliografia relacionada à região³, pouco revela sobre os processos que diferenciam substancialmente os lugares e as pessoas. As distinções são pasteurizadas: classe, etnia, gênero, idade, etc. A relação de identidade com o território desaparece nas análises sociológicas, aspecto principal para a geração de vitalidade de um lugar. Desta forma, o intuito deste capítulo é de trazer elementos que contribuam tanto para entender a dimensão do urbano, mas como a construção da identidade espacial revela a vitalidade.

A seleção das entrevistas demonstra a preocupação com o sujeito desse trabalho. Priorizou-se o discurso de antigos(as) operários(as), aposentados(as) que atuavam na construção civil, no comércio e serviços de baixa qualificação, além de seus respectivos familiares e amigos, quando possível, e de acordo com as circunstâncias da entrevista. Houve ainda uma preocupação de contrapor a visão de mundo a partir de entrevistas com diferentes gerações, gêneros e crenças, numa tentativa de perceber, ainda que inicialmente, como as diferentes visões de mundo e experiências socioculturais podem influenciar nas práticas e nas formas de apropriação e dominação no espaço urbano.

Com isso, pretende-se analisar neste processo global de confinamento da vida (enclaves) e da própria noção de lugar, resgatar subsídios que nos forneçam perspectivas mais otimistas para o planejamento.

³ Pouco se tem escrito sobre Mesquita de forma específica e aprofundada.

3.1 APROPRIAÇÃO, DOMINAÇÃO E PRÁTICAS URBANAS

Mesquita pra mim é esta rua
(Ana, moradora de Mesquita).

A aproximação com as categorias que se apresentam neste início de capítulo, aponta o desafio com o qual enfrentamos. Primeiramente, pela variação de definições encontradas, tanto na bibliografia consultada e pesquisada, quanto da percepção dos sujeitos entrevistados, justamente pelo fato de que igualmente, nas duas instâncias, os seus respectivos significados estão impregnados pela visão de mundo, característica fundamental do mecanismo do processo de assimilação do *lugar referencial*. Por isso, a explicação dos fenômenos *apropriação*, *dominação* e *prática* requerem procedimentos que possam ultrapassar as aparências para a problematização das propriedades estruturantes dos fenômenos.

Certamente não pretendemos adentrar nos processos cognitivos de apreensão do espaço urbano e sua forma. Contudo, como fio condutor das noções de conjunto e totalidade do espaço urbano, podemos citar Kohlsdorf (1996) que apresenta a questão sobre a reprodução dos fenômenos do mundo concreto que interferem na metodologia de análise, síntese e verificação dos processos. Em função disso, ela anuncia alguns sinônimos para a palavra *apropriação*⁴, como posse da realidade, assimilação, tomada ou possessão. Nesse sentido,

Conhecer significa certa maneira de nos apropriarmos da realidade por meio do pensamento, que neste se reproduz, de forma explicada. Seu objetivo tem sido colocado, geralmente, como reencontro da prática: assim, o conhecimento parte de uma ação sobre a realidade e objetiva outras ações sobre a mesma⁵.

Por meio dessa análise, podemos rebatê-la para a nossa primeira reflexão dialética: *apropriação* e *dominação*. De imediato, o que é pertinente extrair é o fato do conhecimento estar atrelado à *apropriação* de uma realidade, isto é, apropriar-se de algo é conhecer e, conseqüentemente, ter aparatos suficientes para objetivar novas ações segundo o modo como a coisa é apropriada. Mas, se tomarmos como ponto de partida a *dominação*, a primeira imagem que surge é de algo morto, aprisionado, cercado por 'forças superiores', ou seja, algo que está enquadrado de acordo com normas, ordens e formas predeterminadas que se modificam conforme se evolui os processos em

⁴ MARX, K. apud KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1996.

⁵ KOHLSDORF, 1996, p.41-42.

curso. Ao fazermos uma analogia aos processos sociais e espaciais do urbano, não é difícil imaginar um movimento semelhante e dialético.

Entendemos o sentido de lugar partindo pela noção da ação de *ocupar o espaço*⁶, realizado por um corpo definido que o indica, demarca e orienta. A ocupação fabrica a espacialidade dentro do senso de uma relação imediata entre os corpos e seus espaços, entre o desdobramento no espaço e a ocupação do espaço. Antes da produção, antes de se produzir e antes de se reproduzir, cada corpo é um espaço e é seu espaço (LEFÈBVRE, 1976). No entanto, existem forças políticas, econômicas e sociais que totalizam formas de dominação do território. Partindo de tais pressupostos, as práticas urbanas são o resultado do processo do que vem sendo construído (pelos corpos que se apropriam do espaço) e do que tem sido estabelecido (pela superestrutura). Há também como retratar por meio da qualificação do nível privado, no âmbito do nível misto ou intermediário (o urbano), e o nível global⁷, respectivamente.

A prática urbana é o ponto extremo da associação do que é apropriado e dominado, e conforme a sociedade urbana se apresenta atualmente⁸, dificilmente pode ser dissociado, mesmo no plano teórico. A compartimentação (dominação) dos espaços define a prática urbana, regula os ritmos, os níveis (de produção, circulação, relação), o modo de apropriação, o cotidiano da vida urbana.

No âmbito do fenômeno urbano, considerando que as práticas e atividades urbanas são o 'resultado' do movimento cíclico da apropriação e dominação do espaço urbano, o olhar do lugar urbano tem sido feito a partir do 'dominador', ou seja, desconsiderando práticas e atividades que estão nos interstícios das práticas e atividades mais gerais da produção do espaço urbano.

Deste modo, na pretensão de orientar o entendimento da *forma urbana* de Mesquita na perspectiva de seus moradores(as), dividiremos o espaço urbano da cidade em três: (a) espaço da moradia, (b) espaço do trabalho e (c) espaço da memória, como uma maneira de entendermos como se dá a relação da população e seu espaço ao longo de sua história. Cabe ressaltar que este procedimento de síntese analítica nos serve apenas como metodologia e, por isso, não traduz o modo pelo qual se entende *a priori* o urbano, ou seja, a divisão do espaço urbano em três dimensões apenas nos serve de instrumento metodológico. Assim, para cada divisão há subdivisões de acordo com os aspectos singulares de cada espaço para que possamos extrair; particularmente, indicativos sobre os processos em cada dimensão apresentada e que contribua para o entendimento de como a identidade se constrói.

⁶ LEIBNIZ apud LEFÈBVRE (1974) - citando para explicar quais são as propriedades das quais podem denominar um espaço.

⁷ Lefèbvre indica diacronicamente, sobre o eixo espaço-temporal, os níveis ligados pela formação econômica e social, ou, como se diz, pela sociedade, termo vago de acordo com o autor, para a leitura da coisa urbana. (LEFÈBVRE, 1970)

⁸ Vide as análises apresentadas no capítulo 1.

3.1.1. Espaço da moradia

Ah! Isso aqui... nós transformamos no melhor lugar do mundo! Não é do Brasil, não! É do mundo (*Francisco, morador de Mesquita*).

Formalmente, o espaço da moradia é constituído pelos seguintes elementos: o bairro, a rua, a calçada e a casa. Dentro deste universo são construídas as relações sociais mais íntimas e onde a sua visão de mundo se constrói e se consolida em uma dialética entre o espaço público e o privado.

Com o intuito de delinear uma caracterização do espaço urbano mesquitense, tomaremos a calçada e a rua primeiramente para servirem de subsídio sobre a relação do espaço do corpo e da casa com o restante da cidade, e certamente, o primeiro elemento com o qual deparamos fora da fronteira de nossa casa é a própria calçada e posteriormente a rua.

As calçadas e a rua servem a diversos fins além da circulação de pessoas (abrigo de pedestres) e de veículos (comportar o fluxo de veículos). Inicialmente, estão relacionados a esse movimento de ir e vir, da mobilidade, mas não são sinônimos. Um aspecto não deve ser deixado de lado nesta análise, o fato de que tanto a calçada quanto à rua são locais públicos. Além disso, as duas são a síntese da imagem de uma cidade. "Se as ruas de uma cidade parecem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecem monótonas, a cidade parecerá monótona"⁹.

O uso das calçadas e da rua são o indicativo dos atributos fundamentais do local. Um discurso bastante marcante nas entrevistas está relacionado à segurança da cidade em comparação ao Rio de Janeiro. Para um *estrangeiro* ou *visitante* acostumado à associação da Baixada Fluminense à violência e à falta de segurança, o predomínio da fala positiva é um ponto de estranhamento. Ao extrairmos opiniões de pessoas da mesma família, pertencentes a gerações diferentes, percebe-se que não é uma questão da época e do tempo que se vivencia o lugar, mas de uma forma de apropriação do espaço de Mesquita.

Eu estudei no Pedro II de Marechal Hermes... Sempre tem aquele preconceito. Aí, não é preconceito racial, é preconceito do pessoal do Rio e a Baixada. "Eh! A Baixada...? Que é isso!?" Aí quando eu era mais novo, até debatia: "o que adianta morar no Rio e ter dois quarteirões e depara com os cara da favela?". Você pergunta uma coisa, olha com cara de não, e o negocio é ali na esquina. "É, o Rio é grande, mas vocês não conhecem nada" ninguém conhece ninguém, ninguém conhece ninguém na mesma rua. Aqui todo mundo se conhece, bem ou mal, ah, o termo que usa hoje na rua: "Mesquita é um ovo". É, Mesquita é um ovo! Mas todo mundo conhece todo mundo. Ah, roubo! Pode ter um furto ali, um furto aqui, mas não é uma coisa tão bárbara como é no Rio. Quer dizer, eu posso estar errado em relação a

⁹ JACOBS, 2003, p:29.

isso. É que nem lá na faculdade, eles fazem aquela brincadeira. Lá tem pessoas de tudo que é canto, né? (*Rafael, 23 anos, genro de Nina*).

Normalmente as pessoas vinham porque gostavam. Porque gostavam do local. Aqui sempre foi calmo. Tem coisa que acontece em qualquer local. Acontece. Aqui a coisa é mais suave (*Nina, 61 anos, sogra de Rafael*).

Apesar de haver relatos de que a cidade está mais vazia (como por exemplo, de que as pessoas não ficam mais na rua como antes), a presença de pessoas circulando e realizando suas atividades cotidianas na rua ainda é um fator que colabora na segurança ou pelo menos no controle da segurança nos bairros. No entanto, mesmo com o predomínio dos discursos positivos, mulheres na faixa dos 40 anos que nasceram e/ou vivem a muitos anos na cidade, dizem que o antigo distrito já foi um lugar bastante violento.

Segurança melhorou também, principalmente dentro das escolas. Às vezes, bandido entrava dentro das escolas e matava os professores. Isso há pouco tempo aconteceu. Agora tem mais segurança. [...] O povo da Chatuba e do Coreia ali em cima, quando tem tiroteio todo mundo deita no chão... (*Cida, amiga de Ana*).

Na Chatuba é que nem lá em baixo, quando começa o tiroteio, fecha tudo. Não é diferente de lá em baixo. Teve algum problema, fecha colégio, as escolas (*Neide, irmã de Ana*).

Onde é mais perigoso? Chatuba?

Em qualquer lugar (*Cida*).

Fazendo uma comparação com a fala de uma moradora de Chatuba e algumas características do bairro:

Quando falavam na Rua Marisa eu tinha vergonha de dizer que morava na Marisa. Se eu tivesse que retomar a minha religião há 26 anos atrás, as festas que eu dava aqui de três dias, festas de criança, festa de preto velho, festa do meu próprio orixá, não tinha como, porque era muita gente que vinha de longe, eram festas de três dias, e devido ser uma área de risco eu teria que manter o portão fechado (*Lourdes*).

Mas, por quê? A boca de fumo era aqui?

Era aqui na rua, como lá, não sei se na sua rua continua (*Lourdes*).

Não, parou também. É, porque o desenvolvimento de saneamento que veio pro bairro aí espalhou (*Amigo de Lourdes que mora na Rua D. Rosinha*).

Aí eles estão espalhados em Chatuba. Estão espalhados, mas todo mundo conhece. Todo mundo sabe quem é. Todo mundo sabe quem é o dono da boca. Tudo amigo, e que nós não podemos discriminá-los, até porque nosso trabalho é de base na comunidade (*Lourdes*).

Mas Chatuba é o lugar mais pobre de Mesquita ou tem um lugar que é mais?

Chega a ser igual à Jacutinga. Jacutinga é um lugar bem carente mesmo. Acho que é o mais carente de Mesquita (*Amigo de Lourdes*).

Mais do que Chatuba?

Mais do que Chatuba (*Amigo de Lourdes*).

É, mas Chatuba tem uns pontinhos aqui bem carentes, e são vielas (*Lourdes*).

De fato, Chatuba é um dos bairros mais pobres¹⁰ e visto como um dos mais violentos do município e certamente a associação da ausência de infra-estrutura e de usos combinados, ou poucas habitações em determinadas ruas colaboram para a instalação do crime organizado. Apesar disso, em comparação aos bairros mais violentos da cidade do Rio de Janeiro, ou mesmo aos da zona sul, Mesquita e o próprio bairro Chatuba são considerados como um lugar melhor para viver.

Existe aquele conflito das drogas. De um querendo tomar a boca do outro. Vou falar uma coisa pra você, sinceramente. Isso aqui é um paraíso (*Pastor*).

Mas porque se tem essa idéia de que é violento?

Por causa de Chatuba de Nilópolis e da Penha. Isso aqui é melhor que Copacabana e do que a Tijuca, você me perdoe! Em relação à segurança... eu deixo a porta aberta, chego a hora que for. Não tem nenhum tipo de problema (*Pastor*).

Mas, e o tráfico?

Tinha aqui na rua. Mas foi extinta. Tinha a boca do Constantino. Coitado! Um senhor de idade, barbeiro. Ele tinha uma barbearia no final da rua (*Pastor*).

Quando perguntado sobre os motivos pelo qual houve uma dispersão do tráfico de drogas no bairro, o pastor atribui à intensificação do trabalho dos evangélicos. Para se ter uma idéia, em uma quadra da rua principal de Chatuba foram criadas cerca de 12 igrejas, de acordo com a esposa do pastor. Não há como negar que a proliferação das igrejas neopentecostais¹¹ vêm imprimindo uma nova dinâmica nas cidades da Baixada Fluminense, uma vez que há diversas restrições e regras quanto a frequentar festas, permanecer em locais públicos, etc.

Até os 21 anos de idade, eu fui espírita no candomblé, umbanda, né? Sempre tive vontade de conhecer a Deus. A partir do momento que eu comecei a estudar a bíblia... Não foi por causa de uma frustração minha, mas de eu conhecer a verdade. A doutrina espírita ela não contemplava a verdade, comparando a bíblia. A partir de eu conhecer essa verdade que ocorreu essa conversão. Quando eu cheguei em Mesquita, isso aqui era tomado de centro espírita¹². Em cada esquina que você passava tinha um (*Pastor*).

De fato, deve-se considerar historicamente o papel das igrejas, sobretudo as católicas, no território fluminense, como mostrado no capítulo 1. Pela grande influência e poder relacionado às elites

¹⁰ Segundo os dados do diagnóstico participativo do Plano Diretor do município. Vide anexo.

¹¹ O tema sobre religiosidade é tratado aqui apenas para ilustrar as formas de apropriação e dominação do espaço mesquitense. Apesar de nas entrevistas, este aspecto ter sido bastante valorizado, não cabe neste trabalho explorar as análises sobre a questão.

¹² Na Baixada Fluminense há o costume de nomear *terreiros* e *roças* de candomblé e umbanda, como centro espíritas. Pode-se atribuir este fato, o preconceito com relação as religiões de origem e/ou influência africana, justamente por muitos anos a igreja católica ter um peso político e social significativo não só na Baixada Fluminense, mas no país.

brasileiras, outras práticas religiosas, especialmente de influencia africana, se restringiam majoritariamente às camadas populares. O dado sobre os inúmeros terreiros ou 'centros espíritas' no bairro, evidencia as características de bairro bastante empobrecido, até meados da década de 80¹³. Normalmente, por serem práticas religiosas estigmatizadas, ainda nos dias de hoje, se localizam em maior número nas periferias precarizadas das cidades e favelas. Lourdes fortalece a tese. Ela tem um terreiro em sua casa e afirma que até os anos 70 havia muitos, e que, pelo fato dos 'macumbeiros' serem considerados 'curandeiros', a localização dos terreiros¹⁴ eram um pólo de atração para a ocupação, aspecto que o Pastor discorda. Devemos ressaltar outra característica do candomblé¹⁵ na região:

Os nordestinos que vieram pra Baixada principalmente pra Mesquita, eles não trouxeram a cultura do candomblé pra Baixada, não. É do Rio mesmo. É do Rio. Eu pelo menos venho de origem baiana, porque meu pai era baiano. Meu pai era do candomblé, minha mãe já era da linha kadercista, minha avó era kadercista, minha avó morreu com noventa e poucos anos e era kadercista, e meu avô, meu bisavô eram kadercistas. E ninguém da minha família herdou essa tradição, só eu de sete irmãos (*Lourdes*).

Num lugar em que se vivenciam formas diferenciadas do urbano, surgem características contrárias a outras tão particulares ao local e às ruas da cidade. Ainda tendo como pano de fundo o mote da segurança para entender o espaço da moradia, peguemos um exemplo: o fato das quadras de futebol da cidade estarem cercadas.

Uma pracinha (Praça dos Camarões) só pra dizer que é uma pracinha, porque não era uma pracinha né? Como até hoje eu não considero aquilo ali uma praça, né? É só fachada. Ali tinha um terreno baldio e chamaram de praça. É, aí ele (vereador de Nova Iguaçu, quando o distrito não era emancipado) fez uma pracinha que não era nada demais, mas não tinha outra, né? E o campo aí as terras foram se ocupando e foram acabando os campos de futebol, que hoje só temos o Quinze, Brasileirinho, o Arrastão. Só. Aqui dentro só tem esses campos, enquanto nós tínhamos cambadas de outros campos de futebol aqui. É, ficamos reduzidos a três áreas de esportes, e três áreas privadas (*Lourdes, bairro Chatuba*).

A fala de Lourdes ilustra algumas questões que podem ser exploradas. Quanto às quadras de futebol, embora seja um costume relatado em todas as entrevistas como uma atividade importante no cotidiano, principalmente dos homens, atualmente, com a pavimentação das vias e praças e, por conseguinte, dos antigos campinhos de terra, fez emergir duas ações: o cercamento dos

¹³ Segundo os relatos, a influência da igreja católica até meados da década de 90 ainda era significativo.

¹⁴ O primeiro 'furador' de santo do bairro foi Seu Zé da Cachoeira. Seu terreiro ficava perto do rio do 'Socorro' e da cachoeira, próximo à praça França Leite.

¹⁵ O candomblé de origem africana é forte no nordeste do país e a umbanda, considerada uma religião brasileira, surgiu em São Gonçalo no estado do RJ, no início do século 20.

campos e a 'privatização' do espaço, a fim de garanti-lo a um grupo 'seleto' de pessoas do local. A instalação de alamedas tem sido justificado (prefeituras) pelo aspecto da segurança e da preservação. Conseqüentemente tem sido gerada uma dinâmica em que poucos podem usufruir desse espaço de lazer. Ao invés da atividade de jogar futebol manter uma rede de relações e dinâmicas intrínseca ao dia-a-dia das pessoas que residem no bairro, se transforma em uma 'atividade de exclusão'.

No universo de Mesquita, este é um aspecto importante e marcante como conseqüência da sensação da falta de segurança. No entanto, o uso da rua como local de encontro, e de lazer das crianças ainda se mantém, mesmo que em menor grau. Isto também é demonstrado na fala de Lourdes, quando menciona o marasmo da praça construída apenas com fins eleitoreiros, prática comum na região. Ou seja, por mais que o poder público intervenha no intuito de criar novas áreas de lazer e de encontro, não se considerou uma questão essencial: como a população tem-se apropriado do espaço. Por esta razão, assistimos em diversas cidades exemplos clássicos de pequenas 'biroscas' ou locais de uso coletivo construídos pela própria população local, muito próximos das praças recém construídas, serem mais movimentados que a própria praça.

É inútil tentar esquivar-se da questão da insegurança urbana tentando tornar mais seguro outros elementos da localidade, como pátios internos ou áreas de recreação cercadas. Por definições, mais uma vez, as ruas da cidade devem ocupar-se de boa parte da incumbência de lidar com desconhecidos, já que é por elas que eles transitam. As ruas devem não apenas resguardar a cidade de estranhos que depredam: devem também proteger os inúmeros desconhecidos pacíficos e bem-intencionados que as utilizam, garantindo também a segurança deles. Além do mais nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma, e aí se incluem as crianças. Todos precisam usar as ruas (JACOBS, 2003, p:36).

Mesquita, sendo um município de pequeno porte, ainda resguarda características típicas como o uso da rua e das calçadas como o lugar do convívio social. Todos os entrevistados(as) têm lembranças positivas das brincadeiras de rua, e, apesar de se observar na cidade e no discurso dos(as) moradores(as) que essa prática diminuiu, é revelado que ainda há olhos atentos voltados aos espaços públicos das ruas, fator majoritário para a garantia da segurança, ou seja, é necessário que a vizinhança esteja envolvida na vida comunitária fora de sua casa, de modo espontâneo e menos consciente do que um policiamento propriamente dito.

No sentido, de aprofundar o esvaziamento do uso das ruas por parte das crianças, podemos novamente fazer uma conexão com a interferência das igrejas neopentecostais na cidade.

Os terreiros foram ficando extintos, aí veio a igreja universal, essas igrejas evangélicas. [...] Hoje está uma epidemia. [São igrejas de] fundo de quintal, frente de

quintal, fundo de barracão, de barraquinha. Muita coisa com meia dúzia de pessoas dentro.

É diferente a maneira como elas usam a cidade?

Eu acho muito diferente. Eles não se apropriam da cidade. Não se apropriam.

Eles ficam em casa?

Não, eles tão pregando na porta do outros conscientizando com que aquelas pessoas vá para aquela religião, aí começam a tal da revelação também, né? E que o povo adora a querer saber de revelações, é como assim, não é nada diferente do espiritismo, só muda o nome, pra mim só muda o nome.

Ou seja, com o aumento significativo de famílias evangélicas em Mesquita, suas crianças tem um dia-a-dia restrito à escola, à igreja e à casa onde a televisão exerce um papel fundamental para mantê-las longe das ruas. Aspecto semelhante é relatado pelas pessoas de formação católica como Fátima e Nazaré que durante a infância e a adolescência, na década de 70, eram extremamente vigiadas por seus pais, segundo as premissas da religião. Há de se considerar também a cultura relacionada ao corpo da mulher solteira, da 'preservação da mocidade' das jovens, enquanto os homens jovens de famílias católicas tinham uma 'liberdade' que as moças não experimentavam.

A Rua Virtude é um exemplo bastante interessante para uma análise do uso da rua atualmente. Jacobs (2003) aponta algumas questões sobre a intermitência do uso da rua, dos usos diferenciados durante o dia e a noite. Os motivos pelos quais a intensidade do uso se distingue pode originar-se desde uma iluminação pública eficiente até a ausência de comércio que atraia moradores(as) e estranhos ao lugar. Durante uma conversa com moradores(as) da Rua da Virtude, podemos compreender um pouco alguns motivos.

A coisa boa aqui são os vizinhos porque uma hora a gente precisa, todo mundo corre. Quando meu marido ficou doente, todo mundo ajudou muito. São muito amigos. Quando meu neto ficou doente, foram os vizinhos que socorreu. Então nessa parte eu acho ótimo. O grande problema aqui é a falta de comercio (*Mãe de Ana*).

A gente quis organizar uma decoração aqui da rua, aqui não tinha nada. As crianças ficam na rua. A minha mãe disse que aqui só tinha futebol, não tinha outro tipo de diversão. E médico, hospital nem se fala. Ônibus só era até meia-noite (*Cida, amiga de Ana*).

Antigamente eu tinha um filho que morreu em casa por causa de socorro. Ele começou a passar mal, esperamos até 4 h da manhã, 5h para correr o primeiro ônibus. E ele morreu antes disso. Hoje ainda é melhor. O ônibus hoje depois de meia-noite corre de hora em hora. Antigamente não. Agora está melhor (*Neide, irmã de Ana*).

Olha, dia de domingo parece dia de jogo do Brasil, o pessoal fica na rua, toma um chope... À noite parece um cemitério. Dá 8h da noite, é um deserto. Ninguém na rua (*Cida, amiga de Ana*).

Dá 8, 9h está todo mundo em casa. Antigamente eu ficava com isso aqui (o bar dela ao lado da casa) até às 2h da manhã, 3h da manha, mas agora... (*Neide, irmã de Ana*).

O Paixão (primeiro prefeito do município) proibiu de colocar as mesas e cadeiras na rua, nem som! E estipulava um horário... Esse prefeito agora também não gosta de nada (*Murilo, amigo de Ana*).

Desde o ultimo ano do Paixão, já não existe festa de rua (*Neide, irmã de Ana*).

Mesquita pra mim é esta rua (*Ana*).

Apesar de parecer trivial, a soma dos contatos pessoais não é nem um pouco trivial. A vida pública informal das calçadas e da rua se relaciona diretamente com tantas outras modalidades da vida pública (JACOBS, 2003), isto é, a interferência da esfera formal do município também colabora para desenhar as práticas urbanas. Vê-se como a interferência e a ausência do poder público no cotidiano e nas formas de apropriação condicionam as práticas e a 'realidade' do lugar. A interferência negativa é percebida no momento em que o prefeito decreta proibições quanto ao uso das calçadas e regras rígidas quanto ao barulho e às festas e seus horários, a ausência, sendo sentida através da presença da solidariedade da vizinhança.

Jacobs (2003) pondera sobre a corrente que afirma que a reprodução da vida urbana num "arremedo da vida em cidades de pequeno porte ou subúrbios"¹⁶ é o sinônimo de tranquilidade e prosperidade. Deve-se lembrar que essa análise tem origem no modelo de urbanização dos EUA da década de 60, do qual o Brasil tem nos últimos 15 anos se apropriado com mais intensidades através da classe média. Os *alphavilles* e condomínios *paradises* que reproduzem um vida ideal¹⁷ tem sido um alternativa para fugir da criminalidade e da confusão dos grandes centros urbanos. Mas a boa moradia e o bom comportamento não têm necessariamente alguma relação.

Tentamos justificar um bom abrigo com o pretense argumento de que ele fará milagres sociais e familiares, estamos enganando a nós mesmos¹⁸. [...] Da mesma maneira, não podemos concluir que famílias de classe média ou de classe alta possam construir bons bairros e famílias pobres não conseguem fazê-lo¹⁹.

Ao partimos da idéia de bairro na metrópole, tomemos novamente uma referência de Jacobs (2003). Ela cita Reginald Isaacs, urbanista de Harvard, com o intuito de questionar se o conceito de bairro em metrópoles tem algum sentido. Isaacs ressalta a questão da mobilidade dos(as) moradores(as) urbanos que costumam escolher o trabalho, o lazer, lojas, amigos, escola em diversos

¹⁶ JACOBS, 2003, p:123.

¹⁷ Condomínios que elucidam o ideal de vida urbana: isolamento, paisagismo, áreas de convívio, áreas de lazer (quadras esportivas, piscina, academia). Esse *american way of life* da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e está invadindo as centralidades dos municípios da Baixada Fluminense, através do mercado imobiliário.

¹⁸ Ibid, p:124.

¹⁹ Ibid, p:125.

bairros da cidade ou até de outro município. Certamente, na Baixada Fluminense na maioria dos casos não seja uma questão de escolha, mas de oportunidade. Diante dessa questão, o urbanista pergunta quais seriam os motivos para os(as) moradores(as) urbanos se prender ao provincianismo de um bairro. "A vantagem das cidades não é justamente a variedade de opções e a fartura de oportunidades?"²⁰

Contudo, a extroversão inerente aos bairros não significa que os(as) moradores(as) conseguirão viver bem num bairro decadente. Por outro lado, os bairros e distritos metropolitanos não precisam imitar o cotidiano das vilas e das cidades rurais ou de pequeno porte, porém os bairros devem prover meios de autogestão (JACOBS, 2003). Lembremos que Mesquita é um município recém-emancipado e que apesar de apresentar características de uma cidade de pequeno porte, está inserida numa região metropolitana bastante heterogênea e 'periferizada' e de que sua 'realidade' provém de um longo histórico atrelado ao município de Nova Iguaçu (antigo distrito de Nova Iguaçu).

No sentido de buscarmos um entendimento da inserção do município no âmbito da região metropolitana e os seus bairros, tomemos como exemplo, a problemática do comércio a partir das falas dos(as) entrevistados(as) quando indagados onde eles 'fazem as compras'.

De um certo ponto, pra mim, Mesquita 'degreduiu'. Uma serie de lojas que tinha em Mesquita, muita delas fecharam. Quando eu trabalhei tinha 4 lojas de moveis, em Mesquita. Hoje só tem duas. Em baixo da ponte tinha duas, açougue, armazém, esse troço. Porque o crescimento... O grande vai crescendo e o pequeno vai diminuindo, vai se encolhendo. É a mesma coisa o salário! E a mesma coisa o comercio, depois desses supermercados...Você passa ali na praça, um bocado de loja fechada. Uma loja, por exemplo, de moveis, aparelhos domésticos, Ponto Frio. Mesquita e depois Nova Iguaçu acabou com um bocado de loja. O supermercado acabou um montão de armazém e por ai por diante. De baixo da ponte tinha um abatedouro, tinha uma casa de roupa,... Porque hoje você nessas lojas grandonas pra você achar um blusão de linho, tem que ir numa loja grandona. Antigamente, não. Você chagava pra comprar uma blusa de tricoline, tinha um armarinho enorme que fazia roupa. E eu trabalhava ali debaixo da ponte (viaduto). Calça de linho, cambraia, blusa de tricoline... Eu andava todo bem montadinho (*Jorge*).

No comércio aqui, não tem nada para se comprar. Nilópolis, Nova Iguaçu é melhor...(*Manoel*)

O meu depoimento, é que eu achava que o comercio de Mesquita está meio parado (*Francisco*).

Para fazer compra só indo pra lá (Nova Iguaçu) e tomar uma injeção, só em Nilópolis. Até hoje é isso. Aqui em Mesquita não evoluiu muito. Mas pelo menos agora tem uma churrascaria na praça (*Murilo*).

Não tem um teatro, não tem um comércio bom. Não tem nada de bom. Mesquita é 100% melhor do que era. Em vista do que era, Mesquita está... falta muito é comercio. Essas coisas, mas escola melhorou bastante (*Neide*).

²⁰ JACOBS, 2003, p:127.

O comércio sempre foi fraquinho. Eu acho que era mais porque tinha loja que vendia tecido. Nós tínhamos lojas que faziam roupa pra vender. Entendeu? Até mesmo onde era o aviário ali na praça, ali era uma fábrica de roupa de motorista, cobrador, tinha o senhor [...] várias pessoas trabalhavam ali com ele. E ali, fazia o uniforme de motorista, de cobrador, escola, bordava botão, bordava a borda do vestido e fazia o trabalho lá. O comércio de Nova Iguaçu é melhor, tem mais variedade. Aqui tem esse Novo Mundo e ninguém consegue entrar aqui. Tinha a Casa da Banha e pelo menos a concorrência era mais leal. Lá no Novo Mundo sempre está vazio (*Nina*).

O comércio não melhorou porque não aumentou, nunca teve nada. Agora botaram o Ponto Frio, lojas Cem, a gente não vai comprar eletrodoméstico todo dia (*Padre Lino*).

Dentre os argumentos apresentados, vimos dois pontos que se evidenciam os quais vêm de encontro com os de Jacobs (2003). A primeira é que mesmo com a melhora da infra-estrutura urbana e dos serviços (como a escola) não se rebate em vitalidade urbana, principalmente com relação ao comércio. Trata-se de um lugar que primordialmente depende dos seus vizinhos, em termos de acesso aos produtos. Há preferência pelo deslocamento até Nova Iguaçu e Nilópolis já que os preços de Mesquita são mais altos devido à precária concorrência local, além da pouca diversidade. É pertinente evidenciar que até o típico comércio de bairro, como padarias e açougues, são raros no município. As 'biroscas' e barraquinhas também não são comuns, dependendo do horário e do local. Normalmente, se concentram onde já existe um pólo de atração, como, por exemplo, a Praça Elizabeth Paixão. A pracinha (como é conhecida) concentra as principais atividades de lazer. São percebidas como quatro espaços diferentes: do dia e da noite, do dia de semana e final de semana.

A pracinha do dia é mais pacata e vazia, com um comércio tímido e pouco movimentado: loja Ponto Frio, bares, bazar, cartório, chaveiro, lambe-lambe, alguns bancos, equipamentos infantis e banca de jornal. No final de semana, principalmente aos domingos é mais movimentada devido à feira na Rua Feliciano Sodré. À noite se reúnem várias 'tribos'. Durante a semana é o típico churrasquinho da Nina, o cachorro quente do Severino e a cervejinha gelada dos bares e ambulantes. Nos finais de semana, a praça se torna um local de encontro de *rockeiros*, *funkeiros*, *pagodeiros*, grupos de *hip hop* e despreziosos. Sem errar, a pracinha é o local mais freqüentado de Mesquita. Certamente, seus respectivos bairros apresentam outras centralidades de menor intensidade de uso, como a Rua da Virtude, os campinhos de futebol, a biroscas da esquina e pracinhas (que na sua maioria são pouco aproveitadas e utilizadas pela população local).

Até hoje se tiver *show* no Mesquita (Tênis Clube), eu venho. Gosto de pagode e tal. Quando tem um show bom mesmo, eu vou até hoje, na pracinha, às vezes. Na pracinha tem o churrasquinho da Nina, o cachorro quente do Severino (*Karina, 33 anos, ex-moradora de Mesquita, reside atualmente em Nova Iguaçu*).

Ah! Isso aqui... nós transformamos no melhor lugar do mundo! Não é do Brasil, não, é do mundo. O ambiente que nós temos aqui. Aqui é um ponto de encontro. Aqui a gente faz muitos amigos. Isso aqui é tão bom, que eu num troco por lugar nenhum. Nos 37 anos de Copacabana e Ipanema, eu até esqueci que eu trabalhei lá. Eu num tenho vontade nem de visitar o pessoal lá. Eu gosto de isso aqui (*Francisco*).

Na pracinha, em frente ao restaurante... A gente fica jogando e ouvindo show ao vivo e de graça, ao mesmo tempo. Isso pra mim é o máximo (*Jamaica*).

Além dos jovens que se apropriam da praça nas noites do final de semana, durante a semana inteira, pela manhã e à tarde, o local é tomado por senhores e homens que 'matam seu tempo' jogando baralho. São mesas que se espalham perto dos dois bares da praça, pessoas que param para assistir o jogo abrigado pela pérgula onde se encontram mesas de jogos construídas pela prefeitura. Poucas são as mulheres que circulam pelo local. Os(as) moradores(as) se apropriaram do espaço a sua maneira e o transformaram em um lugar, um referencial, em uma centralidade, *o melhor lugar do mundo...* No entanto, os entrevistados(as) revelam que enquanto eles se atentam a manter a pracinha no paraíso de seus dias, suas companheiras e esposas permanecem em casa cuidando dos afazeres domésticos ou exercendo alguma atividade ligada à igreja que freqüentam. Quando perguntados se suas esposas usufruíam da cidade como eles, eis as respostas que surgiram:

Não. Ela é muito do lar. Ela é cristã. É igreja, casa. Casa, igreja. Não tem relação com os vizinhos...(*Jamaica*).

Fica em casa... dá assistência aos netos. Lazer? Não é chegada, não. Ela é muito recolhida. Eu mesmo não sou muito extrovertido, não! Eu sou um pouco introvertido, sabe?! Eu sou um camarada de poucas palavras... (*Delson*).

Em comparação a ela?

Ah sim! Eu sou rueiro! Sou mais rueiro. Ela fica fazendo os afazeres domésticos, né? (*Delson*).

Numa terceira entrevista com a esposa de Jorge, que teve seu filho, integrante do Setor BF (*movimento de hip hop*), assassinado no próprio município²¹, revela o que pode ser um dos motivos que amedrontam as mulheres a permanecerem fora do perímetro de suas casas devido principalmente às relações desiguais de gênero ali impregnadas²².

Está muito violento aqui. Se eu pudesse, eu saía daqui, não saio por causa dele. Eu só vou à igreja (Batista).

²¹ "Dia 14 de setembro, o jovem Ítalo Lopes dos Passos, com quem a FASE trabalhava em uma série de iniciativas culturais no município de Mesquita, foi morto por dois policiais à paisana. Motivo? Nenhum. Ítalo não estava praticando crime algum, nem sequer envolvido em qualquer ato ilícito. Ele voltava de uma festa com um amigo, que também foi baleado mas não morreu. Várias pessoas testemunharam o assassinato. Os dois homens, que estavam à paisana e em carro comum, foram identificados como policiais depois de serem presos" Fonte: www.fase.org.br.

²² De acordo como Censo de 2000, há 92 homens para cada 100 mulheres.

Ou seja, pensar no planejamento urbano, sem desmantelar as particularidades de um determinado local, é também considerar uma grande parcela da população que é atingida distintamente: as mulheres. Pensar na importância de como o urbanismo pode contribuir para a segurança nas ruas, é permitir que as mulheres possam criar alternativas particulares, ou até semelhantes ao dos homens, de usufruir a cidade.

De fato, estamos nos baseando naquilo que ocorre nas superfícies de Mesquita que não é mais nem menos importante que as relações sociais, políticas e econômicas. Ela é o resultado contínuo de todos esses processos. Para demarcar essa afirmação, tomemos como referência equipamentos urbanísticos da cidade. Vimos de uma dura crítica sobre a análise partindo desse pressuposto, mas nesse momento ela nos ajuda a entender a importância de perceber a *forma urbana* do município de Mesquita.

Mesquita é seccionada por três elementos importantes no âmbito da região metropolitana do Rio de Janeiro: a linha férrea, a via Light e a Rodovia Presidente Dutra. Pode-se afirmar que ambos são barreiras ou fronteiras urbanas de Mesquita. Há uma frase típica do município observada durante as entrevistas: “Mesquita do lado de cá e Mesquita do lado de lá...”. O lado depende de onde se encontra tendo como referencial principalmente a linha férrea. Isto demonstra a afirmação inicial que estamos lidando com realidades distintas: as ‘Mesquitas’ de Mesquita, característica que não é exclusiva do município, isto porque como afirmamos inicialmente, trata-se de uma qualidade da Baixada Fluminense e do subúrbio carioca.

Já em um primeiro olhar, o que se percebe dentre as duas Mesquitas é uma melhor infraestrutura em relação à outra. As casas dos bairros entre a linha férrea e a Dutra são mais simples. As ruas têm calçamento improvisado ou desgastado, a pavimentação é ruim, as ruas quase sempre estão vazias. O único equipamento que se destaca é o Campo de América Futebol Clube e a Dinâmica da Prefeitura²³. Do outro lado, o arruamento é melhor, as casas são mais robustas e ornamentadas, a pavimentação é boa, localizam-se desse ‘lado’ a praçinha, praças e campos de futebol como centralidades dos bairros, como no bairro Coreia²⁴, os dois clubes da cidade, a prefeitura, o parque municipal, os bancos e o comércio mais significativo de Mesquita.

Para entendermos melhor o cerne da questão sobre as chamadas *zonas de fronteiras*, recorreremos a Jacobs (2003).

No caso de uma linha férrea, o distrito que fica de um dos lados dela pode se dar melhor que o distrito que fica do outro lado. Mas os lugares que se saem pior,

²³ Local onde a prefeitura reúne suas atividades junto à população.

²⁴ Onde a juventude voltada à cultura *hip hop* se encontra.

fisicamente, costumam ser aqueles próximos à ferrovia, de ambos os lados. Seja qual for o desenvolvimento efetivo e variado que ocorre em qualquer um dos lados, seja qual for a substituição do velho e do degradado, é mais provável que ocorram longe dessas zonas, para dentro da área urbana distante da ferrovia. As zonas desvalorizadas e decadentes que encontramos ao lado das linhas férreas nas cidades parecem afetar tudo o que se encontra dentro delas, à exceção das construções que realmente fazem uso da própria ferrovia e de suas margens²⁵.

As fronteiras tendem [...] a formar hiatos de uso em suas redondezas. Ou, em outras palavras, devido ao uso super-simplificado da cidade em certo lugar, em grande escala, elas tendem a simplificar também o uso que as pessoas dão às áreas adjacentes, e essa simplificação de uso [...] se autoconsome²⁶.

Mesquita possui uma particularidade: é um município que se desenvolve a partir das fronteiras. Sua centralidade é ao lado da Estação de Trem principal do município (Mesquita), mas não se estende por toda linha²⁷. As pessoas que utilizam as ruas vêem as fronteiras como barreiras; barreiras para o uso extensivo do seu município. O resultado é que os pequenos bairros de Mesquita se voltam para si, já que as barreiras não estimulam a mistura constante de pessoas, por diferentes MOTIVOS, tanto durante o dia quanto à noite, fato esse determinante para cultivar a diversidade, preservar a segurança das ruas e excitar a formação de bairros que não sejam fracionados, ermos, fechados e estagnados (JACOBS, 2003).

Outros fatores também contribuem para a diferenciação do *lado de lá* e do *lado de cá*. Os bairros Rocha Sobrinho, BNH, Banco de Areia e Santo Elias que estão entre a Dutra e a linha do trem, são os bairros mais empobrecidos e que estão basicamente voltados para si.

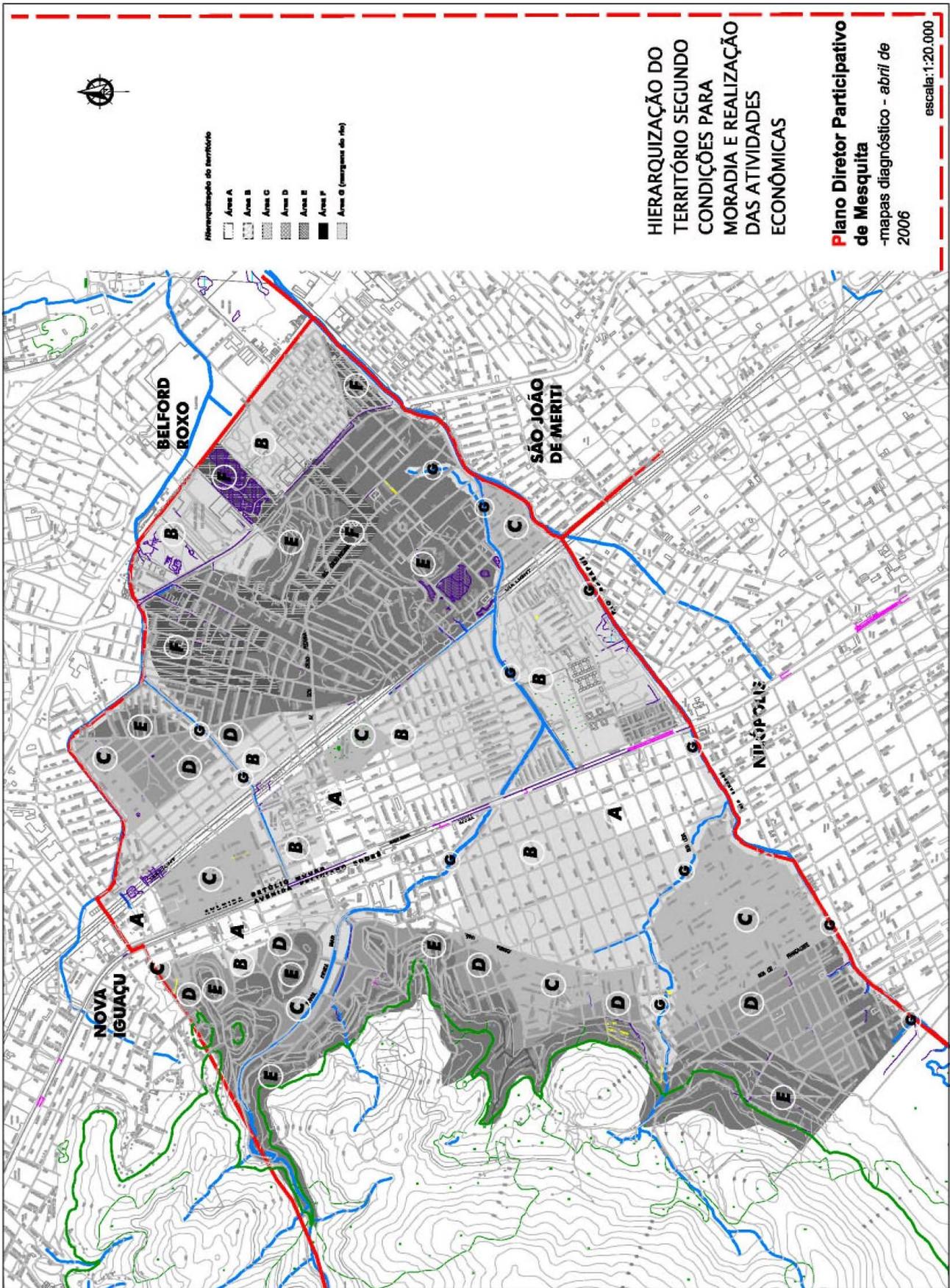
A Vila Emil só ta faltando algumas coisas: está faltando supermercado, PO. Tem na Chatuba e não tem na Vila Emil, do lado de lá só está faltando isso. E tem algumas coisinhas que sempre faltam... Muita gente que não queria a Vila Emil, está voltando para Vila Emil. Gente que até queria vender o terreno, mas depois da melhora que o Paixão deu, muita gente está tentando voltar (*Jamaica, morador de Vila Emil*).

Ilustração 1 – Mapa de hierarquização do município de Mesquita.

²⁵ JACOBS, 2003, p: 286.

²⁶ Ibid, p: 287.

²⁷ Segundo os moradores, a estação mais movimentada é a de Edson Passos considerada mais acessível para os moradores de Chatuba. De fato, segundo as estatísticas de Flumitrens e a Super-via na estação Edson Passos passaram 1183157 de passageiros, em 2004, enquanto na estação Mesquita, 1022312.



Fonte: FASE - 2006

Os bairros que se encontram mais próximos da linha do trem, segundo o Diagnóstico do

Plano Diretor Municipal (Jucelino, Vila Emil, Cruzeiro do Sul e Cosmorama e parte do Centro), são os bairros com melhores condições de moradia, ou seja, mais bem infra-estruturadas²⁸. O mesmo ocorre do outro lado: o Centro, Edson Passos e parte de Jucelino são os bairros ao lado da linha do trem e, ao mesmo tempo, as melhores áreas do antigo distrito, com destaque para o Centro. Já Coreia, Santa Terezinha e Chatuba são os bairros mais empobrecidos, com destaque para Chatuba. O mapa que apresenta a hierarquização do município se assemelha a um 'gradiente radial': quanto mais distante da linha do trem e do Centro, mais escuro o mapa se apresenta, isto é, mais degradado é o lugar.

A cidade não cresceu muito não. Se você vê essa pracinha e a outra lá do centro, tudo já tinha. Lá faz uma reforma e essa aqui fica tudo o mesmo jeito. Aqui não tem casa nova, a gente está reformando, cresce pra cima (*sobrinho de Padre Lino*).

Melhorou. A gente ia pegar água ali na Rua Sergipe, naquela esquina lá. A água não cai a noite, aí ia todo mundo pra lá. A água só caía duas ou três vezes na semana. Não caía todo dia não. 60 já tinha água encanada (*Padre Lino*).

Sempre teve. Desde aquela época. Esgoto... saneamento nenhum. Hoje em dia... quando esse rio, da Av. Brasil enche, eu moro distante, mais de 100 m de distancia, quando enche o esgoto vai estourar lá dentro de casa, entra pelos ralos, nessas duas enchentes que teve, a gente perdeu muita coisa. Agora não, fizemos o segundo andar, dormitório em cima, a gente tem chance de pegar a geladeira, tirar computador, esses negócios, e levar lá pra cima. Eu lembro uma vez que quando eu trabalhava em Ipanema, deu uma enchente aqui, mais de 1 m, 1.20m dentro de casa. Aquela podridão...estraga tudo (*Francisco*).

Apesar da melhora devido às obras de infra-estrutura observada pelos(as) moradores(as) e uma dinâmica de uso que se intensifica no Centro, por causa da pracinha, as barreiras são muitas e extensas, caracterizando uma escassez do uso (poucos usuários ao longo de um perímetro amplo ou expandido). Neste caso o espaço público onde os pedestres circulam livremente, é constituído por um *espaço especial* que "pode ou não ter construções, pode ou não ser propriedade pública, pode ou não ser acessível às pessoas. Isso não importa. O que importa é que as pessoas andam em torno dele, ou ao longo dele, mas não através dele" (JACOBS, 2003, p: 291). Neste sentido, podemos afirmar que o *espaço especial* é uma interferência no espaço público. Por outro lado, o mesmo espaço especial contribui também para o uso do espaço público: com pessoas, através da circulação, abrigá-las em moradias ou no trabalho, ou diversos outros motivos, uma vez que sem construções as ruas não têm utilidade. Certamente, estamos diante de 'uma certa' tensão nessa inter-relação.

Jane Jacobs (2003) assinala que os comerciantes de um centro urbano compreendem essa dinâmica de ação e reação frente às barreiras, pois sempre que surge um expressivo 'lugar morto', é provocada uma diminuição na intensidade do transito de pedestres e no uso da cidade

²⁸ Ver mapa de hierarquização nos anexos.

naquele ponto específico, e até mesmo ao redor dele, gerando um efeito econômico grave que pode causar a queda no comércio de um lado e de outro do lugar. Um exemplo interessante é o caso da associação de comerciantes de Paris (informação verbal)²⁹. Há uma resistência política da organização quanto à permissão de construções de *supermarchés* no centro e nos bairros da cidade, pelo fato da possibilidade de aniquilar uma vitalidade urbana voltada ao uso das ruas pela existência dos *boulangeries, boucheries, pâtisseries, petite marchés*, etc. que imprimem uma dinâmica social (relações, encontros, conflitos, circulação de pessoas, usos diferenciados próximos) bastante peculiar e particular na França, e permite que este tipo de uso não se extinga.

Em Mesquita temos um caso relatado parecido com o temor dos comerciantes franceses e que ainda demarca a característica do comércio da região.

O trabalho da minha mãe continuou sendo aqui. Até 94, né tia? Ela pegava as granjas de SP [...] Ela que fornecia todos os aviários de Mesquita. Então a nossa renda, vinha do galpão da minha mãe. E a nossa renda não era baixa não! Era alta. Eu como filha tinha meu motorista particular. Meu irmão quando ia pra escola, tinha o dele. [...] Então, a renda vinha de Mesquita.[...] Até o Collor entrava dinheiro. Quando já saiu do Collor começou a faltar dinheiro, juros altíssimos. Eu lembro que o símbolo do Fernando Henrique era o frango "frango a 0,90". E minha mãe trabalhava com frango. Ela tava pagando mais caro o frango no fornecedor que quando ela vendia. Então ela quebrou na época do Fernando Henrique (*Karina*).

O meu comércio caiu devido ao frango congelado. Não tem nada a ver com Mesquita. Antigamente a gente vendia muito pro Rio e pra Mesquita, mesmo. De 90 pra cá, frango abatido, frango congelado, frango abatido, frango congelado... aí acabou. Eu vendia frango pra aviário e o aviário vendia pro povo, né? Aí com o supermercado, vendia o frango mais barato. E meu comercio se acabou por isso. Acabou até o açougue! Vai acabar acabando os açougues! Vai acabar acabando. A padaria também vai se for... (*Nazaré, mãe de Karina, moradora de Nova Iguaçu*).

O comercio de Nova Iguaçu é melhor, tem mais variedade. Aqui tem esse Novo Mundo e ninguém consegue entrar aqui. Tinha a Casa da Banha e pelo menos a concorrência era mais leal. Lá no Novo Mundo sempre está vazio (*Padre Lino*).

Compreender como uma simples medida pode afetar diretamente um lugar em processo de fortalecimento de sua vitalidade é entender a gratuidade dos equívocos quanto à adoção de medidas (barreiras subjetivas e simbólicas) ou de construção de barreiras na cidade. Em relação à problemática do comércio, é preciso visualizar como os municípios vizinhos interferem na vitalidade de Mesquita, como uma barreira à construção de uma dinâmica nas ruas em que o comércio local ativo e diversificado instigue o realce de outros usos e atividades intimidadas em pontos isolados da cidade.

²⁹ Informação fornecida por Sonia Ferraz, professora da EAU-UFF, durante aula da disciplina "Seminário de Arquitetura" em 2002.

Não esgotaremos a análise dos aspectos que perpassam pelo o que estamos chamando de *espaço da moradia*. Partiremos para o *espaço do trabalho* e posteriormente para o *espaço da memória*, onde, finalmente, fecharemos a abordagem quanto à vitalidade do município de Mesquita e os desafios para o entendimento do fenômeno urbano na Baixada Fluminense e seus problemas e potencialidades.

3.1.2. Espaço do trabalho

Patrão o trem atrasou/ Por isso estou chegando agora/ Trago aqui o memorandum da Central³⁰/O trem atrasou meia hora/ O senhor não tem razão/ Para me mandar embora/ O senhor tem paciência/ É preciso compreender/ Sempre fui obediente/ Reconheço meu dever/ Um atraso é muito justo/ Quando há explicação/ Sou um chefe de família/ Preciso ganhar o pão, e eu tenho razão/ Porque patrão, o trem atrasou... (*O trem atrasou*, de Paquito, Romeu Gentil, Estanislav Silva e Artur Vilarinho, para o Carnaval de 1941).

Antes de adentrarmos nas particularidades do que estamos chamando de espaço de trabalho é preciso, pelo menos de modo sucinto, abordar algumas análises sobre o efeito da localização da moradia e do trabalho, nos centros metropolitanos na contemporaneidade.

No sentido de clarificar a pertinência de nos acercarmos dessa prerrogativa, tomemos a idéia de mudanças na localização da atividade econômica em uma cidade. Isto significa que haverá mudanças na localização de oportunidades de trabalho, na localização de oportunidades de se alojar, assim como em mudanças nos gastos de transporte e com isso no custo do acesso às oportunidades de trabalho, desde a situação da moradia (HARVEY, 1992). O movimento causado por esta dinâmica será a mudança da centralidade urbana e onde se concentrará a fonte *criativa* da cidade. A problemática que se reporta, é o fato dos habitantes de baixa renda localizados longe das centralidades, em geral, ter menos oportunidades de utilizar novas fontes de trabalho. Como resultado, existe uma tendência à estagnação nos bairros suburbanos. Além disso, dada a pouca elasticidade e a inflexibilidade na localização de novas habitações de renda baixa, as famílias menos empoderadas têm poucas oportunidades de emigrar para outros locais mais próximos ao centro ou do local de trabalho e, ao mesmo tempo, enfrentam um processo de aumento dos preços da terra e das construções no subúrbio. Este fenômeno se inicia em um contexto metropolitano contemporâneo na qual economia global se encontra devido a sua grande complexidade³¹.

Esta economía está organizada jerárquicamente, con centros locales que dominan sus respectivos *hinterlands* locales, con centros metropolitanos más importantes que dominan los centros de menor importancia y con todos los centros que se encuentran fuera de la órbita de los países comunistas, dominados en último término por las zonas centrales metropolitanas de Norteamérica u de Europa occidental³².

Trata-se de como estamos nos colocando frente ao conjunto de relações sociais que refletem as relações estabelecidas no *urbano* como totalidade. Isto nada mais é do que o modo como o

³⁰ A E. F. Central do Brasil entregava memorando aos passageiros comprovando o horário no caso de atraso na chegada.

³¹ HARVEY, 1993, p:274. Trecho da obra em que Harvey aborda "O processo de intercambio de mercado e do urbanismo metropolitano no mundo capitalista contemporâneo" (p:273).

³² HARVEY, op. cit.

fenômeno urbano tem sido estruturado, regulado e construído. “Não se trata de uma visão filosófica sobre a práxis, mas sim, do fato que o pensamento dito urbanístico se transforma em prática ao nível global” (LEFÉBVRE, 2004, p:39). Portanto, o exame crítico dessa prática social deve sobressair para que possamos entender o urbanismo com uma doutrina que interpreta conhecimentos parciais a fim de justificar aplicações elevadas à totalidade. Com isso, a análise da *forma urbana* como pano de fundo para o estudo (i) do lugar do trabalho, (ii) da mobilidade e (iii) da relação com a moradia, coloca o *espaço do trabalho* como primordial para a pergunta: “diante de quem e para quem é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana?”³³

Podemos iniciar com uma frase síntese das entrevistas realizadas: “Se eu pudesse, eu não saía de Mesquita nem para trabalhar” (Ana, moradora de Mesquita). Essa afirmação diz muito sobre aspectos característicos do cotidiano dos(as) moradores(as) de Mesquita. Não é nenhuma novidade o uso da expressão ‘cidade dorminhoca’ para designar os municípios da Baixada Fluminense. Com certeza, essa denominação não surge apenas através das estatísticas oficiais, mas da própria experiência de viver no lugar que se esvazia durante um longo período do dia, pelo movimento pendular do dia-a-dia em direção, principalmente, ao Rio de Janeiro.

Contudo, vejamos alguns dados sobre Mesquita em relação aos seus vizinhos, Nova Iguaçu, Nilópolis e Belford Roxo, municípios citados em todas as entrevistas com moradores(as) e ex-moradores(as) do novo município.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos comerciais e de serviços em cada município (2002/2003).

Município	Estabelecimentos comerciais		Estabelecimentos de serviços ¹	
	2002	2003	2002	2003
Mesquita	208	199	131	139
Nova Iguaçu	2584	2603	2093	2117
Nilópolis	625	664	546	564
Belford Roxo	750	747	437	439

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

(1) Excluído administração pública

³³ LEFÉBVRE, 2004, p:91.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos industriais por classes em cada município (2002/2003).

Município	Estabelecimentos Industriais por classes			
	Indústria de Transformação		Construção civil	
	2002	2003	2002	2003
Mesquita	49	38	10	7
Nova Iguaçu	419	412	167	131
Nilópolis	93	81	29	31
Belford Roxo	139	142	42	48

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Comparativamente, o município de Mesquita possui atividade de serviços, comércio e indústria bastante inferior aos outros municípios, com destaque para Nova Iguaçu, antigo município-sede. O único setor que apresentam algum crescimento sensível foi o de serviços, de 131 estabelecimentos para 139. De acordo com a tabela, o setor de maior expressão é o comercial, inclusive nos outros municípios, apesar de Belford Roxo e Nova Iguaçu possuírem um número de indústrias bastante significativo.

Desta forma, vê-se que Mesquita se encontra exprimida economicamente entre seus pares na metrópole do Rio de Janeiro. Isto pode nos demonstrar o perfil da maioria dos trabalhadores. Dos 5550 trabalhadores do município com carteira assinada, 499 estão na indústria de transformação, 25 na construção civil, 1123 no comércio, 3090 nos serviços, 812 na administração pública, 1 na agropecuária³⁴. O que nos leva a concluir que grande parte da população não trabalha no município e/ou está na informalidade, seja na prestação de serviços, seja no comércio de rua, tanto em Mesquita quanto em outros municípios da metrópole.

Vejamos as histórias contadas pelos(as) moradores(as), das suas experiências presentes e passadas, para análise de algumas questões³⁵.

Cidade dorminhoca é quando as pessoas trabalham e depois vai pra casa dormir, certo? De manhã vai trabalhar, vem pra cá e vem dormir.

Então, o senhor acha que aqui está ficando vazio por causa disso?

É, ué? O comércio está tudo fechado. Como é que vai chamar o freguês.

E como o senhor veio parar aqui (lambe-lambe)?

Eu vim parar aqui, eu comprei um ponto de um rapaz. Mas antes era bem melhor do que agora. É a minha opinião. Eles (moradores antigos) comentam como era antes do que é agora. Todo mundo comenta sobre movimento aqui. Que agora não tem

³⁴ Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

³⁵ A ordem da apresentação dos trechos das entrevistas leva em consideração a idade dos entrevistados, em ordem decrescente.

mais. Quando era distrito a cara era outra. Eu falo de movimento. De tudo aberto. E hoje em dia a maioria está tudo fechado (*Manoel, morador de Jacutinga, fotógrafo*).

Eu tinha 11 anos. Aí depois eu fui ficando ali, estudando um pouco, mas tinha que ajudar os pais, aí eu fui trabalhar. Ali onde está escrito em Rocha Sobrinho, numa chaminé: BNH. Eu fui trabalhar ali. Carregando tijolo, esses negócio. Na olaria, eu trabalhei ali até os 13 anos porque eu me acidentei lá. Trabalhei numa fábrica de bolsa lá em baixo, na Teófilo Otoni, no centro (Rio). E trabalhei numa série de lugares no Rio. Ia de trem. Na época só tinha o trem.

O senhor sempre trabalhou no Rio?

Sempre. Só depois de 30 poucos anos, trabalhei na laminação que era... acho que 58. Eu trabalhei na laminação, eu tinha 20 poucos anos. Ali fazia tudo, fazia... separava chapa pra fazer gilete, porque antigamente usava gilete pra barbear, ali fazia cano... fazia muita coisa. Era uma firma muito grande. Isso aí, empregava muita gente. Eu fiquei pouco.

O senhor trabalhava qual turno?

Trabalhava à tarde. Mas lá trabalhei pouco tempo. Porque eu entrei numa turma lá, de um setor lá. Acho que em 2 ou 3 meses, eles acabaram com a turma, aí o pessoal que entrou eles dispensaram. Aí, fui trabalhar numa casa de móveis. Lá na Rocinha, por debaixo da ponte. Que vai dar num viaduto. Lá tem uma casa de móveis. Trabalhei 7 anos. Aí fiz um teste pra trabalhar na prefeitura do Rio, na COMLURB. Trabalhei na COMLURB até 78. Aí, chegou em 78, que eu tive um problema em 73. Tive um problema de pulmão, fiquei licenciado um tempo, aí voltei a trabalhar, aí retornei a ficar com problema de novo, eu trabalhava na coleta de lixo, aí quando foi em 78 que foi decretada minha aposentadoria. Eu coloquei um advogado pra forçar minha aposentadoria, me afastei do serviço, mas só em 79, no mês 6 que eu me aposentei (*Jorge, morador de Santa Terezinha*).

Largo de São Francisco. Trabalhei lá por 11 meses. Aí, fui trabalhar em ônibus em Triagem. Mais subúrbio do Rio. Trabalhei alguns anos lá. Fui cobrador. Aí tirei carteira de motorista e fui trabalhar de motorista. Aí, já fui trabalhar lá no cais do porto. Na Saúde. Aí, fui trabalhar num negócio de política, né? Na época do Lacerda. Ele dividiu os 3 prefeitos para tomarem conta dos setores, aí eu fui trabalhar com o prefeito da zona portuária: João Trancoso. Aí, quando terminou esse negócio de política, ele perguntou pra mim s'eu queria trabalhar lá em Ipanema, 1 mês que era folga do motorista que ia tirar férias em Goiás pra ver o pai. Não tinha outro jeito, queria trabalhar...o que aparecesse eu ia pegando, daí eu peguei. Trabalhei para o general, o sogro dele. Era o General Carlos Gomes. Ele disse, gostei do seu serviço, quer trabalhar comigo? E trabalhei 39 anos com ele (*Francisco, morador do Centro*).

Trabalhava na zona sul, na barra da tijuca, centro... sabe como é que é? A minha profissão exigia muita mudança de local. Ladrilheiro, né? Não tem paradeiro. Trabalho fixo não tinha (*Delson, morador do Centro*)

Eu sou da área da justiça. Trabalhei num cartório em Mesquita uns 30 anos. Era ali... quando eu fui trabalhar era ali na praça. Ele começou na praça em 1953, não 52. Engano. Foi perto de 53. Ele era ali onde era a Kimarcas, ele era ali em cima. Depois, ele passou ali pro lado de cá da praça. Aí ficou ali dos 55 até 77. De 77, ele passou ali pra onde é a passarela hoje. E hoje foi pra Francisco Adames.

E o pessoal que trabalhava com a senhora, era de Mesquita?

Só tinha uma que não. Que era de Nilópolis. E depois o tabelião que aposentou e outro assumiu, ele era de Nova Iguaçu. Agora eu estou trabalhando lá no Rio, no Castelo.

Mas trabalhando com o quê?

Cartório.

A senhora gosta de cartório, né?

É! É a minha vida (*Nina, moradora do Centro – Rua da Virtude*).

Olha, as mulheres a maior parte tudo lavadeiras.

E os homens?

Os homens, pedreiro, calafates...

Mais trabalhava aqui na Baixada ou lá no Rio?

Trabalhava na Baixada, até porque eles nem tinham condições, né? Eram fabricas de tecidos, como em Bangu, Madureira, né? [...] Laminação.. tinha muita gente aí perdendo braço né? Ficaram assim inválidos, né? Até na própria fabrica de Pumar, eu trabalhei na fabrica de Pumar eu tinha quatorze anos. Meu primeiro trabalho foi numa casa de uma senhora doida, maluca. Ela morava em Laranjeiras. Nas Laranjeiras, eu criada sem pai, de pais separados. Então minha mãe com sete filhos, não tinha opção né? Eu era a mais velha, fui trabalhar pra uma dona doida, maluca, foi quando eu conheci muitas coisas da cidade. Era rica, muito rica, e ela dizia que eu ia ser uma filha, eu era quase uma filha. Eu era adotada como uma escrava, né? Na verdade... A mulher doida dava crises e eu ficava sozinha com ela, até quando um dia a minha mãe chegou lá, aí ela me trouxe e depois com dez anos eu fui trabalhar no primeiro armarinho aqui dentro do falecido Seu Wilson. Aí, fui trabalhar no Supermercado. Já tinha meus quatorze anos, quatorze anos tava na Pumar. Carteira assinada, era de 'menor' mas tinha minha carteira assinada. Aí, fui lá pro...aquele mercado que tinha em frente à praça, primeiro mercado grande que teve ali em frente a praça, foi quando o Mensageiro pegou fogo pela terceira vez. [...] Aí, saí da Pumar fui pro Mensageiro, do Mensageiro fui pra esse supermercado, desse supermercado fui pro Leão da Água Larga, do Leão da Água Larga em Bonsucesso aí já estava com dezessete anos, conheci o meu noivo, aí fui pra Irajá, fui pra Irajá, aí fui pra Estrada do Pau, da Estrada do Pau fui pra Estrada da Água Grande, aí me mandaram aqui pra Mesquita com o meu cunhado, aí me mandaram pra Irajá pro escritório, aí já tava com o meu segundo ano ginasial, né? Aí fui pro escritório. Que é uma grande... é uma fábrica de doce ultimamente. Era um depósito, um depósito de uma fábrica de móveis, trabalhei ali muitos anos, me acidentei ali. Saí dali fui pro supermercado, e depois surgiram pequenas fábricas, primeira fábrica de sapato na Chatuba, do Adécio, essa pessoa é viva até hoje. Segunda fábrica, do Nando Modas que é aqui, parece que ele fechou de uma vez. Tu não sabia da fábrica de sapatos? Muita gente não sabia, né? [...] Minhas filhas todas apanharam a profissão ali, profissão de sapateira, filhos, filhas todos passaram por ali. Eu fui à Pumar, meus filhos já na fábrica de sapato no Délcio e depois minhas filhas viraram costureiras. Costurando jeans quando veio a moda do jeans (*Lourdes, moradora de Chatuba*).

Trabalhei em Caxias no bairro Jardim Primavera, na Washington Luis, numa fábrica de tacho. Trabalhei no conselho de medicina em 84, na Cinelândia. A gente chegava de costas. Eram 2 horas. A gente ia de trem era mais econômico. Era demorado. Trabalhei na Tijuca, em São Cristóvão, como motorista particular nas firmas. Em 92,

montei uma firma de assessores de segurança lá no Rio. Nunca trabalhei aqui. Hoje sou artesão (*Pastor, morador de Chatuba*).

Onde eu moro, na Vila Emil, fazia serviço de laca. E hoje continuo fazendo serviço de laca... tenho uma firmazinha. Agora é no Morro Agudo, em Nova Iguaçu (*Jamaica, morador de Vila Emil*).

Eu atualmente eu dirijo com a minha tia (táxi) e vivo de biscate e faço matemática na Rural (universidade federal) (*Rafael, morador do Centro*).

A coisa do trabalho... Se aqui tivesse emprego ninguém iria sair de Mesquita para trabalhar... (*Ana, moradora do Centro*)

Patrão lá em baixo não quer empregar aqui porque não quer pagar duas passagens e aqui como é que a gente arranja emprego? (*Neide, moradora do Centro*).

Pelos dados e depoimentos apresentados, pode-se concluir que poucos são os(as) moradores(as) do município ou que se mantiveram trabalhando ou que trabalharam ou trabalham em Mesquita, demonstrando que o fluxo de saída de pessoas em direção a outros municípios da região metropolitana é intenso. Apenas, segundo Delson e Francisco seus respectivos filhos trabalham no antigo distrito, mas em funções de nível superior, em indústrias do município: um é engenheiro químico e o outro é publicitário.

Dentre os 161338 moradores(as) de Mesquita, em 2000, 93857 tinha entre 20 a 64 anos, e 14921 entre 15 e 19 anos, totalizando 108778, o que representa 67,4% da população. No entanto, como apresentado anteriormente, 5550 trabalham no município com carteira assinada, ou seja, apenas 3,4% da população total mesquitense. De acordo, com os dados da Fundação CIDE³⁶, cerca de 45% da população da metrópole carioca está na informalidade. Contudo, não temos dados específicos e atualizados sobre a taxa de informalidade de Mesquita para que possamos atestar se de fato a maioria da população trabalha de forma regular (formal) ou se trabalha em outros municípios. Através das entrevistas realizadas, o que podemos afirmar é que uma grande parte da população mesquitense trabalha fora das suas fronteiras. O caráter do trabalho não nos importa, mas sim se a cidade contribuiu suficientemente para que seus moradores(as) permaneçam maior tempo possível em seu território. As oportunidades de trabalho influem diretamente neste aspecto, pois a circulação estrita ao município pode vir a contribuir para a geração de vitalidade e diversidade no seu espaço urbano.

Uma outra questão a ser levantada é sobre uma análise na perspectiva da denominação de *city* e *town*, mencionada também na obra de Santos (1982), em uma referencia à obra de Jane Jacobs (1970). A principal diferença entre um município *city* e *town* é o fato da primeira abrigar práticas socioeconômicas, onde se envolvem alianças e conflitos que geram desenvolvimento e crescimento

³⁶ Fonte: www.cide.rj.gov.br.

econômico, fator com a qual permite iluminar a tese referente ao grau de vitalidade do município. O cerne da definição está no fato de que a *cidade-town* não gera crescimento econômico a partir de sua economia local. As exportações (em todos os níveis) não garantem, por exemplo, um crescimento auto-sustentado, ao passo que a *city* apresenta estas condicionantes, ou seja, o seu crescimento econômico é gerado a partir de sua economia local (SANTOS, 1982).

Poderíamos então falar da existência de verdadeiras cidades: as cidades, simplesmente falando, e as pseudocidades. Teríamos ainda de distinguir estas últimas por suas relações com o meio ambiente. Haveria pseudocidades inteiramente dependentes das atividades de produção primária, como as cidades mineiras ou grandes aldeias, e mesmo de atividades não primárias, como algumas cidades industriais ou cidades religiosas, universitárias, balneárias, de montanha (serras), etc. Por outro lado, existem pseudocidades engastadas em zonas de influencia imediata de grandes cidades e que fazem parte de sua aglomeração, como parques industriais ou cidades-dormitório³⁷.

A complexidade das atividades urbanas e como as mesmas contribuem para o modo que um grupo social, ou até mesmo toda uma população se apropria de sua cidade, explica o problema que é o urbano e a importância das políticas urbanas na geração de diversidade e vitalidade. Da mesma forma, o modo como que se configura, então, o espaço do trabalho, determina um outro aspecto da vida urbana: a mobilidade.

Quando há um comércio ativo, oportunidades de trabalho e emprego, ou seja, quando os bairros possuem centralidade suficiente para que 'se veja' a necessidade de um plano de transporte e mobilidade, e assim haver incentivos fiscais e econômicos que promovam a circulação de pessoas e produtos mais facilmente, a disponibilidade e a oferta de meios de transporte público tende a aumentar e o custo a cair. Mas o que ocorre em Mesquita é justamente o inverso.

Se você ficar meia hora para pegar um ônibus para a praça Mauá você não consegue. De repente...Talvez você consiga pegar Nilópolis que venha pra ir pra Central do Brasil. Você não consegue pegar o transporte em Mesquita. Não tem. Meu namorado mora em Anchieta. Eu pego um ônibus com ar condicionado com poltrona reclinável, né? Uma maravilha, cortininha... R\$1,90! Um melhorzinho R\$2,50. Agora, você pega aqui a Praça Mauá, parando, parando, R\$ 3,60. Os motoristas quase te matam de susto. Transporte em Mesquita simplesmente é uma negação. Ônibus só tem uma linha. Não tem uma concorrente. Transporte em Mesquita é uma porcaria, eu sei por que eu trabalho lá em baixo quase todo o dia (*Cida, moradora do Centro*).

Além disso, a qualidade do meio de transporte também denuncia as prioridades do capital. Vejamos uma história que apesar de antiga retrata as dificuldades enfrentadas ainda hoje por quem

³⁷ SANTOS, 1982, p:70.

mora longe das centralidades, e os equívocos das administrações estaduais quanto à integração econômica das regiões metropolitanas.

Era um castigo. Porque daí chovia. Tinha aquele negócio de greve. Normalmente os trens atrasavam pra caramba. Surgiu até uma música sobre o trem naquela época: "patrão o trem atrasou, por isso estou chegando agora". De vez em quando eu ligo o rádio e fico ouvindo as músicas daquela época. O horário era muito complicado. A gente embarcava, o que? Às vezes ele avariava. Dava defeito. O trem era danado pra dar defeito. Raramente a gente chegava com o mesmo trem lá em baixo. Aí, a gente saltava pegava outro porque dava defeito, demorava uma hora, uma hora e pouco. Aí, você calculava a hora de chegar no 'serviço', chegava lá atrasado, aí o patrão mandava voltar. Aquele troço todo. Aí, tinha que ficar conversando. Chegou uma época que você tinha que ter um atestado, a rede te dava um atestado para você apresentar no serviço.

Então tinha que pegar uma outra fila pra pegar o atestado?

É! Se você não pegasse esse atestado você não conseguia entrar no serviço.

Que horas o senhor saía de casa?

Quando eu tinha 15 pra 16 anos. Eu já tava quase servindo no exercito... Uns 17 anos, trabalhava na fábrica de móveis e... de lustrador, naquela época, o menor entrava na firma como aprendiz. Aí, pegava 7hs, eu apanhava o trem, marcava 5hs, e não chegava lá na hora. Chegava depois das 7hs. Aí, a gente fazia umas coisas pra não dá desgosto. Quando a gente chegava depois das 7, se eu voltasse meu pai ia falar, a gente embarcava de novo pra Central. Aí a gente ia no cinema Primor, tinha o Floriano (*Jorge, morador de Santa Terezinha*).

Diante das falas, remetamo-nos ao capítulo 1 sobre a questão das desigualdades sociais e o debate acerca da vulnerabilidade. Quando é falado sobre o *status* que uma determinada comunidade é colocada frente ao restante da sociedade, pode-se concluir que ele (*status*) também é preponderante no processo de degradação e sofrimento relacionado a estigmas de segregação e de exclusão.

As instituições públicas não estão preocupadas com as questões resultantes da segmentação e segregação da qual o acesso ao trabalho e ao emprego (considerando o tipo e a remuneração) é preponderante para determinar o seu lugar no mundo. A falta de investimentos em formação e qualificação profissional, bem como na dinamização da economia local não colabora apenas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas também de nossas cidades.

Além disso, o fato da maioria das pessoas que residem em um determinado local estarem trabalhando ou até estudando fora das suas fronteiras, as transformam em verdadeiras 'cidades fantasmas'. A relação com o local da sua moradia se torna extremamente instrumental onde o que é importante e essencial é a vida familiar intra-muros.

Mesquita ainda evidencia, principalmente, nos finais de semana, movimentação significativa relacionada ao tipo de lazer da população: brincadeira de rua, a conversa no bar ou na

barraquinha, a fofoca com a vizinha, as relações de solidariedade devido à precariedade de serviços, com destaque para a saúde pública, etc. Isto é, o grau de vitalidade do espaço urbano de Mesquita se deve principalmente às relações inter-pessoais. Paulo Gomes (2002)³⁸ sutilmente apresenta 'os porquês' dessa dinâmica. Ele problematiza a questão do 'emuralhamento' da vida social atribuído não apenas pelo fenômeno do individualismo, como também das facilidades que estão sendo colocadas no mercado e instrumentalizam o uso dos espaços. Por exemplo, como o uso do transporte particular está difundido e a super-equipagem das casas.

A outra consequência desse processo é que, do abandono dos espaços comuns e dessa recusa em compartilhar um território coletivo de vida social, surge o fenômeno da ocupação dos espaços públicos por aqueles que, não tendo meios para reproduzir privadamente esse estilo de vida, estão condenados a desfilarem sua condição por esse espaço: os pobres. Assim, os espaços públicos se transformam cada vez mais numa espécie de passarela para o espetáculo da pobreza³⁹.

Na mesma linha de raciocínio, a vitalidade urbana associada aos usos dos espaços públicos, como as ruas, os parques, praças, etc. majoritariamente estão sendo utilizadas pelas camadas populares, pois a classe média está procurando lugares onde haja proteção, de mais difícil acesso aos demais possibilitando um tipo de filtro social exercido pelo poder aquisitivo ou pela acessibilidade.

³⁸ GOMES, Paulo. A condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de J ANEIRO: Bertrand Brasil, 2002, p. 7-128.

³⁹ Ibid, p:184-185.

3.1.3. Espaço da memória

No decorrer de todo o capítulo 3, foi apresentado, a partir do ponto de vista dos(as) moradores(as), o cotidiano e os processos que caracterizam o espaço da moradia e o espaço trabalho. Contudo, mais do que entender as questões que constituem tais dimensões, é necessário que saibamos a origem da *forma urbana* de Mesquita que estamos analisando. É preciso, resgatar as histórias e memórias pessoais de moradores(as) e antigos moradores(as) para que possamos entender alguns aspectos pertinentes quanto a algumas conclusões sobre a vitalidade urbana do município e a identidade de sua população com o lugar de referência. Estrategicamente, a terceira parte foi resguardada ao *espaço da memória*, pois a intenção é que não haja pré-julgamentos quanto ao que se apresenta no presente, uma vez que já foi feito um resgate histórico no capítulo 2 sobre a Baixada Fluminense e Mesquita.

Dessa forma, apenas para fins de organização, dividimos este item por temas: (i) a chegada, (ii) a infância, a juventude e as festas, (iii) os problemas urbanos; onde serão expostas as falas, sem interferências analíticas.

3.1.3.1. A chegada

"Eu fui criado em Porciúncula, no estado do Rio de Janeiro. Eu vim com 9 anos. Eu tava na casa do meu tio. Aí, meus pais vieram da roça para procurar um lugar melhor, né? eu ainda fiquei na casa do meu tio um ano e pouco, né? Depois que eles se arrumaram aí, nós viemos morar aqui. Meu pai e minha mãe vieram na frente, depois veio nós dois: eu e meu irmão. Minha irmã já trabalhava aqui no Rio né? Ela veio aqui para cá pequenininha, porque de modo geral o pessoal na minha época começava a trabalhar muito cedo. E eu com 7 anos já trabalhava com animal, já muito cedo. Minha irmã era doméstica. Com 13 anos ela já trabalhava.

A gente veio direto pra Mesquita, em 1947. Primeiro nós moramos na Rua Mato Grosso. Ali por trás do Tênis Clube. Porque quando eu vim pra Mesquita era tudo roça. Só tinha casa, da onde tem a prefeitura agora. Ta desativada ainda, né? Daquele quarteirão ali, só tinha daquele quarteirão para lá. Ali tinha a Pumar, a fábrica de vagão, e a laminação, aonde que é a prefeitura hoje. Ali onde é a piscina, aquilo ali era um açude. Quando eu cheguei aqui já estava desativado. Porque ali que pegava água pro pessoal. Tem uma rua que passa ali e vai até a pedreira e tornou-se rua da Vala, porque era onde transportava água até o açude. São as primeiras memórias... Quando isso aqui era tudo roça, não tinha nada. Você podia contar as ruas que tinha aqui.

Tinha laranjal por aqui. No pé daquele morro ali! (apontando em direção a Nova Iguaçu) O caminhão ia lá em cima pegar as laranjas. E isso aqui era bananal, canavial, era tudo misturado. Era mais bananal do que outra coisa. E laranja era só ali naquele morro. Ali era tudo laranja. Quando eu cheguei aqui, a represa tinha inaugurado, um ano antes, da minha chegada. [Meu pai trabalhava] na lavoura. Tinha uma chácara, lá pra onde tem o Mesquita Futebol. Aí, tinha uma chácara pra lá um pouquinho... Ali era tudo chácara. Laranja... tinha tudo, bananal... vacaria... um montão de coisas. E depois eu fui trabalhar numa casa tomando conta de um guri. Eu tinha 11 anos. Aí, depois eu fui ficando ali, estudando um pouco, mas tinha que ajudar os pais, aí eu fui trabalhar. Ali onde ta escrito em Rocha Sobrinho, numa chaminé: BNH. Eu fui trabalhar ali. Carregando tijolo, esses negócios. Na olaria, eu trabalhei até os 13 anos porque eu me acidentei lá. Eu fui acidentado na máquina. Eu ia fazer 14 anos, quando eu me acidentei. Aí eu entrei em tratamento, por muito tempo. Eu quase perdi o meu pé esquerdo. Aí eu resolvi... aos 14 anos eu comecei a trabalhar em firma lá em baixo, né?

[Nessa época] tinha menos lavoura. Isso começou a lotear em 48. Em 48 já estavam loteando, já! Primeiro foram umas casas que até a gente tratava como casa da fazenda. Porque a fazenda começou uma firma aí ficaram construindo umas casas por aqui. Construía a casa, quem não podia construir a casa, tinha uns barracões de madeira que construía. Aí, a pessoa comprava o barraco, e colocava nos terrenos. E a gente morava num sítio bem ali em cima. Aí, com o tempo minha mãe lavava roupa, sabe como é que é servente de roça? Lavando roupa, né? Meu pai na fabrica de vagão. Fabricava vagão em Mesquita. Ficava ali por trás do Tênis. Tem até um tapume que vão construir... nem sei, um fórum? A gente levava o almoço para ele. Quando eu tava trabalhando, era minha mãe que levava. Quando tinha as fábricas, apitava quando dava 10h50! Quando dava 10h50, a gente saía daqui para lá, pra chegar 11h pra ele almoçar. Ele largava às 4h, pegava às 7h, almoçava de 11h ao meio-dia e depois até às 4h.

[...]

Inclusive a gente, em frente à prefeitura tinha um colégio ali. O único colégio que tinha em Mesquita. Eu tinha uns 8, 11 anos mais ou menos quando eu estudei ali no colégio Ana Nery. Inclusive ele andou pra caramba. Era em frente à igreja e depois veio pra aqui. Naquela época quem tomava conta era a prefeitura, depois que o estado tomou conta. Ai ele ficava ali na prefeitura, no morro assim. A gente tratava como Colégio da Fazenda, porque tinha o colégio, tinha a fazenda, ali onde tem o escritório do Celso Pereira, ali era a igreja católica, Nossa Senhora das Graças... muita festa ali! Era

muito bom. O Horácio Lemos é que é o dono disso aqui tudinho. Hoje uma parte, acho que é a União que toma conta, né? Essa parte da serra era tudinho dele.

Foi em 49 que a gente começou a pagar esse terreno. Pagando um bocado de tempo, aí depois. Na época era uns 29, 20 mil reis, sempre pagava todo mês, 120, 160 reis. Mais de 15 anos! Porque era meio complicado, pra arrumar esse dinheiro. Eu me lembro que era complicado. Meu pai ganhava 2 mil reis por mês, minha mãe lavava roupa, pra juntar aquele dinheiro. De vez em quando atrasava. Aí, tinha que dar um jeito. Eu quando me acidentei, o dinheiro da indenização era para pagar durante um ano. Quando eu saí que eu ganhei o dinheiro da indenização... aí, eu fui lá e paguei um ano atrasado de terreno. Era muito complicado. Às vezes a gente vê os filhos com tudo fácil. Era muito difícil, era uma vida boa. No dia de pagamento, a gente não comia. Come ou paga! Um dos dois. Senão pagasse, a gente ficava pior ainda. Hoje em dia você tem um contrato..."(Jorge).

"Vim pra cá com um ano de idade. Minha avó e meu avô vieram de Paracambi. Sou neta de índio. Minha avó foi pra Bangu, trabalhou na fábrica de Bangu, aí foi onde nasceu minha mãe. Meu pai baiano, né? E se conheceram em Madureira, onde eu nasci. Com um ano de idade a minha avó tomou conhecimento disso aqui né? Dessa área... Comprou o terreno! Aí, eu vim acompanhando a minha avó com um aninho de idade primeira neta. Aqui em Chatuba, nesse mesmo lugarzinho. Nesse mesmo terreno, onde está quase toda a minha família. Somos sete irmãos, seis moram aqui, mais uma prima, e aqui eu fui crescendo, me tornei uma adolescente... Morei lá no alto do morro na rua Arizona. A última rua é a Arizona. Minha avó comprou um terreno sítio lá na rua Arizona, acompanhei ela. Na doença dela descemos novamente pra cá, minha mãe aí já estava aqui, então aqui fiquei a minha infância toda.

[Era] trilho, trilho, trilho, trilho de capim, capim navalha, que chamavam, é araçais, goiaba, manga, laranja e trilho, trilho mesmo, assim os moradores que faziam caminhos pra passar, né? Então ali foi crescendo, foram vindo outros moradores, que ainda tem alguns antigos aqui, né? de quando eu vim, é a minoria" (Lourdes).

Eu vim pra cá em 62. Tava casada, e comprei um terreno ali em Juscelino em frente à estação. Que não era uma estação, era uma parada de trem. foi construída pelo JK, aonde tem nome de Juscelino, né? Aí, eu comecei a construir, construí dois cômodos. Era terrível porque onde era uma clínica chamada Climol, onde tem a Policlínica, aquilo ali, fizeram um morro e a minha casa foi feita toda com a terra carregada do próprio morro, porque queriam destruir o morro pra fazer casas, né? E eu carregava, chegava lá já com barro quase... Quase com o barro no joelho, porque conforme se pisava... Afundava! Mas como tudo era início, né? E eu queria fazer uma casa pra morar, porque eu vivia de aluguel. Vim pra Mesquita, foi isso. Comprei o terreno e nesse momento me separei, quer dizer, foi mais difícil pra mim, queria mesmo fazer a casa com três cômodos, morei seis anos sem luz. Hoje eu encontro Mesquita com todas as dificuldades que eu passei, que de noite quando eu fechava a porta, a janela que escutava aqueles grilos, aqueles sapos, porque ali era um brejo... Hoje é uma cidade. E aqui em Mesquita, eu morava em Paracambi antes de eu me casar, esse pedaço de Nova Iguaçu até Edson Passos era laranjal. E aqui tem uma velha história de castelo de escravos... que hoje mesmo aonde eu moro aqui, no centro de Mesquita, é... rua Capitão Teles perto do 20º, perto do cemitério do município. Eu comprei ali em 71 e lá em Juscelino em 72. Lá era só barro, barro. Agora já tá asfaltado, já tem luz em todas as ruas... tem clínica. Não tinha luz, não tinha ônibus. Lá, lá eu tive um problema de família, aí, eu deixei, abandonei a casa e vim morar no centro de Mesquita com casa alugada novamente, morei 10 anos" (Maria do Carmo).

“Você sabe como eu vim de Portugal? Minha mãe te falou. Eu tinha dois anos. Eu sei que eu vim de Portugal de navio pra Belém do Pará e de Belém do Pará eu vim pro Rio, né? pra Copacabana. Viemos de avião pirata, né? Porque pra não pagar passagem, demos calote. Viemos pra Copacabana, minha mãe foi trabalhar de doméstica. primeiro eu dormi debaixo da ponte, da ponte não, da marquise, dali eu vim pra Nova Iguaçu. Meu pai tava desempregado. Aí, viemos para Nova Iguaçu. A patroa queria ficar comigo, minha mãe não deixou. O que eu sei é que minha mãe conta que ela era muito boa. Aí, meu pai quis vir pra Nova Iguaçu, ele alugou um barraco lá, não sei. Vendia verdura... Aí, a moça quis ficar comigo, mas meus pais não quiseram. Pelo menos eu estaria rica agora, né? O barraco era de madeira, o pessoal lá fora via lá dentro em dia de festa, eu lembro disso. Já tinha de comércio. Aí, você fomos pra Mesquita...aí, meu pai começou a vender galinha assim, ele ia trazer a galinha num cabo de vassoura. Aí, ele sempre trabalhando, aí veio pra Mesquita vender galinha...Viemos morar na Emilio Guadagny. Eu não gosto nem de lembrar muito, por que nessa época meu pai bebia muito e ele batia muito na minha mãe. Minha mãe apanhava, os filhos apanhavam. A única que não apanhava era eu, porque meu pai tinha raiva de me bater. Porque ele me batia e eu não chorava. Mesquita não mudou muito não, cara. Meu pai tinha uma aviáriozinho. Vendia galinha. Vendia galinha no trem e já recebia na porta. Era uma vida dura. Vendia galinha na feira”(Nazaré).

“Vim direto de João Pessoa da Paraíba direto para a rodoviária... que não era a Novo Rio, era em São Cristóvão. De lá, tava o pai do Amadeu, tava o Nivaldo, Amâncio [irmãos dela] e dois primos meus Aristide e o Afrânio. E eles já tinha alugado esta casa lá em Mesquita, na rua Barão de Mesquita, do lado da Companhia Telefônica. Foi... no caso foi o mais prático...até mesmo e mais acessível pra gente na época. Isso foi em 66. Eu tinha uns 11 anos, né? Direto do Norte veio... meu pai já estava aqui, em busca de saúde, né? Ele já tava aqui. Então pra lá tava meu pai, minha mãe, eu, Nevinha, Carminha, Socorro e o Bibiu. A Dalva tinha ficado no Norte. Ela não acompanhou a gente. E veio uma tia Alta, que é a avó do Amadeu. Mas foi todo mundo lá pra Mesquita.

A primeira lembrança era um desespero muito grande... pra voltar pra Paraíba. Muita diferença! É. Muita diferença em tudo. A casa... porque a casa de lá tinha bastante espaço, né! As amizades... a gente foi morar numa casa de fundos. Aí do outro lado você só tinha menino... Era um portãozinho que mamãe não deixava a gente passar por outro lado” (Fátima).

3.1.3.2. A infância, a juventude e as festas

"A pracinha já existia, mas era tudo de terra. O programa da rapaziada e das moças era tudo ir para praça. Aí, quando dava 7h, 6h da noite juntava todo mundo da Chatuba, Banco de Areia. Ali a gente fazia reunião... Só iam os jovens, as pessoas de idade não iam não. Só a garotada que ia. A galera de 17, 18, 20 anos. A gente se conhecia ali, batia um papo, era muito tranqüilo, muito bom mesmo. No meio de semana, tinha coisa pra trabalhar, quando dava a hora, a gente ia jogar bola. Tinha um campo aqui em cima. O campo Potiguá, no final dessa rua. Até os 30 anos, a vida da gente era o campo, tinha o cinema. Quando eu tinha 13, 14 anos era o cinema do Seu Manoel, ali perto do casa de móveis quando pra quem vai pra prefeitura? Ali, não tem a casa de cultura, não tem a entrada de carro? Ali tinha um cinema! O pessoal da minha época todinho passaram por ali. Tem o pessoal que hoje são tudo advogado, trabalhavam tudo ali na Pumar. Ali era passagem do pessoal, né? Não pro pessoal que trabalhava em loja, nas firmas... Todo mundo ficava ali. Tinha a sorveteria... A pracinha sempre foi bem arborizada, apesar de ser tudo terra. Ela só veio ter uma melhoria quando na década de 50. Teve muita proposta. Calçaram ela toda em volta. Aí, ficou bem mais tranqüilo. A gente já chegou a ter numa faixa de 4 cinema em Mesquita. Isso na década de 60, por aí. Tinha aonde é o Ponto Frio agora. Aquele ali era o banbanban, era o principal. O do Seu Manoel foi o primeiro. Tinha um na Emílio Guadagny, até depois colocaram uma fábrica de ração. E tinha outro no Banco de Areia, mas a rapaziada ia todo para o grandão, tinha galeria e tudo. tinha a sinuca, a gente jogava sinuca. Quando a gente é menor não pode ficar nesse negocio de botequim, então a gente ia jogar sinuca. Tinha o toque de recolher. A gente não podia ficar até depois de 10h na rua. o próprio regulamento não deixava. Inclusive se ,a gente fosse pego na rua, a gente tinha que ter carteira de menor...

Ali onde é o cinema agora, era um parque. Tinha o teatro, quem quisesse jogar tinha o dadinho, roleta, tinha outro lugar... tinha o cara das canoas, agora a marionete era todo o dia, tinha o Dadinha, o cara que jogava dinheiro ali. Muito bom. A turma saudável. Cada boneco tinha um nome.

[...]

Gostava muito daquela época. Gostava pra caramba. A gente ia muito a casamento. Eu me lembro que a gente procurava, não tinha muito esse negocio de convite, era mais livre. Hoje não, tem que ter convite. Tinha muita procissão também. Mas também tinha muita escola de samba. Aqui perto tinha o Caçula que era um bloco. Logo depois do tênis clube ali, atrás do chalé. O pessoal daqui ia tudo para ali. Ou senão ia à escola de samba que tinha na rua Júpiter, a independente de Mesquita. O pessoal daqui ia normalmente tudo no bloco, ia bater um papo. Isso eu já tinha 20 poucos anos. Era uma época muito gostosa. Tinha o também tem hoje. Essa vida de vícios, essas coisas. Essas pessoas se separavam da gente. Tipo água do vinho. (...) Hoje não. É tudo misturado! (...) Naquela a gente tinha mais personalidade. Não é desmerecendo a mentalidade de hoje, mas a gente tinha mais personalidade. Hoje fulano vê uma roupa que ter uma igual, na época da gente não tinha isso. Se um cara tivesse com uma roupa a gente nunca comprava igual. Tinha que ficar diferente. Cada um tinha a sua personalidade, nada de imitar ninguém (...). Na minha época esse lance de boutique não funcionava. Eu era muito vaidoso. Eu sempre gostava de sair direitinho. Hoje o pessoal sai nem se preocupa se ta com dinheiro. Naquela época a gente se preocupava com o que tinha que gastar. Tomar cervejinha. Cigarro nunca! Mas bebidinha sempre muito controlado.

[...]

Já tomei muito banho nesse rio Santa Eugênia. Normalmente, a gente só tomava banho nesse rio. Todo dia de manhã, enquanto minha mãe fazia café, a gente corria pro rio tomar banho. Quando a gente chegava atrasado e tal, a gente ia pra cachoeira. Hoje quase num tem jaca, antes era tanto que com a idade que eu tô, eu detesto jaca! Aí, subia aquela turma pra tomar banho (...) a gente ficava comendo um montão de besteira lá em cima. Era mamão, banana, jaca... Quando tava

trabalhando só ia final de semana, sábado e domingo, às vezes feriado... a gente sempre aproveitava pra ir ver lá em cima! Meu sobrinho lá de Nilópolis veio aqui pra ir à cachoeira, não conseguiu. Tinha mais de 500 pessoas lá em cima. (...) Mesquita é muito bom mesmo!"(Jorge).

"Comecei a conhecer melhor o município nos meus sete anos. Foi quando eu comecei que era uma lotação, os campos de futebol, as nossas brincadeiras de índios, devido à histórias de índios que tinham aqui, né? Eram chamados de índios, ainda lembro que o nome que me deram de índia era Bandulu, me chamavam de índia Bandulu! E as nossas brincadeiras eram, não tinha televisão na época. Quem tinha depois que veio a televisão era que tinha uma classe média mais ou menos, preta e branca ainda, né? Telefone fazia de caixa de pó de arroz, ou caixa de fósforos, que ligava assim com barbante, né? pra poder se comunicar numa distânciazinha com o outro. E devido a gente não ter televisão, era uma comunidade muito pobre, né? muito carente, a gente fazia nossas televisões de caixa de papelão. Botava uma vela dentro, antigamente também não tinha luz.

[...]

As nossas brincadeiras de criança eram essas brincadeiras de índio, era aquelas brincadeiras de roda, que hoje já não existe mais, as bonecas era feita da própria sabatinga. Tudo na rua. Brincando, amarrando capim um no outro, quando passava o outro caía um encima do outro... Aí fazia brincadeirinha de mamão, fazia aquelas caveirinhas, colocava uma vela dentro, quando vinha um a gente tirava a vela, amarrava a espada de São Jorge, quando vinha um passando a gente puxava, nego desmaiava... Fazia buraco no meio da rua, enchia ali de fezes, botava jornal...

Aí fui pro candomblé, né? Fiz o santo aquela coisa toda, muitos filhos de santos, depois fazer primeira comunhão, fazer catecismo, retiro de Maria, aí abri uma casa de Umbanda, casa de Umbanda fui pro candomblé, muitos filhos de santos, aquelas festas todas, e depois as nossas festas tradicionais. Que aqui o que tinha de terreiro, Jesus amado! Festas religiosa e caipira. Tudo na rua, quadrilha, e muitos campos de futebol. Muitos campos de futebol, a maior parte dos meus namorados era tudo jogador de futebol. O nosso cotidiano era assim olha, é que naquela época não existia tanta maldade, né? A gente brincava muito de pêra, uva, maçã, aquela coisa toda e o nosso cotidiano eram as festas de caipira, era os arraias da vida. Até o Paixão gostava muito dessas brincadeiras e o nossos campos de futebol que a gente ia lá pra torcer, mesmo sem entender nada, mas a gente queria estar ali. Tanto é que aqui tivemos vários profissionais de campo, de jogador saiu daqui, vários profissionais, que hoje tem fama, são jogadores famosos, hoje não tão nem aqui. Que os espaços eram livres, hoje se torna privado. Tinha as crianças tinham mais liberdade, nós pais tínhamos mais liberdade, até porque não existia tanta coisa, tanta violência, né? Não existia aquela maldade que hoje existe. O beijo era papai e mamãe ainda eram daquele tempo de... Da a mão, ou então sentar lá na pedra ali, ficava namorando na pedra, na beira ali da vala com os pezinhos ali pra dar um beijo... Deus me livre, né? Porque sempre tinha alguém, muita criança. Aí era os irmãozinhos ali tudo brincando, e pra dar um beijo era nas nossas brincadeiras que caía no mato pra dar uns beijinhos.

[...]

E depois tinha aquela pracinha que os pais queriam está até mais a vontade porque as casas ali eram muito humildes, os quartos, cozinha, banheiro, não tinha privacidade. Aí, mandava a gente pra pracinha, pra brincar naqueles escorreguinhos... aí, o irmão mais velho tinha que sair com aquela penca de meninos, pra poder eles terem um pouquinho mais de liberdade, pra não ficar beijando embaixo dos lençóis!

[...]

Não, não tinha muito armarinho, tinham era pequenos armarinhos que tinha aquela rádio que divulgava todos os acontecimentos da cidade, era alto-falante, que nem rádio, era alto-falante, esqueci o nome do alto-falante agora no momento. O carnaval era através daquele alto-falante, depois veio os coretos, hoje a gente nem vê mais coreto. Acabou os coretos e depois vieram os blocos de rua, depois surgiram os mais famosos blocos que era o Unidos, o outro era... Amar e Viver, depois veio o Arrastão. Isso de 70 pra cá! Aí que veio surgindo esses blocos. Não tinha sede, não tinha nada. Não tinha sede, não tinha nada, não tinha fantasia. O pessoal colocava uma toalha pra se fantasiar de índio, os nossos índios...: Baronesa de Mesquita. Baronesa era na rua Júpiter. Olha, os nosso desfiles, as nossas fantasias eram de saco de estopa, toalha, nossos pais compravam toalhas, a gente costurava tudo lá, tamanco de portuguesa. Fazia o cocar do índio de penas de galinha. Aí, a gente pintava, pintava aquelas penas, aí nós mesmos fazíamos nossos cocares e de tamanco no pé, com esparadrapo na cara. Todo mundo brincando, criança, adulto, crianças. Aí saía de estopa desfiado, comprava saco esses sacos que fazia pano de chão. Aí a gente caía na folia né, era o leão que abria o espaço né, aquela brincadeira e a gente sai lá na praça, tinha o Bola 7, o Bola 7, qual era o outro? Copa 7 que tinha ali em frente a praça que era uma gafeira. Tinha uma gafeira, dancei muita gafeira ali, escondida da mamãe, mas dancei. Dancei muita gafeira ali, aprendi a dançar gafeira ali. Era ali, mais tinha uma outra também que eu não me recordo o nome, tinha duas gafeiras no centro mesmo de Mesquita, era tradição do carnaval aquelas gafeiras, porque certa hora acabava festa de rua. [...] E muita caipira... essa época onde você fosse era fogueira, o povo era muito mais unido do que hoje. Só noiva caipira na minha comunidade eu fui quatro vezes.

[...]

Sabe qual era a maior tradição? Você quer saber qual era a maior tradição? Eram os velórios. Porque quando morria alguém não tinha capela, não tinha funerária, funerária tinha porque tinha que mandar fazer o caixão, né? Mais não tinha capela, não existiam floriculturas, as flores eram catadas no mato. Não tinham essas ornamentações no defunto, ou ele ficava muito bonito ou ficava muito feio, porque quem ornamentava o defunto era a gente. E eu era uma 'coisa' pra enfeitar defunto. Até hoje eu sou uma tapa defuntos. Até hoje o pessoal me vê como tapa defunto, porque aonde tinha defunto nós estávamos lá, juntava o nosso grupo e ia pra lá pra ver velório. No cemitério de Mesquita que era chamado de cemitério de arame. A pé, ia daqui até lá carregando o bichinho. Lá do outro lado da ponte (viaduto) subindo. Olha, pra ir naquele carro de funerária, todo cheio, até tem uma cortina aí que tem um bandô que tinha aquele carro de funerária, vinho, roxo, era aquele bandô pendurado. Com aquelas coroas, aquilo tinha que ter dinheiro, só pra quem tinha dinheiro. Porque pobre não ia no carro com aqueles bandô com aquelas coisas e flores minha filha era catada no mato, saía assim um grupinho de crianças catando florzinha pra enfeitar o defuntinho. Era o mais divertido pra mim e naquela época se morria muita gente. [...] Morria de catapora, sarampo, morria muita gente de sarampo.

[...]

Tinha carteira assinada na Pumar, a Mensageiro não, a fábrica de biscoito não tinha carteira assinada, tanto é que eu fiquei aqui com meu prejuízo, com meu braço quebrado e ficou por isso mesmo. [...] Os operários era o que, era descansar, eles descansavam, né? Criavam porcos, tinham muitos porcos e plantavam, faziam suas plantações. Na pracinha ficavam ali jogando buraco, jogando xadrez, baralho. A praça só ficava cheia quando tinha festa. Só assim, nos fins de semana. O resto era dormir, acordar, trabalhar. A carga horária era muito sobrecarregada. Olha, não tinha esse negocio de oito horas não, minha filha. Você tinha que dar produção que nem eu tinha que dar na Pumar. Eu com quatorze anos trabalhava à noite na Mensageiro, eu pegava onze horas da noite e ia largar no dia seguinte oito horas da manhã até um período, né? Depois ele mudou o horário. Era uma carga horária muito sobrecarregada. Quem ficava mais na rua durante a semana eram as crianças, eu

não via adulto na rua. Quando você via adulto na rua, era puxando barril, era puxando água de caçamba. Na malandragem. Vivia na farra. Vivia na boemia. Era a época da boemia.

[...]

Olha, eu hoje descreveria Mesquita ainda como uma comunidade muito carente, falta muito tipo de informação, hoje eu tive conversando isso com o Jorge, o povo aqui devido a pouco espaço de cultura, devido não terem certas informações, eles estão muito ligados ainda no futebol, na semana do botequim, aonde os amigos se encontram, porque você se chega aqui sexta, sábado e domingo, você vai ver os barzinhos cheios, e parece que o lazer deles é aquilo ali, é o barzinho e o campinho de futebol quando tem uma pelada" (Lourdes).

"Mas as casas eram mais antigas. Não era muito diferente, não! Era tudo barro. Asfalto em Mesquita, mesmo, foi ter asfalto, o quê? Uns oito anos, dez anos. Algumas ruas... Ficava um barro só, a gente saía correndo. Aquele balcão dentro... era do meu pai que deixava pra gente tomar conta. Era tudo de terra batida. Depois eu que coloquei o concreto, botei telha. Eu fiz obra ali, não era daquele jeito, não? (balcão do lado da casa da mãe dela, em Mesquita). Mas era tudo muito simples. A minha adolescência era trabalhar. Eu nem me ligava nessas coisas. Minha vida era muito tumultuada: trabalhava e estudava. Depois eu parei de estudar, eu tinha que ajudar meu pai, aí não podia mais estudar. Não tinha tempo.

[...]

Eu brincava na rua, brincava de amarelinha. De bandeirinha, de pique-pega, "conta que é mentira"! A única portuguesa era eu. Era misturado, minha filha: nordestino, carioca, baiano... Olha, eu brincava mais com o pessoal da escola. E os vizinhos eram mais... tudo comerciante. Do botequim, do açougue, da padaria...[...] a primeira televisão que a minha mãe comprou foi em setenta...era ainda preto e branca, né? Depois que foi colorida. Minha mãe comprou uma televisão do tamanho de um elefante...[...]. Só colégio, trabalhava com o meu marido, no aviário...Trabalhava na feira, terça, quinta. Pra mim, na minha vida, o mais significativo era missa e parquinho. Era aquele perto da igreja, a gente ia pra igreja... até então eu nem podia pintar minha boca de batom. Depois que eu saí de casa que melhorou um pouquinho mais.

[...]

A Vasquita foi fundada pelo meu marido, pelo Nascimento, um colega nosso. Nós nos reuníamos [...] e depois acabou. A sede era na minha casa. Todo mundo se reunia lá, na porta da minha casa, pra esperar o ônibus e ir para o Maracanã. Todo o jogo. É. Nossa diversão era ir para o Maracanã. Grávida da Karina, grávida do Cleber. Era muito bom. Então foi uma alternativa de você de diversão. É. Tinha as festas da Vasquita. Tinha banda. A gente contratava...para tocar no jogo. Ah tá! Eu lembro que às vezes tinha show, quadrilha, mas agora não tem mais! Tinha umas festinhas... mas festa de fechar a cidade, não tinha. [...] era mais animado. Era mais animado. Tinha rua fechada, tinha quadrilha. Por exemplo a gente organizava festas e coquetéis da Vasquita, que era no clube perto da Estação. Iam artistas... e ficava bastante cheio. Era um evento mensal. Nos jogos a torcida tinha lugar cativo, era convidada para festas do Vasco, era recebida nos camarotes. Acompanhava o time nas cidades que jogava. Nos reuníamos num bar que hoje estaria próxima as lojas CEM"(Nazaré).

"Brincadeira na rua, minha mãe não deixava, não. Ela ia prendendo. Até que eu fiz amizade com a Gracinha, a filha de um vereador de Mesquita. Até eu acho que ele foi assassinado, Joaquim de Oliveira... ele foi assassinado. Aí fiz amizade com eles. Quando ele arranhou escola pra gente. A D. Pedro I. Era na Manoel Duarte, já indo pra Chatuba. Era legal! Muito legal. Quando eu fui pra lá a Dona Zélia que era esposa do vereador, disse que eu ia fazer um teste e que se eu passar,

você continua. Eu me dei bem. A Carminha também se deu muito bem, porque a gente estudava em horários diferentes, eu das 7 às 10 e ela de 10 às 14, em dois turnos. Era legal. A gente tinha uma situação difícil. Financeiramente, a gente tinha uma situação muito difícil. Era o pai do Amadeu, o pai da Karina que investiam mais ali junto, né? Logo, logo meu pai veio a falecer. Aí, ficou mais difícil a situação da gente mais ainda. Aí eu comecei com a bicicleta que meu pai tinha dado a Nevinha, a fazer entrega de mercado. Eu vinha lá da Companhia Telefônica, tinha um cara que perguntou se eu queria entregar mensagem. E eu fiquei fazendo serviço de mensagem. Foi... eu montava na bicicleta e ia parar naqueles buracos para levar a mensagem. Entregava, o cara assinava, eu montava na bicicleta e ia correndo entregar pra minha mãe. Eu era craque no paralelepípedo! A Emílio Guadagny tinha um pedaço que era do rio, ali era tudo lisinho, mas o resto era tudo paralelepípedo. Mas se eu não me engano, já mudou tudo ali, não?

[...]

Mesquita sempre foi... ela nunca foi parada não! Ela tinha um movimento legal. Todo mundo andava na rua. Eu me lembro de uma época, não me lembro o ano que teve um racionamento de energia, então a noite ficava tudo no escuro. Então ficava aquele 'mutueiro' de gente na porta das casas. Tinha bastante movimento até porque tinha uns quartos que o avô da Karina alugava, tinha um cara lá... já devia ser umas 10 e pouca da noite ... a Dalva já tinha casado, eu e Carminha já estávamos vindo da casa da Dalva pra casa na Rua Saturno. Aí os caras falando e mataram um cara, mataram um cara. Pra você ver como aqui era movimentado ... Tinha um policial que morava lá perto de casa, para você ver como era, ele ficou observando, observando, e ele foi prender a pessoa, na maior tranqüilidade. Ele já estava sem arma nem nada. E aí ele conseguiu. Ele já tava indo até pegar o ônibus, o cara...

[...]

Tinha essa pracinha. Vou te falar... no domingo, quando a gente já ficou mocinha, a gente fazia farra para ir a missa ao domingo. Aí à noite... porque a gente ia a missa e noite a gente ficava dando volta na pracinha, dando volta. E paquerava e aquele negócio. Depois, a gente ia pra casa. Tinha muita gente! Tinha o pipoqueiro... na época o cinema ficava em frente à pracinha. A gente ficava dando volta. Tinha as famílias que ia com as crianças pra lá brincar. Tinha aquelas arvores, o espaço mesmo. Aí a gente ficava por ali e depois ia embora batida. Não podia abusar. Uma amiga minha, a gente até gostaria de saber onde ela anda, a Regina... a minha mãe costurava muito pra ela. Ela ia à minha mãe e falava: a senhora deixa a Fátima ir à padaria comigo? E a gente dava as fugidas, né? Ia lá ver os conjuntos (shows). O Tênis Clube de Mesquita deve existir, tem que existir... lá tinha a domingueira. Só que minha mãe não gostava de deixar a gente ir. A gente chorava muito pra ir. Aí tinha que ir a mãe dela, para deixar eu ir" (Fátima).

3.1.3.3. Os problemas urbanos

"Inclusive na época, antes da emancipação. Na época do Bournier, esse rio aí tinha dois caras no rio, todo dia, catando bolsa todo dia. Fazendo a limpeza. Não ficava nada nesse rio. Porque quando o Altamir largou essa prefeitura, é a maior vergonha. Mesquita tinha lixo assim em tudo que era canto. Era uma podridão terrível. Aí, o Bournier limpou tudo, fez uma faxina geral. Mudou a cara de Mesquita. Lixeiro dia sim dia não. Isso foi agora em 96. O primeiro mandato dele foi em 96. A coleta de lixo, 3 vezes por semana. O rio tinha 2 cara, o dia todinho.

E as enchentes?

Aqui não! Aqui nós somos privilegiados. Agora o pessoal da (rua) Consciência, da Manoel Duarte, Júpiter, ali qualquer chuvazinha. Até a Avenida São Paulo, mesmo! Isso aqui de vez em quando enche. Aqui nunca chegou a danificar nada não. O rio enchia até aqui em cima, o povo fica nadando na chuva, mas não chegou dar problema nenhum não. A água? Até uns 35 anos atrás era bem complicado. Por que quando eu me casei... eu me casei com 34, a gente tinha que panhar água todo o dia. Tinha que panhar água lá em cima. Por aqui não tinha água, não chegava até aqui. Agora não, de uns 18, há 20 anos pra cá, água a vontade, graças à Deus. Esgoto? Nada! É tudo jogado no rio ali, vai tudo direto"(Jorge).

"É... não tinha luz. Era luz de lamparina, luz de lampião, é... fogareiro. Depois que veio a tal da luz da cabine, que vinha lá da Avenida Leão, até chegar aqui, era a mesma luz de lamparina. Porque não tinha como, era muita gente né já, a cidade foi povoando. Então quando roubavam, o pessoal roubavam os fios, ficava todo mundo na escuridão novamente, né?

Era uma vala que passava de um lado pro outro da rua. Isso aqui tudo Chatuba era assim, né? Toda Mesquita, era tudo assim. Isso, chão batido, não tinha terraplanagem, não tinha nada. Então a condução, o ponto final da lotação era na rua Júpiter. Da rua Júpiter pra cá nós tínhamos que caminhar a pé e era uma lotaçãozinha mesmo, era azulzinho e branquinho colocaram o nome de Danúbia Azul, quando não ia pra estação de Edson Passos, era Maria Fumaça na época, trem puxado mesmo, era aquelas pedras de carvão. Era puxada, tinha nome de Maria Fumaça. Isso era, que eu me recordo assim 48, 49 já era isso, né? 54, 56 ainda me recordo isso... Da lotaçãozinha que quando chovia era muito frio, muito nevoeiro né, pra apanhar minha avó que vinha da fábrica de Bangu, meu avô me levava num carrinho de madeira pra mim apanhar minha avó lá na estação de Edson Passos. E ia com um casaco preto que eles usavam, né? Aquele casaco preto... me levava naquele carinho pra ver minha avó porque era muito deserto, não tinha luz, né? Longe... Então, móvel nem pensar, não se tinha, eram baús, os baús pretos pareciam caixão. Horrível. Aqueles baús preto, porque não se tinha guarda roupa. Era uma carência tremenda, era como que hoje eu vejo na mídia, a história da roça eu lembro da minha infância.

Se comia broto de bambu. Ensopadinho, broto de abóbora de bucha que tinha muita bucha, pessoal até apanhava bucha pra vender fora. A gente comia buchinha batida, ia lá pra beira do rio Sarapuí apanhar broto de, chamava-se bertioga, ou então ia pra aqui pro rio do Socorro, rio do Socorro hoje mais era conhecido Cachoeira (ou rio Santa Eugênia). Era cachoeira mesmo, era um ponto turístico. E o rio do Socorro hoje que realmente está pedindo socorro era uma cachoeira, aonde tornava-se um ponto turístico, aonde os jovens tomavam banho, as lavadeiras lavavam roupa, minha mãe era lavadeira da Marinha, então minha mãe lavava as roupas lá dos marinheiros, e a água que nós bebíamos porque na época não existia água, a gente ia lá ao Tênis apanhar água. Ou então na bica na cancela, ou então no bicão lá em cima, na rua da Fazenda né? na rua das Pedrinhas, né? De barril, puxava barril. Ou então de caçamba, no passado tinha umas caçambas, umas madeiras com

duas latas de lixo penduradas, era uma dificuldade tremenda a água, é uma história que a gente não esquece nunca.

[...]

[Chatuba é] tudo invasão, a maior parte foram tudo... cada um ia procurando ficar bem mais próximo do outro. É, eles procuravam se aproximar uns dos outros, pra ver essa comunidade crescer, pra ver crescer. E a às vezes criava-se oportunidade, porque às vezes eu chegava lá pra tratar uma casa e chegava os donos. Aí, impedia, né? que eles se apropriassem daquela área. A nossa já foi o contrario, já foi comprada por um dos Mirandela, foi um do pessoal dos Mirandelas, só que tem que, era uma imobiliária chamada Will, eu tenho ainda alguns recibos de alguns moradores bem antigos, foi quando nós criamos a nossa associação, foi em cima disso. Em cima da ação rural, nossa associação tudo é fundado aqui, toso nosso trabalho começou aí, foi que depois de o que, vai fazer 20 anos da nossa associação, quer dizer eu estou com 58, depois de 38 anos que apareceram os donos, a dona Alexandrina Aparecida, a área aqui já totalmente ocupada, aí apareceu os donos dizendo que iam desapropriar a área em que ocupassem advogados, falaram com o juiz querendo nos dar despejo, edital, aquela coisa toda, aí fomos buscar recursos na prefeitura de Nova Iguaçu e entramos com advogado, esse advogado que era o Doutor Belário achou que fosse por melhor nós criarmos uma associação para que tivéssemos forças pra brigar [...]. foi então que a dona Alexandrina até então veio a falecer, só que tem que essa imobiliária, quando os moradores como no caso o meu falecido avô pediu o título de proprietário, eles não tinham pra apresentar, foi aonde todos pararam de pagar e ficou naquilo, pararam de pagar e se acomodaram, né? Ficaram aí morando... veio os filhos, netos, bisnetos, tataraneto e a família foram crescendo. Ninguém esperava de um dia aparecer esses donos só que tem um dos donos bem vizinho nosso aqui, Seu Blantuilé um dos donos disso aqui. E aí veio esse Blantuil... a mãe faleceu. Aí, veio brigar por essas terras, aí nós entramos na questão também só que tem que eles não pagavam seus impostos. Não pagavam o direito da terra deles. Facilitou pra gente, e uma que aí a população cresceu muito e ele teria que indenizar todos, como ele iria indenizar? Não tinha como, né? Seria muita grana que ele teria que investir. Aí foi quando nós entramos na prefeitura, fomos pro estado, abrimos processos, porque na verdade nós queríamos nossa propriedade, nossa escritura de posse e até hoje nada foi aprovado, nada conseguimos. Isso foi há vinte anos atrás. Aí já caducou, já mexemos novamente, já caducou de novo, e agora tô esperando uma oportunidade pra tentar com esse prefeito pra ver.

[...]

Bom... era precário, né? Hoje a gente vai, a gente se descontraí, conversa com um, conversa com outro, mais aquela época era muito difícil, até porque quando chovia. Ecuridão, quando chovia, não tinha luz, a luz era de cabine, era como uma luz de vela. Era o mesmo que você acender uma luz de vela, luz de lamparina, porque a luz era aquela coisinha assim até porque vinha de muito longe, eu não sei nem como é que acontecia, como é que eles conseguiam aquela luz de cabine, eram muitos postes de madeira. Mas muito depois, muitos anos é que surgiu um ônibuzinho que ia lá pra dentro pra fabrica de pólvora, até que colocou fábrica de pólvora. Lá dentro na Chatuba, lá dentro, lá dentro na cancela. Fazia o caminho da fabrica até o centro. Só por causa da fábrica, até que veio a explosão de Deodoro... É porque houve uma explosão realmente. Lá em Deodoro. você só via bala atravessando e as casas estavam trepidando. Foi horrível, horrível, foi trágico! 62, por aí, você só via os pais saindo de cavalo, outros de carroça. Com trouxa de baixo do braço, com as crianças no pescoço. Eu vou te dizer pra onde nós fomos, ali atrás da igreja Nossa Senhora das Graças que hoje é, tem aquelas casinhas ali, ali eram assim tipo uma, tava ali havendo uma ravinas devido eles tarem fazendo um deslizamento no morro atrás da igreja mesmo Nossa Senhora das Graças. Então ali tiramos barro pra fazer casas de estuque. Que antigamente era muita casa de estuque, né? Tijolos feitos de adobe, inclusive essa casa aí é feita de adobe, né? Meu avô mesmo fazia os tijolos. Oh! 57 anos tem essa casa, você vê que não sofreu nenhum dano ainda essa casa. Meu avô tinha aquelas

forminhas, né? E eu ajudava ele a fazer, aí depois ele colocava dentro de uma estufa, né? Então, ali devido à escassez do barro vermelho, ficou uma cratera. E o que meu avô fez, enfiou todo mundo dentro daquela cratera ali pra se proteger. Mesquita inteira, Chatuba principalmente que estava bem próximo, Mesquita até a Chatuba toda. Aí, foi onde foi dado o nome de fabrica de pólvora entendeu. Aí acabaram com o paiol porque ele sofreu também, né? Aí, ficaram com medo, aí o exército veio, desativou, acabou com aquilo ali.

Tudo chão batido, começou a se alinhar tem o que dez anos, de dez anos pra cá que a cidade vem se alinhando. Não, foram só suas ruas. Rua Bel, rua Lídia uma parte também né que não era até lá dentro, lá dentro já era a Baixada viva né. Eram as primeiras ruas a serem asfaltadas. A Baixada viva. Olha aí a primeira rua bem antes de 80, primeira rua a ser asfaltada foi a Marisa. Só asfalto. O esgoto já havia sido feito pelos moradores. Eles já foram se conscientizando entendeu, foram tomando conhecimento, aí as pessoas já se organizavam, faziam aquele mutirão.

E as enchentes?

Muita enchente. Foi em 88, né? Quando teve a ultima enchente? É, era muita enchente, pra nós era muito sofrimento. Na verdade foram duas, né? A de 66 foi pior. É aquela foi a pior de todas. 66 foi quando não tinha aquela barragem, aquela barragem foi do governo do Brizola, né? Barragem do Sarapuí... não havia aquela barragem, então aquela água toda do cachoeirão que vem ali de Bangu... Foi tão trágico que o pessoal que trabalhava ficou três ou quatro dias em casa sem trabalhar. Perdiam tudo, a água que vinha desse rio Sarapuí vinha arrastando tudo. E essas pessoas, pra gente socorrer essas pessoas, era com corda e tinha que amarrar uma corda e ir puxando aquelas pessoas até chegar onde a água não estava pra aí a gente designar essas pessoas, pra associação de moradores.

[...]

Tem que entrar com um conhecido como entrou a Baixada viva, eu adotei três crianças lá de dentro, pra chegar lá com Baixada viva, eu moradora daqui tinha um conhecimento lá com o pessoal da secretaria de emprego, eu conhecia o falecido bexiga e a mãe dos meninos que eu adotei, se eu não conhecesse não tinha como entrar não. Hoje eu entro com facilidade, porque hoje eles me conhecem mais, os meninos vão lá, eu tenho parentes que moram lá, tenho sobrinhas que moram lá, mas tem lugares que ainda da medo de entrar, não por eles, mais pela policia, medo do confronto com a policia.

Mais por quê? A policia daqui é muito violenta?

Muito, muito violenta.

Mais eles ficam fazendo ronda aqui?

Não, não ficam fazendo ronda não, eles chegam só pra fazer baderna mesmo. Falo sem medo!"(Lourdes).

"Mais no centro ali já era melhor um pouquinho. Não era como hoje é! Você tinha que andar muito pra pegar ônibus, você tinha dificuldade de água... Algumas ruas eram asfaltadas. A minha rua era metade, a outra metade não, era barro. Mas hoje ela já é asfaltada. Quer dizer, aí naquele período compramos aqui. Meu marido falou assim, vamos comprar uma aqui nesse loteamento, era um loteamento novo... Aí casei de novo, aonde compramos ali. Aí tinha um rio, era um valão. Esse valão vinha do início da rua Capitão Teles até a Felicano Sodré que é onde tem a minha casa de esquina. Era um valão que depois caíram bêbados, crianças... Era muito aberto, muito largo e sujo. Aquilo ali nós ficamos 3 anos aí veio o asfalto. Veio o asfalto parece que em 73 não tem... em 78... é 78 veio o asfalto. Aí, asfaltou, graças a Deus, veio a iluminação geral. E nesse local eu só morei 6 meses sem luz, usava aqueles lampiões, né? Alladin né? Parece uma luz mesmo. Eu tinha esse lampião, aí 6

meses colocamos a luz, hoje graças Adeus agradecendo ao prefeito que faleceu Marcos Paixão que iluminou todas as ruas, nós temos iluminação nas ruas. A minha rua é uma das mais iluminadas, quer dizer o que eu passei, o sofrimento que eu tive de criar os meus filhos. Meu filho hoje caçula está com 32 anos e o mais velho está com 47. Entendeu, o que eu passei pra criar os meus filhos naquela dificuldade, hoje em dia eu acho Mesquita, estamos mais melhores, mas Mesquita já foi... Você queria um banco não tinha em Mesquita, tinha que ir à Nova Iguaçu, INSS só em Nova Iguaçu, um hospital melhor que hoje tem mais naquela época não tinha, tudo era Nova Iguaçu ou Nilópolis. Mesquita era assim como um recanto pra você morar como se morasse num Sítio, tinha que fazer tudo fora. Hoje não, hoje está praticamente o início de uma cidade, né? Está melhor porque nós mesmo, povão, nós ajudamos. Eu sou uma habitante e não sei quantas pessoas moram em Mesquita.

Olha, eu acho que foi o conhecimento de tudo que eu tive, a oportunidade de tudo, de poder comprar, de construir, lutar, aquela luta que eu tinha, uma mulher sozinha, ter que trabalhar e criar meus filhos e me integrar, que muitas pessoas que hoje, eu não pode ta em bar, eu não pode ta em casa de ninguém, mas eu sou conhecida, isso é muito importante, na época do Paixão antes dele morrer prefeito e tudo, eu tinha uma grande amizade com a família e eu me habituei à Mesquita”(Maria do Carmo).

“Na Barão de Mesquita era calçado. Mas a situação veio pirou, ficou ruim. Fomos morar na Getúlio de Moura, de frente pra linha do trem. Ali foi exatamente que papai veio a falecer. Me lembro exatamente. Ah! Quando a chuva vinha, a casa enchia. E já tinha bastante casa ali. Tinha casa dos lados. Essa casa que a gente veio morar tinha um quintal enorme. Ela dava frente pra Getúlio de Moura e fundos pra rua Sarmiento se não me engano. É... fomos morar se não me engano na rua Saturno, 172, na casa 1. também era uma casa pequeninha, sem água. A gente tinha que fazer tudo com balde. Não tinha água encanada. Cano vinha até um certo ponto. A gente tinha que ir à bica lá fora. A água não ia pra caixa d’água, a gente que carregava”(Fátima).

“Não tinha tanta enchente, não. Depois que urbaniza fica pior. Fazem, mas não fazem bem feito, né? Fazia vala, mas não fazia o escoamento. A população aumenta, eles fazem tudo pela metade, ficam roubando dinheiro...”(Nazaré).

Um dos precursores sobre a conceituação de memória coletiva, Maurice Halbwachs⁴⁰, afirmava que a memória só tem significado, dado um contexto coletivo. O que podemos observar nas entrevistas realizadas é o fato da memória coletiva demarcar múltiplas possibilidades de entendimento de um mesmo espaço. Certamente são memórias que nem sempre são originais, pois de certa forma, podem provir de conversas com outros(as) moradores(as), e mais além: são “um lastro comunitário de que nos servimos para construir o que é mais individual”⁴¹. A opção feita por buscar *memórias*, em campo, principalmente de pessoas que moram em Mesquita há muitos anos, é o fato de a memória coletiva se desenvolver, sobretudo, a partir de laços de convivência, seja com familiares e amigos, seja

⁴⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1990 apud ENNE (2002).

⁴¹ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 407.

com colegas de trabalho. Por conseguinte, são estas memórias que estamos chamando de coletiva, segundo Ecléa Bosi, que são recordadas pelo indivíduo. Sendo assim, é ele o *memorizador* e, além disso, apenas ele é capaz de acessar em seu intelecto e trazer à tona objetos que são, para ele, “significativos de um tesouro comum”. Há de se observar também que o compasso social do tempo é o que faz o *memorizador* se aproximar do seu objeto, e isso se modifica a cada conversa estabelecida, a cada história contada que varia também para cada geração de entrevistados(as). Certamente percebe-se alguns lapsos de localização temporal devido ao grau de interação do indivíduo com o que se está evocando. Por vezes, é necessário o entrevistado lembrar de um objeto específico, um acontecimento familiar, uma música, uma notícia importante, para que ele se recorde do espaço que deu suporte àquela lembrança. As características físicas, o cheiro, o aspecto, o movimento surgem nas falas quando elas estão situadas no tempo de sua bibliografia pessoal. No entanto, há fatos que não se escapam, pois estes são comuns e marcantes a todos. Principalmente, as experiências mais sofridas, como é o caso das enchentes recorrentes na Baixada Fluminense.

O que está em jogo é o superficial e o profundo, a história e a memória. A dialética e contraposições realizadas pelos(as) entrevistados(as) nos dão a noção de como as práticas urbanas estão associadas às formas de apropriação desenvolvidas ao longo do tempo pautadas pelas formas de dominação. É visto como os processos de dominação que levam à migração ou à ausência de políticas urbanas no município caracterizam a diversas formas de ocupar o espaço, seja de modo crítico ou acrítico. Mesmo diante dos problemas urbanos, é reconhecido que Mesquita “nunca foi parada” seja em termos políticos seja em termos culturais. São esses aspectos particulares do antigo distrito que diferenciam sua *forma urbana* e conseqüentemente o grau de vitalidade.

A identidade e memória se interconectam nesta análise como instrumento de compreensão da história de formação da *forma urbana* mesquitense e sua vitalidade. No entanto, em observa-se que a proporção em que se amplia a presença (mesmo que precária) de infra-estrutura urbana e algumas melhorias na qualidade de vida, diminui-se os processos e práticas urbanas onde se resguarda a vitalidade, posto que os mecanismos de solidariedade e de socialização são aspectos essenciais na construção da identidade local e guardam relação com a geração de vitalidade do município. Assim, cabe um ponto de questionamento: será que a regularização urbanística basta para a garantia do bem-estar urbano, de vitalidade, de segurança, de prosperidade?

CONCLUSÃO

Ao lidarmos com as cidades, estamos lidando com a vida em seu aspecto mais complexo e intenso. Por isso, há uma limitação estética fundamental no que pode ser feito com as cidades: *uma cidade não pode ser uma obra de arte*¹.

A afirmação de Jacobs (2003) pode ser entendida neste momento como um confronto à idéia de Lefèbvre (2001) a respeito do urbano, enquanto obra, como uma obra de arte. Mas apesar de os dois autores se referirem ao mesmo termo, o significado que ambos têm no âmbito de suas respectivas obras é distinto. Na verdade, tanto para Jacobs como para Lefèbvre, as cidades não devem ser encaradas como um quadro branco, pronto a ser pintado ao prazer do seu pintor, no caso, o urbanista, mesmo que atualmente haja uma sensível preocupação com o que se chamaria de 'realidade local', este discurso se encaixa perfeitamente em ações políticas inescrupulosas relacionadas à aplicação de recursos públicos nas cidades e, de fato, processos urbanos importantes são desconsiderados. Nesse sentido, este trabalho pretendeu trazer elementos para o entendimento do urbano, tomando como pano de fundo o município de Mesquita, na Baixada Fluminense, num esforço metodológico de análise a respeito das cidades brasileiras.

O resgate histórico a respeito da região metropolitana do Rio de Janeiro fornece dados e informações preciosos, para que se possa entender, em linhas gerais, o processo de formação de uma determinada sociedade urbana, tanto em seu aspecto sociológico quanto urbanístico, ou seja, as etapas constitutivas de ocupação do território. No caso da Baixada Fluminense, a importância da abordagem histórica nos permite esboçar uma compreensão crítica dos problemas urbanos característicos da região e que são também determinantes para distinguir o grau de vitalidade urbana das cidades.

Contudo, os problemas urbanos não devem ser analisados da mesma maneira. É preciso saber o tipo de problema que a cidade representa. Isto que dizer que se tomarmos a problemática urbana de um bairro, qualquer fator isoladamente pode significar várias coisas, dependendo de outros fatores, sejam eles culturais, sociais, econômicos, políticos e a nossa reação aos mesmos. Por exemplo: se este bairro tiver componentes físicos agradáveis à população e permitirem gerar diversidade e, ainda sim, o bairro é evitado e temido até por seus moradores, possivelmente a sua localização está próxima a uma zona de fronteira morta. Mas essa é apenas uma dentre diversas possibilidades de análise sobre este determinado bairro. Por esta razão, talvez haja 'um certo vício'

¹ JACOBS, 2003, p:416 (grifo da autora).

relacionado aos métodos utilizados para o entendimento das cidades, ou talvez tenha se dado valor significativo à compreensão dos especialistas (JACOBS, 2003).

Por esta razão, não nos furtamos de nos apoderar do ponto de vista de dois sujeitos: daqueles que estudam a problemática e daqueles que vivenciam a problemática. Mesmo no âmbito desses dois universos é sabido que há distintas percepções sobre o fenômeno urbano. Como anunciado no capítulo 3, inclusive as *memórias* de uma sociedade demarcam inúmeros modos de entendimento de um mesmo lugar.

A *memória* é um precioso material, pois ela significa a história “construída ao longo da vida, a partir de um cotidiano muitas vezes corriqueiro, mas sempre relevante”². Embora nem todos os(as) entrevistados(as) sejam idosos, podemos observar que a memória revela que a função social destes personagens ocupam parte significativa da memória, (atribuição apontada por Bosi (1995) sobre os velhos). No momento em que eles(as) contam suas histórias, estão empreendendo uma nova função social ao revelar aquilo que fizeram e aprenderam. As histórias parecem ser contadas para aqueles que as relatam e não para aquele que solicita. Apesar da *fala* nem sempre ser um ato pragmático, ela é uma admirável fonte de significados, percursos e processos pouco revelados nas histórias ‘oficiais’, como podemos perceber no capítulo 3.

No entanto, trazer à tona essas três dimensões do espaço urbano para entender como se constrói a relação das pessoas com o espaço e as conseqüências das práticas urbanas no espaço, contribuem, na verdade, para que se ilumine como a construção de diversidade se processa e, assim, constatar que em um território mascarado pela pobreza, apresenta vitalidade urbana. Por isso, a pertinência da afirmação que a vitalidade está na memória de Mesquita.

Desta forma, pode-se afirmar que Mesquita é regido por duas forças ligadas à apropriação e à dominação: a da vitalidade e a da vulnerabilidade. A primeira, gerada por sua população pelo senso de identidade (signos e significado), e a segunda, gerada pelo o que poderíamos dizer de forças externas ligadas à superestrutura (política, economia, cultura).

A memória sobre Mesquita, traduzida em palavras, nos remete a imagens que surpreendentemente não teríamos a capacidade de visualizar, seja a respeito de um simples campo de futebol, seja sobre um bairro inteiro. Os lugares descritos se fundem à respiração, ao sorriso e aos olhares de quem conta. Os aspectos positivos de Mesquita se transformam, através de suas palavras, em contos de fadas. Os aspectos negativos se tornam mais opressores e revoltantes.

² ADES, César. A memória partilhada. *Psicol. USP.*, São Paulo, v. 15, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 July 2007. Pré-publicação.

A assimilação do *lugar referencial* é extremamente particular, mas se tomarmos os dados que eles fornecem, é reveladora a semelhança. Certamente, as diferenciações estão relacionadas à experiência de vida de cada pessoa, como vimos com a Nazaré, que ainda tem muito ‘fresco’ em sua memória quando saiu de Mesquita por causa da crise dos aviários, dando pouca importância, em suas memórias, às inúmeras histórias agradáveis durante décadas vivenciadas no antigo distrito. Há um *impacto afetivo*³ no modo como é lembrada e contada a *memória* que também deve ser levada em consideração, pois mostra a intensidade de um determinado acontecimento na cidade sobre a vida pessoal de cada um. E este é o centro da questão.

Mesmo que a memória seja particular de cada um, cada relato nos remete a crenças, princípios e opiniões que foram adquiridas em seu grupo social, e com isso, nos ajudam a entender as formas de apropriação do espaço e, por conseguinte, a própria *forma urbana*. Para este trabalho, a maior virtude da memória é que ela “rema contra a maré” (BOSI, 2003).

O meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das *testemunhas* se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida à nossa frente, só nos resta virar a página de um livro, unívoco *testemunho* do passado⁴.

As lembranças mesquitenses permitiram o entendimento de várias questões relacionadas às formas de apropriação, dominação e sobre algumas práticas urbanas, como, por exemplo, como o espaço da moradia determina o urbano: a “casa é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções”⁵. Assim, tudo e qualquer ameaça a esse núcleo, determina a forma de apropriação do entorno, como afirmado no capítulo anterior: *apropriar-se é conhecer*.

O entorno imediato à casa é a calçada e a rua; podemos dizer que são também extensões das casas da maioria das famílias entrevistadas. Vimos que sua utilização ao longo dos anos tem se modificado, imposto por diversos fatores: violência, religiosidade, comércio fraco, ausência ou precariedade do imobiliário urbano e serviços públicos. No entanto, ainda são resguardadas algumas práticas urbanas típicas do antigo distrito: a brincadeira de rua, o chope na biosca mais próxima, o bate-papo na rua com vizinhos, a solidariedade, o futebol de rua, as festas de rua. Contudo, a potência da diversidade de práticas urbanas responde aos processos daquilo que é construído pelos corpos que se apropriam do espaço e daquilo que é estabelecido (pela superestrutura).

³ Idem.

⁴ BOSI, 2003, p.200.

⁵ BOSI, loc.cit.

Tomemos o exemplo dos campinhos de futebol cercados, as festas populares que cada vez são mais restritas, a falta de iluminação pública eficiente, os rios degradados e assoreados, os problemas relacionados à saúde pública, a dificuldade diária relacionada à mobilidade e acessibilidade⁶, são fatores diretamente relacionados ao modelo de desenvolvimento urbano no Brasil. Os enclaves e outras práticas de radicalização de segregação espacial são aspectos diretamente relacionados à *espacialidade da desigualdade social*. E a Baixada Fluminense que se caracteriza pela experiência de urbanização que criou enormes periferias destinadas à moradia dos trabalhadores pobres, também apresenta em seu território as mesmas práticas da cidade-núcleo, da valorização de interesses privatistas. Ou seja, os altos alambrados dos campos de futebol permitem um controle de quem os pode utilizar; os condomínios do bairro Cosmorama⁷ numa tentativa explícita de isolamento; a priorização dos investimentos públicos para o centro do município; a não-valorização das festas populares, principalmente por parte da prefeitura⁸, etc. A *segmentação* e a *segregação*, segundo os termos apontados no capítulo 1, determinam as formas de apropriação e identidade do *lugar referencial*. Mesquita nada mais é do que o reflexo dessas forças (políticas, econômicas e sociais) que totalizam formas de dominação do território.

O que se pode observar nas entrevistas é que a memória é a referência da vitalidade urbana de Mesquita em contraponto a realidade atual percebida e vivenciada. A vida parece muito mais agradável, frente às dificuldades relatadas (enchentes, lama, saúde pública, falta de água, etc.). “Sob essa diversidade há uma ordem e um ritmo cuja seqüência é portadora de um sentimento de identificação” (BOSI, 2003, p.202). Essa ordem e esse ritmo é impresso na fala, nas lembranças. O apego ao lugar (Mesquita) profundamente ligado aos *percursos* rememorados ao longo de sua história, cria um sentimento de segurança e equilíbrio psíquico. Os problemas atuais são encarados com poucas esperanças de melhora visto a desqualificação política observada ao longo dos anos. A perspectiva de melhora está no discurso dos mais jovens que utilizam a cidade do Rio de Janeiro como comparativo para demonstrar a *vitalidade* de Mesquita. São justamente os aspectos positivos (relacionados à solidariedade e ao lazer) que tornam, Mesquita, um lugar melhor para se viver. Boa parte da urbanização (mesmo que precária), segundo os moradores, foi fruto da organização dos moradores de cada rua que com recursos próprios investiam em melhorias. A ocupação de velhos aposentados, durante o dia, na praça Elizabeth Paixão, por conta do carteadado, torna o lugar mais movimentado, apesar do comércio enfraquecido. À noite, os shows ornamentados pelos botecos e

⁶ Mesquita possui uma forte articulação associativa voltada às pessoas com deficiência que conseguiu articular em 2005 a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

⁷ Condomínios de casa fechados recém-construídos, financiados pela CAIXA. Vide anexo.

⁸ A prefeitura tem investido em grandes shows de rua, convidando artistas de repercussão nacional.

barraquinhas transformam a praça na principal centralidade do município. Ou seja, Mesquita possui vitalidade urbana, no entanto, ela foi construída ao longo de sua história por seus(suas) moradores(as) e, o melhor exemplo de demonstração de vitalidade é a organização política em prol de sua emancipação que perdurou por quase 50 anos.

De fato, o atendimento restrito às demandas das camadas populares tem limitado os segmentos que sempre estiveram à margem dos processos decisórios do Estado de construir uma identidade política e social que os fortaleça e os possibilite participar efetivamente do processo de produção do espaço. Tais processos de vulnerabilidade e radicalização do processo de periferização inibem a construção de um ideal coletivo, universalista (bem comum) e particular (identidade) de cidade e, a consequência, é o processo de degradação da dimensão pública (MALERBA, 2006)⁹ e da destruição da vitalidade urbana dos bairros do município.

Contudo, é de se espantar falas como a de Francisco ao afirmar que Mesquita seria o melhor lugar do mundo. Certamente, o é para ele e muitos que se identificam com este lugar. Mesmo tendo morado em Ipanema no Rio de Janeiro em um apartamento pago pelo patrão, por mais de 20 anos, o seu sentimento de identificação vai além do que é considerado “melhor” pelo senso comum. E este sentimento faz gerar uma forma de apropriação considerada típica da centralidade (praça Elizabeth Paixão) que são os encontros diurnos diários para o carteado. Essas e outras práticas urbanas da cidade têm conexão direta com a memória e a identidade que geram vitalidade e determina a forma urbana.

A história de Mesquita, desde os laranjais, se mistura às histórias de seus moradores. São estes *percursos* e *discursos* que devem ser considerados no planejamento urbano, ao invés de primar pela taxonomia urbanística que enquadra o espaço ao consumo¹⁰. No urbanismo moderno, a norma é de que os espaços não permaneçam neutros, como simples locais de encontro, de permanência, fruto das subjetividades intrínsecas ao lugar, e responsáveis pela geração de vitalidade urbana, uma vez que a possibilidade de práticas urbanas fortuitas promovem o inesperado como uma cadeia de acontecimentos que podem vir a interferir positivamente na promoção de diversidade.

É preciso refletir sobre a metodologia do planejamento, dos projetos e programas urbanos (considerando os habitacionais, os de saneamento ambiental, os de transporte e mobilidade e de cultura) uma vez que historicamente os mesmos foram orquestradamente utilizados, por exemplo, no início do século XX, para expulsar a população pobre dos centros urbanos, haja vista o caso da cidade

⁹ MALERBA, Juliana. *Segregação do poder, poder de segregação: democracia, desigualdade e participação na dinâmica de acumulação urbana na metrópole do Rio de Janeiro*. 112p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

¹⁰ Espaço cívico, espaço de recreação, espaço de cultura, espaço gastronômico, etc. como se a cidade fosse um grande shopping center.

do Rio de Janeiro. Isto quer dizer que estes instrumentos são utilizados como forma de dominação do espaço urbano, do espaço da moradia, do espaço do trabalho, do espaço da memória...

Durante a pesquisa, percebeu-se a importância do papel da memória para o município de Mesquita, posto que são poucos os registros históricos encontrados. Assim, foi a oportunidade de criar uma descrição criativa sobre este espaço urbano pouco estudado¹¹. Contudo, a maior importância do resgate da memória pode ser o da construção da identidade desta população, que ainda não se reconhece¹².

Não se faz necessário construir um novo ideário de *urbano* à Mesquita. Logicamente a degradação ambiental e os problemas habitacionais, saltam os olhos. E, por isso, é emergencial pensar em formas ágeis e eficientes de garantir o direito à cidade à população das periferias da região metropolitana do Rio de Janeiro. Lefèbvre e Jacobs nos oferecem elementos de reflexão suficientemente consistentes para ajudar os especialistas e políticos a transformar o modo de conceber as políticas urbanas. A participação da sociedade é essencial nesse processo de transformação e de, pouco a pouco, colaborar para evitar as amarras dos processos ligados ao estado de vulnerabilidade social.

O lugar que adquire um contorno humano graças ao trabalho de seus moradores é valorizado. Há inúmeros exemplos de bairros cobiçados pela especulação imobiliária que gradualmente conseguem exterminar a vitalidade típica do lugar e por fim expulsando a população local. Constroem-se prédios altos e luxuosos, galerias, shoppings, áreas de lazer, praças cercadas modificando não só a paisagem urbana, mas todo um processo de construção de diversidade (centralidades, simultaneidades) no tempo-espaço. A *forma urbana* constituída é totalmente desprezada para se construir uma forma urbana de volumetrias, traçados e estética.

Certamente, os aspectos físicos da cidade também colaboram para a promoção da diversidade urbana, como, nos termos de Jacobs (2003): permitir usos do solo combinados, evitar a construção de quadras longas, aceitar a permanência de prédios antigos e permitir a concentração. Porém, não se deve olvidar neste contexto que é preciso retomar a cidade como o lugar do encontro, da reunião, *densos de significação* (LEFÈBVRE, 2001; BOSI, 2003). O que assistimos hoje é um processo de total rompimento da casa com a cidade e isto também tem se refletido nas formas de pensar soluções para os problemas urbanos. É emergencial que as pessoas voltem a se integrar às cidades, fato esse que Mesquita começa a não apresentar. Citando um exemplo: o problema do esgoto

¹¹ Este fato também pode ser atribuído ao fato de ser um município recém-emancipado e, por isso, ainda está em processo de consolidação de sua identidade institucional, cultural, social e econômica.

¹² Segundo as entrevistas e os relatos do processo de construção do diagnóstico participativo de Mesquita para a elaboração do Plano Diretor municipal.

não pode ser um problema somente da porta de casa pra fora, a preocupação deve começar na geração do esgoto. Devemos extrapolar a noção de solidariedade. A vitalidade urbana não está apenas vinculada às relações sociais, ao espaço social, assim como a solidariedade. Esta característica do ser solidário, ao que parece nos dias atuais, está reservado ao ideário da vida no campo que tanto o urbanismo tenta imitar. É preciso recuperar a dimensão humana do urbano uma vez que a sobrevivência de um grupo social está estreitamente ligada à morfologia da cidade.

Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ser que anima a vida das ruas e das praças, dos mercados e das esquinas. A paisagem do bairro tem uma história conquistada numa longa adaptação. Faz parte da dialética do espírito moderno essa tensão diária entre a transformação e a resistência. Mas ser moderno para Berman é não perder os vínculos com o passado para não sermos eliminados num sorvedouro. Nossos recordadores concordariam com Jane Jacobs: "Sob a aparente desordem da velha cidade encontra-se uma ordem maravilhosa que mantém a segurança das ruas e a liberdade"¹³.

¹³ BOSI, 2003, p.206.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.
- ADES, César. A memória partilhada. *Psicol. USP.*, São Paulo, v. 15, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jul 2007. Pré-publicação.
- AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara: um balanço histórico*. In: ABREU, Maurício de Almeida (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Transporte da Prefeitura Municipal do RJ, 1992. Cap.7, p: 2001-257.
- ARAUJO, Frederico Guilherme B. de. Lutas pela terra na Baixada da Guanabara. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, p. 43-72, jan./abr. 1989.
- BARRETO, Alessandra. *Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores*. Campos, 2004. Disponível em: <www.calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewPDFInterstitial/1620/1362>
- BERNARDES, Julia Adão. *Espaço e movimento reivindicatórios – o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1983.
- BISQUERT, Adriana. La ciudad como lugar y el lugar de la mujer, in: BISQUERT; NAVARRO. *Ciudad y mujer*; actas del curso: urbanismo y mujer. Nuevas visiones del espacio público y privado. Seminario Permanente – Ciudad y Mujer, Ed. Adriana Bisquert, Madrid, 1995, p.171-177.
- BLANCO, André. *A contribuição da geografia na formação do arquiteto e urbanista: enfoque sistêmico e a dimensão espacial do espaço*. 106f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P. et al (Coord.) *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus Azevedo et al. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997, p: 159 –166.
- _____. *O poder simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. Compreender. In: BOURDIEU, P. et al (Coord.) *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus Azevedo et al. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997, p: 683 – 692.
- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Estudos. Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jul 2007. Pré-publicação.

- CAIADO, Aurílio. *Desconcentração industrial regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso?* 290f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em são paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000, p: 211-299.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Municipalização das políticas habitacionais: uma avaliação da experiência recente (1993-1996)*. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/municipalizacao_polhab.pdf>
- _____. *Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses*. X Encontro Nacional da ANPUR, 2003. Salvador. Anais...Salvador: UFBA, 2003.
- COSTA, Geraldo Magela. *A contribuição da teoria do espaço de Lefèbvre para análise urbana*. In LIMONAD, Ester (Org). *Entre a ordem próxima e a ordem distante a partir do pensamento de Henri Lefèbvre*. Niterói: UFF/GECCEL, 2003. 1 CD-ROM.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. uma crônica do salário*. Petrópolis, Ed.Vozes, 1998.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L..*Os estabelecidos e os outsiders. sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ENNE, Ana Lucia. *Lugar, meu amigo, é a minha baixada: memória, representações sociais e identidades*. 2002. 464f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- FERRARA, Lucrecia. *Lugar na cidade: conhecimento e diálogo*. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Território brasileiro: usos e abusos*. São Paulo: Territorial, 2003, p: 13 -113.
- FIGUEREDO, Maria Aparecida de. *Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense*. *Revista Geo-paisagem (on line)*, ano 3, n. 5, jan/jun 2004. Disponível em: <www.feth.ggf.br/Baixada.htm>. Acesso em: 07 Jun 2006
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- GODOY, Paulo. *Uma reflexão sobre a produção do espaço*. *Estudos Geográfico*, Rio Claro, v.2, n.1, p: 29 – 42, jun, 2004. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>
- GOMES, Paulo. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 7-128.
- GOTTDIENER, Mark. *Produção social do espaço urbano*. São Paulo: USP Ed, 1993.

HARVEY, David. *Urbanismo y desigualdad social*. Tradução de Marina Gonzalez Arenas. 6ª Edição, Madrid: Siglo XXI de Espana Editores, 1992a.

___ *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Sobral e Maria Gonçalves. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 1992b.

___ *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 1ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALERBA, Juliana. *Segregação do poder, poder de segregação: democracia, desigualdade e participação na dinâmica de acumulação urbana na metrópole do Rio de Janeiro*. 112p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos, *Revista de La Cepal*, n. 5, p. 171-189, dez. 2001.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1996.

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano. *Novos Estudos*, no. 63, São Paulo: CEBRAP, 2001, p. 9-30.

___ *Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03Mai2006. Pré-publicação.

LAGO, Luciana. *Estruturação socioespacial na metrópole do Rio de Janeiro: reprodução ou alteração nas condições de (não) acesso ao urbano?* Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/lago_estruturacao.pdf>

LEFÈBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Éditions Anthropos: Paris, 1974.

___ *La revolution urbaine*. Éditions Gallimard, 1970.

___ *O direito à cidade*. 3ª ed., São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de: Rubens Eduardo Frias.

___ *A revolução urbana*. 1ª ed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. Tradução de: Sergio Martins.

LIMONAD, Ester. *Lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 263p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais da FAU. Universidade de São Paulo, 1996.

____. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *Revista GEOgrafia*, Niterói RJ, ano 1, n.1, p.71-91, 1999. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/rev_01/ester%20limonad.pdf>

____ (Org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: UFF/GECEL, 2003. 1CD-ROM.

_____, _____. Entre a urbanização e a sub-urbanização do território. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2005. Salvador. Anais...Salvador: UFBA, 2005. 1CD-ROM.

OBSERVATÓRIO das Metrópoles. *Como anda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa. 2006.

OLIVEIRA, Floriano. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. 231f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. *O Estado e o urbano no Brasil*. In: Espaço e debates, nº 6, jul./set., 1982.

MESQUITA (RJ). Prefeitura; OBSERVATÓRIO das Metrópoles. Sistematização do Curso de Agentes Comunitários de Planejamento – Plano Diretor Participativo de Mesquita. Rio de Janeiro: FASE Observatório IPPUR/UFRJ/ EMPAZ, 2006.

_____. Plano Diretor Participativo de Mesquita. Produto 2: Leitura da Realidade Municipal. Mesquita: Ministério das Cidades; CAIXA, 2006.

PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: paris e rio de janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000200010&lng=en&nrm=iso>.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado*. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Território brasileiro: usos e abusos*. São Paulo, Territorial, 2003.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. *Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão*. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/reestruturacao_cidades.pdf>

_____. *A Divisão Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro*. Cadernos Metrópoles/Grupe de Pesquisa PRONEX. São Paulo: EDUC, 1999.

_____. *O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/espaco_social_metrolopes.pdf>

____. SANTOS, Orlando. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. *Revista EURE*. Santiago do Chile, vol 39, n. 88, p: 79 - 95, dezembro 2003.

RODRIGUES, Adrianno. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833.90's): economia e território em processo*. 118. Mestrado (Dissertação em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Carlos Nelson F. *Voltando a pensar em favelas por causa das periferias*. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS DO PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL, 1978, Rio de Janeiro. Anais... NEURB-PUC, 1978.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

____. *Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Maria Fátima de Souza. *Das terras de Mutambó ao município de mesquita – RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade*. 152p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA, Maria Julieta. *Encontros e desencontros: sentidos dos espaços públicos contemporâneos*. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2005. Salvador. Anais...Salvador: UFBA, 2005. 1CD-ROM

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difusão Editorial Livro, 1980.

VILLAÇA, Flavio. *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira*. VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1997. Recife. Anais...Recife: UFPE, 1997. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/efeitos96.pdf>>

WACQUANT, Loïc J. D., *Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa*, *Novos Estudos/CEBRAP*, nº 43, novembro de 1995, pp. 64-83.

PAGINAS ELETRÔNICAS CONSULTADAS

Fórum Nacional de Reforma Urbana – <http://www.forumreformaurbana.org.br>

Prefeitura Municipal de Mesquita - <http://www.mesquita.rj.gov.br/historia.htm>

IBGE – <http://www.ibge.gov.br>

Fundação CIDE – <http://www.cide.org.br>

Observatório das Metrôpoles - <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br>

APÊNDICE A

**Fotos atuais de Mesquita.
a- Bairro Santa Terezinha.**



b- Margens do Rio Santa Eugênia, próximo ao caminho em direção à Gleba Modesto Leal

c- Fotos da praça Elizabeth Paixão



d- Centro de Mesquita



e- Fotos Bairro Chatuba

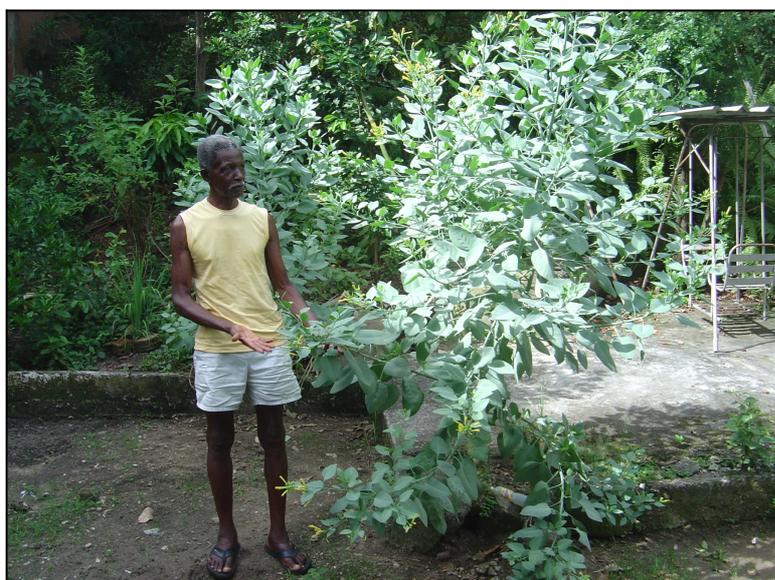


Rio Sarapuí – limite entre o Município de Nilópolis e Mesquita

f- Imagens dos(as) entrevistados(as)



Rua da Virtude – Murilo, mãe da Ana, Cida e Neide



Bairro Santa Terezinha – Jorge no quintal de sua casa



Bairro Chatuba – Lourdes em frente a sua casa



Bairro Corea – Padre Lino na casa da D. Maria



Bairro Corea - Sobrinho de Padre Lino, filho de criação de D. Maria na casa de D. Maria.

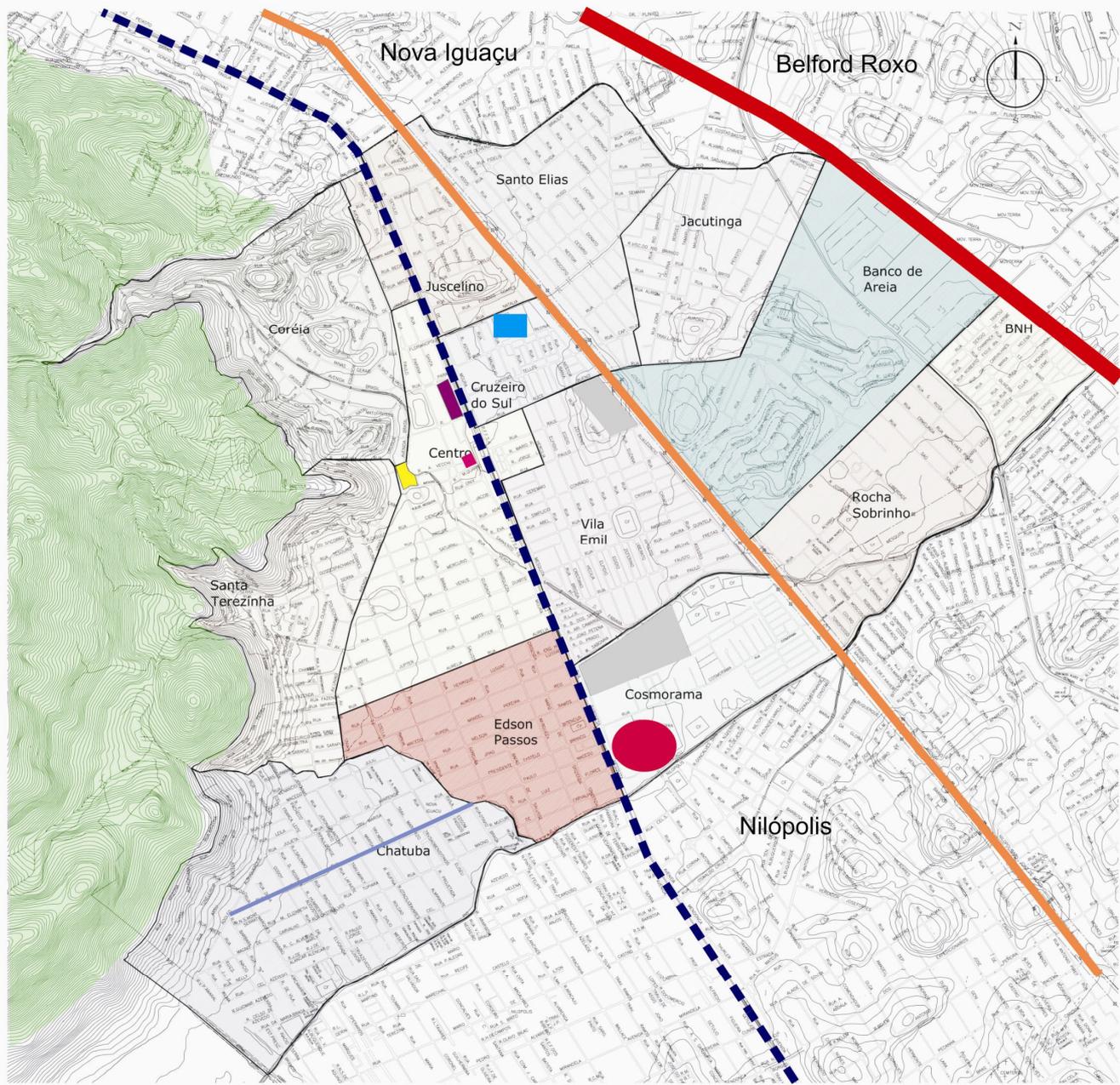


D. Maria em sua casa.

APÊNDICE B

Mapa de Caracterização:

barreiras viárias e pontos de referência citados nas entrevistas

**Legenda:**

■ Praça Elizabeth Paixão

■ Prefeitura - Mesquita Tênis Clube

■ Mesquita Futebol Clube

— Rua Lígia

■ 20ª Batalhão da PMRJ

■ Cemitérios

■ Monte Guararapes - Gleba Modesto Leal

● Campo do América Futebol Clube

Barreiras:

- - - Linha do Trem

— Via Light

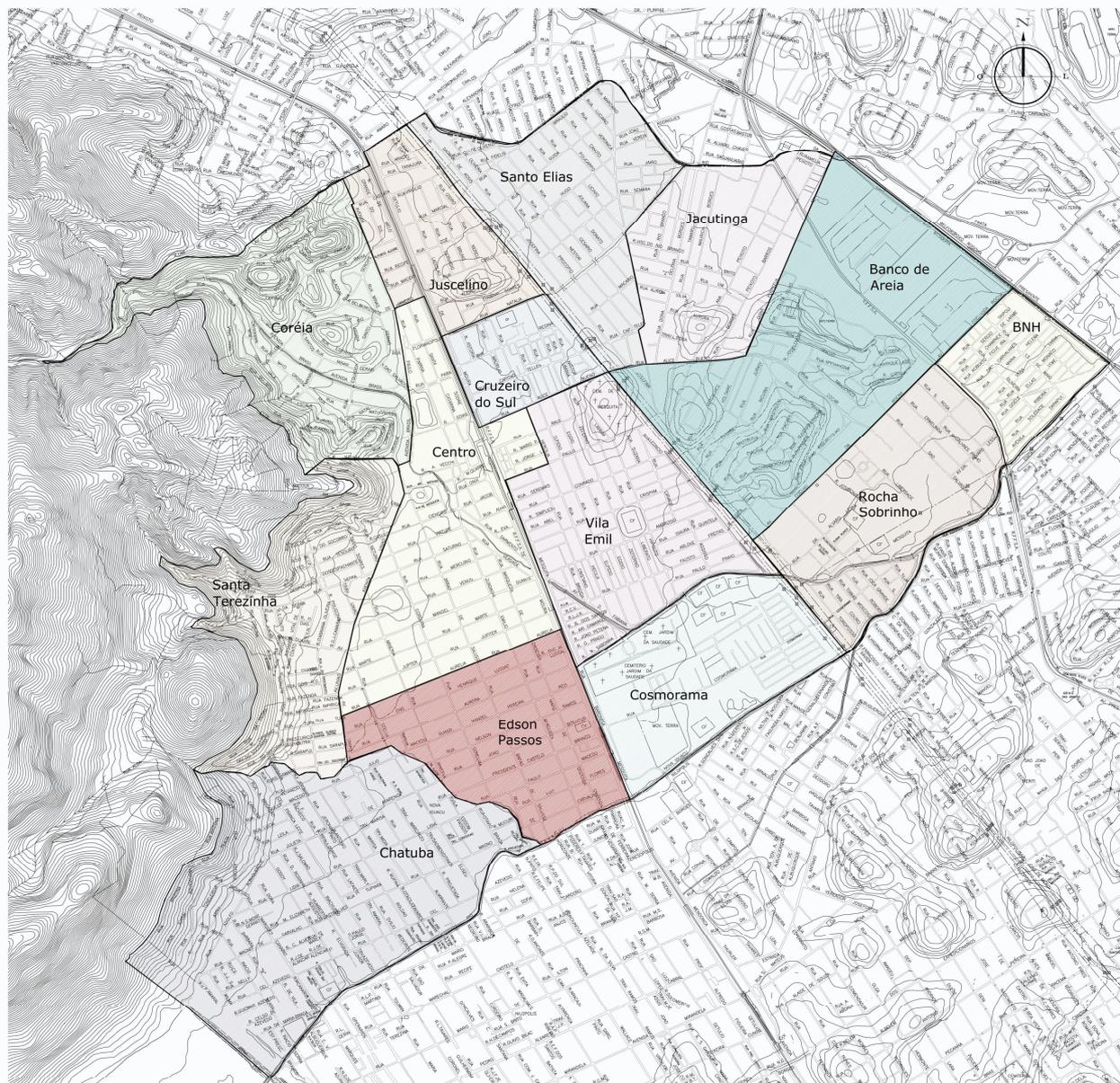
— Via Dutra

Base do mapa: prefeitura de Mesquita
<http://www.mesquita.rj.gov.br>

ANEXO A

MAPA DE ABARRAMENTO

ABRIL 2007



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

ESC.: 1/10000

ANEXO C

Fotos do município de Mesquita*.



Foto 1 - Bloco Meninas Decentes Se Bulir Eu Grito, 1946.



Foto 2 - Inauguração da antiga represa Epaminondas Ramos em 1948.



Foto 3 - Rua Lídia em Chatuba, 1958.



Foto 4 - Rua Alice, 1930.



Foto 5 - Rua Alice, 1931.



Foto 6 - Ao forte de Mesquita, 1932.



Foto 7 - Rua Raul, 1932.

* Fonte: Prefeitura de Mesquita.



Foto 8 - Nilópolis e Mesquita – vista do matadouro e de olaria (sem data).

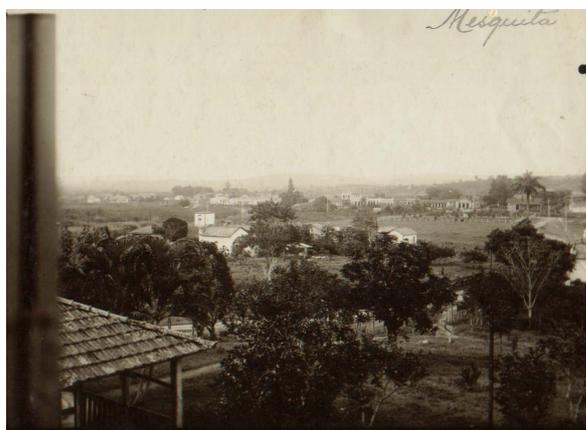


Foto 9 - Panorama de Mesquita margem direita da Rua Baroneza de Mesquita (sem data).



Foto 10 – Atual praça da Telemar, 1932.



Foto 11 – Cinema São Gerônimo – antiga praça Manoel Duarte (sem data).



Foto 12 – Sede do Mesquita Tênis Clube (sem data).



Foto 13 – Construção da igreja Banco de Areia (sem data).



Foto 14 - Centro de Mesquita (sem data)



Foto 15 - Centro de Mesquita, viaduto lado esquerdo (sem data).



Foto 16 - Centro de Mesquita (sem data)



Foto 17 - Praça central de Mesquita - antiga Manoel Duarte, atual Elizabeth Paixão (sem data).



Foto 19 - Praça central de Mesquita, 1955 - antiga Manoel Duarte, atual Elizabeth Paixão.



Foto 20 - Praça central de Mesquita, 1975 - antiga Manoel Duarte, atual Elizabeth Paixão.

ANEXO D

Fotos antigas de Mesquita*.



Foto 1 – Nova Iguaçu, 1919.

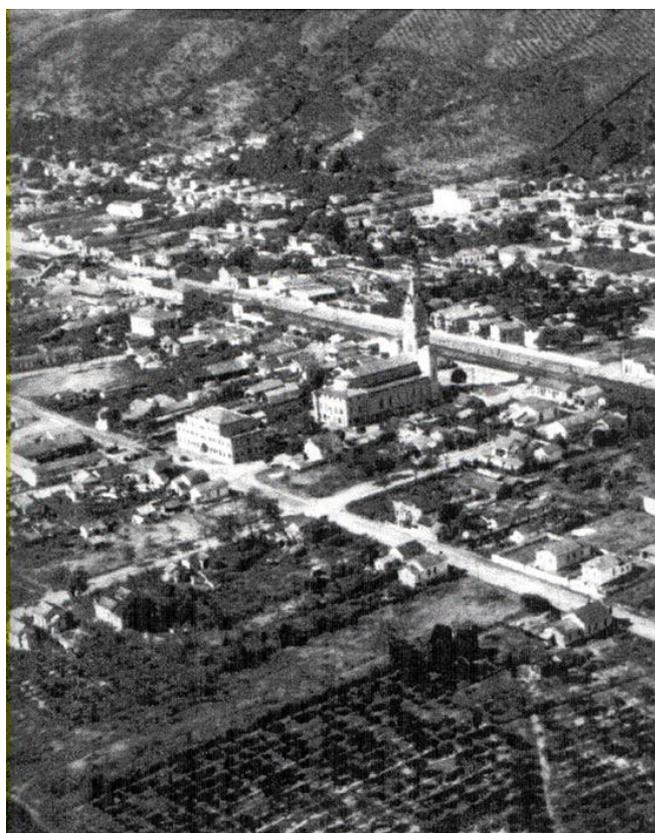


Foto 2 – Nova Iguaçu, 1940 (plantações ao redor da cidade e ao pé do morro).



Foto 3 – Igreja Matriz de Santo Antonio de Jacutinga (sem data).



Foto 4 – Coledores de laranja, 1930.



Foto 4 – Laranjais (sem data).

* Fonte: página eletrônica do IPHAB.

ANEXO E**Fotos antigas de Mesquita*.**

Foto 1 – Mesquita, 1932, no trecho que compreende a esquina da Rua Mister Watkins com a Emílio Guadagny.

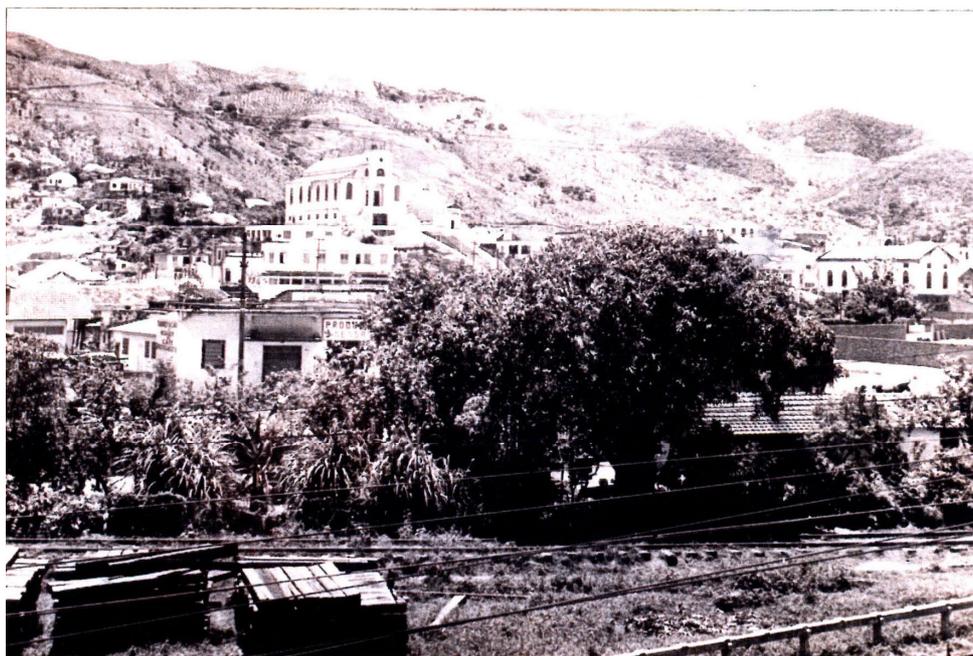


Foto 2 – Vista da linha do trem no centro de Mesquita (sem data).

* Fonte: acervo pessoal do prof. Ney Alberto.



Foto 3 – antiga Brás Ferro (já demolida), década de 90.

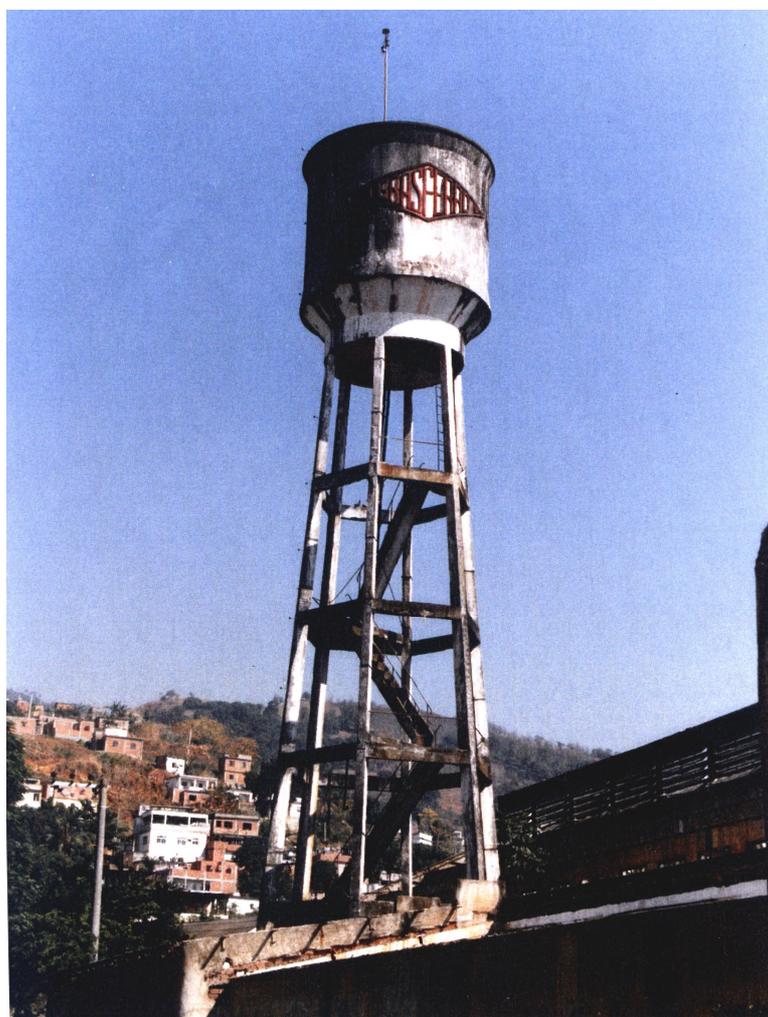


Foto 4 – caixa d'água da Brás Ferro, década de 90 – símbolo da cidade.

ANEXO F

Fotos fornecidas pelos(as) entrevistados(as).



Foto1 – Mesquita Tênis Clube, 1969.



Foto 2 – Foto terraço de casa próxima a descida do viaduto em frente a antiga praça Manoel Duarte (atual Elizabeth Paixão).



Foto 3 – Lanchonete Brito na rua Feliciano Sodré, em frente ao viaduto – encontro da Vasquita(década de 70).



Foto 4 – Praça Manoel Duarte, ao fundo viaduto (1973).



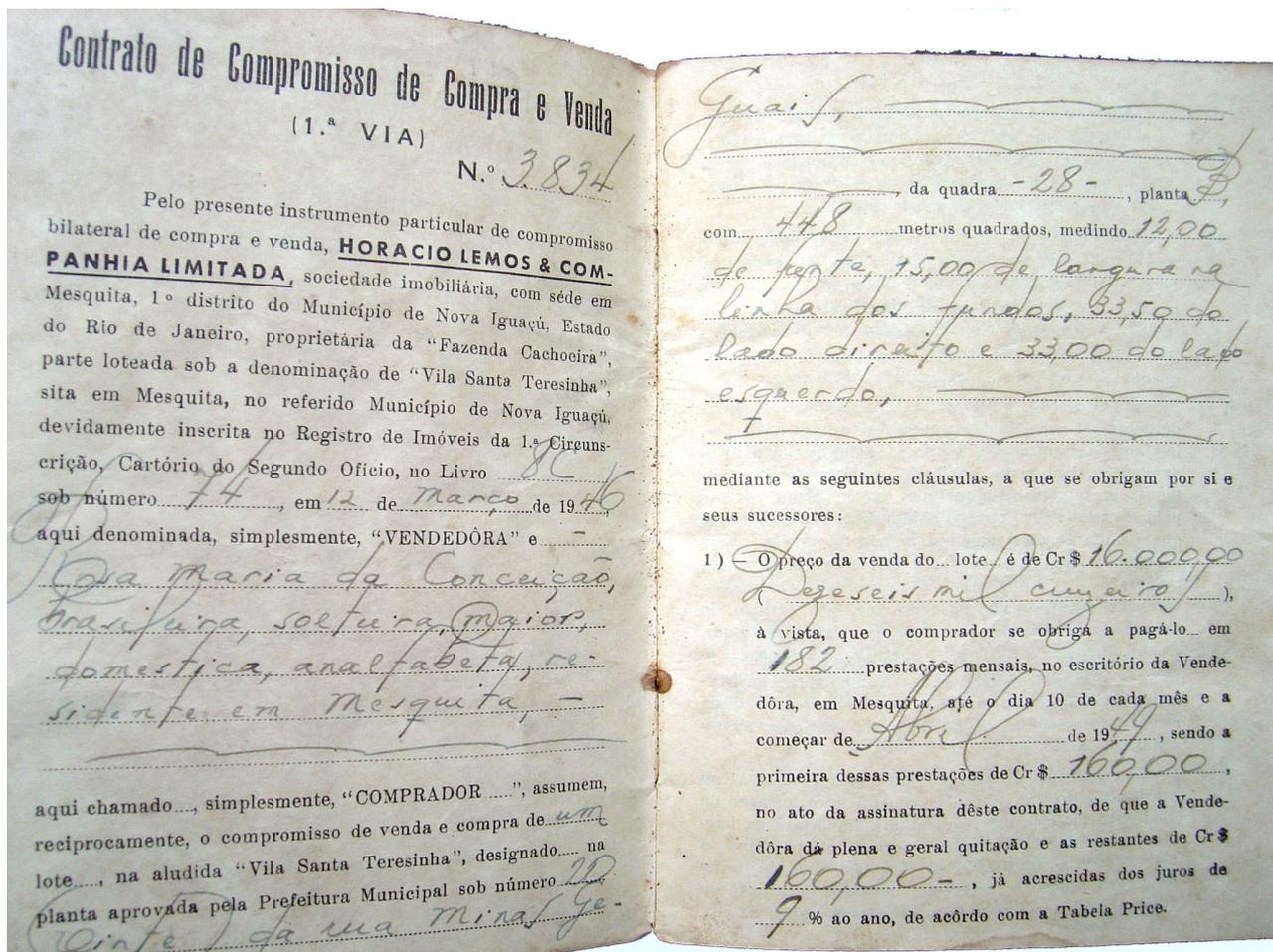
Foto 5 – Rua Saturnino, 1976



Foto 6 – Rua Saturnino, Brás Ferro ao Fundo (sem data).

ANEXO G

Carta de Escritura do terreno de Jorge, no bairro Santa Terezina.



ANEXO H

Imagens de condomínio no bairro Cosmorama, financiada pela CAIXA*.



* Fonte: <http://www.casasprontas.com.br/bflor.htm>

ANEXO I

Brasão do Município de Mesquita*.



Significado:

"A estrela em chefe, representa o Município de Mesquita (Autonomia, luz própria), ornada de uma coroa de louros (de origem grego latina), caracterizando a merecida vitória, após sofrida, mas, persistente batalha, em busca da desejada emancipação; a roda (dentada), simbolizando a roda do Engenho da Cachoeira, em cujo território, surgiria Mesquita (sede do Município), antecipando-se a chaminé, representativa das olarias e cerâmicas (atividade implantada à margem direita do traço ferroviário), entre as quais destacou-se a Ludolf Ludolf, exportando telhas francesas: seguindo-se a caixa d'água de importantíssimo estabelecimento fabril, conjunto este simbolizando a Cidade Industrial; a locomotiva da Estrada de Ferro Dom Pedro II / Central do Brasil representando a Cidade Comercial fundamental para o escoamento da economia, ligando-se com a Capital do Império, conjunto elevações, representando o Maciço Gericinó da Chatuba ao Vale do Rio da Cachoeira (Rio ou Canal Dona Eugênia).

Industrial; a locomotiva da Estrada de Ferro Dom Pedro II / Central do Brasil representando a Cidade Comercial fundamental para o escoamento da economia, ligando-se com a Capital do Império, conjunto elevações, representando o Maciço Gericinó da Chatuba ao Vale do Rio da Cachoeira (Rio ou Canal Dona Eugênia).

A cana e a laranja (uma vez que a produção mesquitense se incluía entre as laranjas preferidas para consumo argentino), guarnecendo escudo, representando riquezas dos campos do passado da Geo-História mesquitense, os anos de 1884 e 1999, respectivamente, indicado o surgimento da Estação Ferroviária (Jerônimo de Mesquita, origem do nome Mesquita) e a data da criação do Município de Mesquita".

O significado das cores:

Ouro - força, persistência

Prata – candura

Goles (vermelho) – intrepidez, ousadia.

Blau (azul) – serenidade

Sinople (verde) – abundância, fartura.

Sable (negro) – equilíbrio

Disposição das cores e características:

"O Brasão de Armas do Município de Mesquita assim posto, apresenta as seguintes características. Escudo Português, Campo Terciado em faixa, a primeira de Blau (Azul), com uma Estrela de Ouro, destaca-se em Chefe, ornada com uma Coroa-de-louros, também em ouro, a segunda faixa, partida, o conjunto de símbolos, Ouro e Goles (Vermelho), em campo de prata e uma Locomotiva, em Sable (negro) em campo de ouro, na terceira faixa, em campo de Blau (azul) um conjunto de elevações (morros), em Sinople (verde), conforme as nuances utilizadas pela Prefeitura. Listel de Ouro e Letras de Sable (negro), registrando os seguintes dizeres: "1884 -Mesquita-1999". Conjunto encimado pela Coroa Mural de cinco torres, de Prata, que é da Cidade, com cinco aberturas, significando, estas, as ligações com os Municípios Limítrofes. Escudo tem suportes ou guarnições, uma haste de cana e uma de laranja frutadas, nas apropriadas cores respectivamente".

* Fonte: www.wikipedia.org

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)